ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

ATA Nº 025 - “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO JOÃO MALHEIROS (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ZECA D’ÁVILA (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO MAURO SAVI (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Deputado Mauro Savi que assuma a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO MAURO SAVI ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Solicito ao Deputado Zeca D’Ávila que assuma a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ZECA D’ÁVILA ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DO DIA 17 DE MARÇO DE 2004, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 42/04, da Superintendência de Política de Saúde, em resposta à Indicação nº 1.676/03, de autoria do Deputado Sebastião Rezende; Ofício nº 09/04, do Hospital Militar, solicitando apoio para a não-retirada de médicos, odontólogos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem na instituição, conforme prevê despacho do Secretário de Justiça e Segurança Pública.”

“Memorando nº 020/04, do Gabinete do Deputado Zeca D’Ávila, ao Exmº Sr. Deputado Riva, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso:

Senhor Presidente,

Vimos à presença de Vossa Excelência informar que nos dias 31/03 a 03/04 estaremos na cidade de Santa Cruz de la Sierra - Bolívia, participando do Seminário Internacional sobre *la Regionalización em los Programas de Erradicación Del Comercio Internacional e da XXXI COSALFA*, eventos promovidos pela Comissão Sul-Americana para a luta contra a Febre Aftosa - COSALFA, conforme convite e programação anexos.

Por se tratar de assuntos de vital importância para economia de nosso Estado e de interesse da Comissão de Agropecuária, Indústria e Comércio desta Casa, solicitamos desta Presidência, na qualidade de presidente do Fundo Emergencial da Febre Aftosa - FEFA em Mato Grosso e Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária no Estado de Mato Grosso - FAMATO, a nossa indicação para representar oficialmente este Parlamento nos eventos e, conseqüentemente, justificar nossa ausência nas Sessões Ordinárias que ocorrerão nesse período.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Na certeza de contarmos com o apoio de Vossa Excelência, colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,
Deputado ZECA D'ÁVILA
Líder do PFL”
Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, primeiro eu quero me solidarizar com os trabalhadores do Renascer, porque eu já ouvi discurso no ex-Governo Dante de Oliveira. O dono da área morava em Goiânia. Diziam que iriam comprar, adquirir a área pelo INTERMAT. No Governo Blairo Maggi, foi feito o compromisso de assentar os trabalhadores. Então, eu quero aqui me solidarizar com os moradores do Renascer, que já construíram suas casas. Há casas de alvenaria, comércio, estrutura. Lamentavelmente, a notícia que recebo agora, que estou vendo nos cartazes, porque nem conversei com os trabalhadores ainda, é que não se resolveu o problema do Renascer. Inclusive, desculpem-me, mas a maioria dos Deputados Estaduais esteve na luta da questão do Renascer. Nós fomos discutir isso com o Governo do Estado, com a Casa Civil e algumas pessoas pegaram isso para si para dizer que iriam resolver o problema, mas não resolveram até o momento.

Eu quero aqui dizer, Deputada Verinha Araújo, que anteontem à noite eu liguei para o Secretário Joaquim Sucena, e ontem, às 06:00 horas, ele me recebeu no gabinete da Casa Civil. Eu acho que nós temos que marcar uma audiência com o Deputado Joaquim Sucena. Aliás, eu não conhecia a Casa Civil. Eu tive a oportunidade de conhecer a Casa Civil anteontem. Durante o Governo Dante de Oliveira eu não pude ir à Casa Civil. Agora, no Governo Blairo Maggi, pela primeira vez, eu liguei à noite para o Secretário Joaquim Sucena e no outro dia, às 06:00 horas, ele me recebeu.

Então, eu quero agradecer a postura do Deputado Joaquim Sucena e propor a Vossa Excelência, Deputada Verinha Araújo, para que nós façamos uma reunião com o Deputado Joaquim Sucena, porque eu tenho certeza de que ele é um Deputado que vai se sentar com os outros Deputados para construirmos esse encaminhamento do Renascer.

Sr. Presidente, para apresentar duas indicações:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Blairo Borges Maggi, MD. Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Sr. Luiz Antônio Pagot, DD. Secretário de Estado de Transportes, a necessidade de viabilizar o encascalhamento da MT-431 e a pavimentação de sua travessia urbana no Município de Vila Rica.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeremos à Mesa Diretora o encaminhamento da presente indicação ao Exmº Sr. Blairo Borges Maggi, MD. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Luiz Antônio Pagot, Secretário de Estado de Transporte, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Uma forma de diminuir os custos dos fretes e promover o desenvolvimento econômico do Município de Vila Rica é a conservação da MT-431, sendo extremamente necessário, portanto, o seu encascalhamento, em especial dos trechos de 150km que liga Vila Rica a Santa Cruz (trecho Vila Rica-Rio Fountoura), e 80km que liga a Santa Terezinha (trecho Vila Rica-Rio

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

Crisosto). Além disso, é imprescindível também a pavimentação da travessia urbana da MT-431, tendo em vista o grande número de veículos que passa por ali diariamente, torna esse trecho urbano muito perigoso para a população.

A rodovia MT-431 é uma grande via arterial de escoamento da produção agrícola para a BR-158, dando acesso a grandes fazendas e áreas destinadas à cultura de grãos.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Transportes - 2001, Mato Grosso conta com 17.997km (dezessete mil, novecentos e noventa e sete quilômetros) de rodovias não pavimentadas e 1.744km (mil, setecentos e quarenta e quatro quilômetros) de rodovias pavimentadas. Frente à dimensão do Estado, esse total é insuficiente para atender a demanda de todas as regiões que delas necessitam.

As péssimas condições em que se encontram as rodovias brasileiras acarretam uma série de dificuldades que atingem o desenvolvimento do Estado, comprometem o custo da produção, representando um acréscimo de 70% no custo do frete, segundo dados divulgados pela revista *Safra* (set.2001).

Não há que se negar, portanto, a imprescindibilidade da conservação da rodovia em questão, a qual possui um grande fluxo de veículos e dá acesso, também, a quatro projetos de assentamentos (Bom Jesus, Fé em Deus, Canta Galo e Promissão), onde reside um número considerável de pessoas.

É certo, por conseguinte, que as providências referidas facilitarão o acesso ao Município de Vila Rica e permitirão um aumento nas suas atividades econômicas, proporcionando, principalmente, um desenvolvimento na agricultura e pecuária da região.

Por fim, além do aspecto econômico acima levantado, o encascalhamento da MT-431 e a pavimentação do trecho urbano possibilitarão melhores condições de fluidez e segurança da malha viária, melhorando a vida da população que a utiliza.

Desta forma, considerando todos os benefícios econômicos e sociais que serão alcançados, propusemos a presente indicação para que esta Casa Legislativa possa apreciar e aprovar a medida.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Blairo Borges Maggi, MD. Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Dr. Célio Wilson de Oliveira, DD. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, analisar a viabilidade de aumento do efetivo para a Polícia Militar.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora deste Poder o encaminhamento do presente expediente indicatório ao Exmº Sr. Blairo Borges Maggi, MD. Governador do Estado, extensivo ao Dr. Célio Wilson de Oliveira, DD. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, em seu art. 144, § 5º, estabelece: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; ao Corpo de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.”

Ao contrário dos demais profissionais que aproveitam o feriado para descansar, este é o período em que a categoria do Corpo de Bombeiros mais trabalha, pois, devido ao excesso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

de álcool e a imprudência praticada pelas pessoas, aumenta o número da violência e de acidente de trânsito, dificultando o trabalho dos bombeiros militares.

Segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do DATASUS, do Ministério da Saúde, coletados com base nas certidões de óbito em todo país, Mato Grosso foi o 5º colocado nacional em taxa de homicídios no ano de 2000. Em 1991, era o 10º. Na taxa de suicídios, subiu do 17º para o 7º lugar. Em acidentes de trânsito, do 20º para o 2º lugar. Entre as capitais, Cuiabá continua sendo a 3ª colocada em taxa de homicídios. Em 1991, era a 23ª. Hoje, perde apenas para Recife e Vitória.

O Estado está em 3º lugar na taxa de crescimento do número de homicídios: foram 450 em 1991, e 996 em 2000, representando cerca de três homicídios por dia. O crescimento da taxa de homicídios em Mato Grosso foi de 121,3%, inferior apenas ao do Amapá (198,1%) e da Bahia (247,7%). E, ainda, quando se analisam as "causas externas" (homicídios, suicídios, acidentes) são responsáveis por 14,3% das mortes da população geral. Entre os jovens, este índice sobe para 71,6%.

Estão lotados no 5º Batalhão da Polícia Militar, encarregado pelo policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, 560 homens. Destes, 230 estão espalhados por 19 municípios e 02 distritos da região sul, e o restante, 330 foram fixados em Rondonópolis, onde 90 fazem a guarda na Penitenciária Mata Grande, 21 estão lotados na Cadeia Pública do Município, 15 policiais exercem atividades meios (administrativas), dois estão à disposição do Fórum e dois se encontram na segurança da Promotoria Pública e do Cartório Eleitoral.

Diante do aumento da violência no Estado, necessário que seja analisada a possibilidade de aumentar o efetivo da Polícia Militar.

Assim sendo, diante do exposto, submeto à elevada apreciação de meus ilustres Pares a presente proposição, solicitando dos mesmos a acolhida devida.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Sr. Presidente, na hora de deliberação das indicações, vou discutir a questão da segurança pública e solicitar ao Governo do Estado um aumento do efetivo da Polícia Militar. No mais, é só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES— Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada.

O que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, são duas razões. A primeira delas é que agora, em Barra do Garças, já pega a Rede Globo, através da TV Centro-América de Cuiabá. Nós pegávamos a Rede Globo através de Goiás. Em razão disso, nós fizemos uma Moção de Aplausos ao Presidente do Grupo Zahran:

Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Aplausos ao Presidente do Grupo Zahran, Sr. Ueze Elias Zahran, e ao Diretor-Geral da TV Centro-América, Sr. Zilmar Melatte, situada na Av. Marechal Deodoro, nº 504, Bairro Santa Helena, nesta Capital, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por meio dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Sr. Ueze Elias Zahran, Presidente do Grupo Zahran, e ao Sr. Zilmar Melatte, Diretor-Geral da TV Centro-América, Moção de Aplausos, pelo grande e relevante trabalho que essa afiliada da Rede Globo tem prestado ao Estado de Mato Grosso, em especial pela recente instalação da repetidora de sinal da TV

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

Centro-América no Município de Barra do Garças, gerando a programação local de nosso Estado, tendo em vista que até então o sinal da emissora Globo chegava à Barra do Garças pelo vizinho Estado de Goiás.

Dessa forma, em nome do povo barra-garcense, queremos parabenizar e agradecer à TV Centro-América pela tão aguardada chegada do sinal da emissora no Município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.

Deputado ALENCAR SOARES - PTB

Nós achamos de grande valia a TV Centro-América que transmite o canal da Globo. Eu agora vou a Barra do Garças, como vou toda semana, e toda vez que vou para lá, vários companheiros: “Olha, vi você na televisão, vi sua entrevista...”

Então, é o que estava faltando para nós. Era isso mesmo, Deputado Humberto Bosaipo. Para nós agora ficou bom, porque antes não aparecíamos na nossa região. Então essa é a razão dessa moção para a TV Centro-América de Cuiabá.

E também, Sr. Presidente para apresentar uma Moção de Homenagem ao Presidente da Câmara Municipal de Barra do Garças:

Com fulcro no art. 272, “i”, da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que registre nos anais e encaminhe ao Presidente da Câmara Municipal de Barra do Garças, Vereador Wellington Marcos de Oliveira, Moção de Homenagem, na forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Alencar Soares, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e do Deputado Riva, Residente da Assembléia Legislativa, manifesta sua homenagem aos Vereadores de Barra do Garças pelo acolhimento do requerimento de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, visando apurar possíveis irregularidades na tramitação de projeto de lei que dispõe sobre a concessão dos serviços de água e esgoto daquele município.

A Câmara Municipal de Barra do Garças acolheu recentemente requerimento de autoria do Vereador Miguel Miguelão M. da Silva, que autoriza a constituição de CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, visando à apuração de possíveis irregularidades na tramitação de projeto de lei, de autoria do Executivo, cujo teor dispunha sobre a concessão dos serviços de água e esgoto naquele município.

A comissão terá prazo de 30 (trinta) dias para investigar os fatos, podendo ser prorrogado por igual período, onde a comissão e o legislativo municipal apresentarão à sociedade o resultado dessa importante atividade parlamentar.

Parabenizamos todos os membros da Câmara Municipal pela disposição e pela forma transparente como estão apurando os fatos que foram ao conhecimento do público para que, em breve, a verdade seja amplamente divulgada, fazendo justiça aos fatos e as pessoas que porventura foram injustamente denunciadas.

Assim, queremos com a presente Moção apresentar as considerações e o respeito que os membros desta Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso tem pela atuação brilhante dos vereadores de Barra do Garças que sempre responderam com trabalho à expectativa de toda população.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.

Deputado ALENCAR SOARES - PTB

Era só isso, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, a nobre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, estamos aqui com um grupo de moradores do Bairro Renascer, que no ano passado estive aqui com um grande número nessas galerias e foi solicitado a intermediação da Assembléia Legislativa para que eles não perdessem o direito de seus lotes e residências naquele bairro, tendo em vista que já havia na Polícia Militar uma decisão judicial de desocupação da área.

Naquele momento, por intermediação nossa, a Casa Civil recebeu uma comissão de moradores para que o Estado, através do Governo, intermediasse e não permitisse a desocupação dos imóveis.

Ocorre, Sr. Presidente, que - eu participei como Deputada Estadual, o Deputado Sérgio Ricardo, alguns outros Deputados aqui e vereadores - participamos de uma reunião na Procuradoria-Geral do Estado no ano passado onde ficou definida a busca das negociações.

Eles nos procuraram agora, recentemente, dizendo que as negociações que foram encaminhadas não os satisfazem, tanto é que eu estou aqui de posse de um documento da massa falida da Provale Incorporadora Ltda, homologando em juízo a transação, inclusive em nome deles, sob toda a situação de negociação.

Infelizmente meu tempo é mínimo, mas eles estão discordando dos valores que foram propostos, inclusive da entrada de 20%, porque muitos que aqui se encontram, Sr. Presidente, são moradores e não têm condições de pagar essa entrada aqui, que varia de R\$900,00 a R\$3.950,00 reais, para aqueles que são comerciantes. Para os comerciantes não é o problema, o maior problema é justamente para aqueles de mais baixa renda, que adquiriram o lote lá com muito sacrifício.

Há inclusive, Sr. Presidente, um recurso da Associação de Moradores do Bairro Renascer, em nome desses moradores, pedindo a reconsideração das negociações.

Estamos aqui apresentando proposta de uma audiência pública.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 272, "i", do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, requeiro, depois de ouvido o soberano Plenário, a concessão de Moção de Congratulações à dirigente sindical Tânia Pasqualini.

JUSTIFICATIVA

A ex-presidente da Subsede Rondonópolis do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública - SINTEP, Tânia Pasqualini, assume essa semana o cargo de coordenadora do Monitoramento dos Planos de Trabalho Anuais do Ministério da Educação - MEC. Tânia, que é professora aposentada, preside a Central Única dos Trabalhadores-CUT/MT atualmente.

A sua incorporação à equipe do Presidente Lula em muito contribuirá para o aprimoramento das políticas públicas na área de educação, haja vista a sua larga experiência no setor.

Razão pela qual pugnamos pela aprovação desta moção pelos nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.

Deputada VERINHA ARAÚJO - PT

Eu gostaria de pedir o apoio dos colegas Deputados - eu e o Deputado Sérgio Ricardo estamos pedindo, e outros Deputados - para que discutam a situação fundiária do Bairro Renascer, já que é um problema do Estado, o Estado intermediou. No ex-Governo Dante de Oliveira houve a participação da Assembléia Legislativa, naquela época; no ano passado nós acompanhamos, houve um processo de negociação, através da Casa Civil, que eles estão discordando. Querem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

discutir para que isso não se consolide e eles não percam o direito dos seus votos e as suas residências já ali construídas. É por isso que eles estão nas galerias. E gostaria de contar com o apoio dos colegas Deputados (PALMAS).

2ª) INDICAÇÃO: Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho sugerir ao Governo Estadual que, através da Secretaria de Estado de Transportes, viabilize a implantação de uma linha de ônibus intermunicipal com o itinerário Pedra 90-Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

A instalação do referido itinerário é reivindicação antiga da comunidade, uma vez que vários moradores que ali residem tiram o sustento na cidade vizinha, tendo um gasto de quatro passes por dia, onerando seu salário e comprometendo seu custo de vida.

Essa linha intermunicipal trará à região da Grande Pedra 90 benefícios, facilitando a vida de quem trabalha e estuda na cidade de Várzea Grande.

Diante do exposto, pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.

3ª) INDICAÇÃO: Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho sugerir ao Governo Estadual que, através da Secretaria de Estado de Transportes, viabilize a implantação de uma linha de ônibus intermunicipal com o itinerário Asa Bela, em Várzea Grande/Jardim Vitória, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

Essa linha de ônibus irá trazer aos moradores do Grande Jardim Vitória, que inclui os Bairros Jardim Florianópolis, Bairro Três Lagoas, Bairro Novo Paraíso, 1ª e 2ª etapa, Bairro Ouro Fino, entre outros, comodidade aos seus respectivos moradores, uma vez que os mesmos que trabalham em Várzea Grande são obrigados a pegar 2 ônibus que chega a levar uma hora e meia para completar seu trajeto tendo assim que sair de suas casas de madrugada correndo o risco de serem assaltados, como tem acontecido com freqüência na região.

Os acadêmicos do Ensino Superior, que cursam nas Faculdades de Várzea Grande, serão outro grupo que irá se beneficiar, pois os mesmos não são contemplados com o passe livre.

Diante do exposto, pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.

4ª) PROJETO DE LEI:

**Declara de utilidade pública o Centro
de Apoio à Liberdade Assistida -
CALA.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Apoio à Liberdade Assistida - CALA, com sede no Município de Cuiabá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Cala – Centro de Apoio à Liberdade Assistida é entidade filantrópica com sede nesta Capital que tem entre suas finalidades desenvolver projetos educacionais, profissionais, recreativos e culturais, sempre dentro da ética social e cristã; promover obras sociais em parcerias com a iniciativa privada, sociedade e governos, desenvolvendo assistência social à população carente e seus familiares e colaborar com programas de reintegração ao convívio social dos ex-presidiários.

Razão pela qual pugnamos pela aprovação do presente Projeto de Lei, pelos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 24 de março de 2004.

Deputada VERINHA ARAÚJO - PT

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Boa-tarde, Sr. Presidente, colegas Deputados, moradores do Bairro Renascer, eu trago, nesta tarde, nesta Sessão, uma Indicação de nossa autoria.

Indica ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Esporte e Lazer, José Joaquim de Souza Filho, a necessidade de destinar recursos para a construção do alambrado e acabamento da construção do vestiário do Mini Estádio de Futebol no povoado de Placa de Santo Antônio, no Município de Juscimeira.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado este expediente de Indicação ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Esporte e Lazer, José Joaquim de Souza Filho, mostrando a necessidade de destinar recursos para a construção do alambrado e acabamento da construção do vestiário do Mini Estádio de Futebol no povoado de Placa de Santo Antônio, no Município de Juscimeira.

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação prende-se ao fato de que é importante se ter um local em uma Comunidade para eventuais práticas esportivas. No povoado de Placa de Santo Antônio existe um time de futebol devidamente documentado e filiado à Liga Municipal de Futebol, e nesse mesmo povoado foi construído esse Mini Estádio de Futebol, onde falta apenas a construção do alambrado e término das obras do vestiário, pois foram construídos somente o alicerce com as paredes, faltando apenas o acabamento do mesmo.

Por essa razão, vimos solicitar de Vossa Excelência os devidos recursos para que seja efetuado o término da construção desse Mini Estádio, para dar oportunidade aos habitantes desse povoado de terem um incentivo a mais para a continuidade das práticas esportivas.

A presente reivindicação atende o pedido do Ex-Prefeito de Juscimeira, Sr. Ramom Itacaramby e também da Câmara Municipal, que juntos batalham a cada dia para um maior desenvolvimento do Município.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa no sentido de que o presente expediente seja apreciado e aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PFL

Esperamos ser atendidos pelo Sr. Secretário com pequeno investimento, mas de tamanha envergadura, que é o anseio daquela população.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade, ao fazer uso do Pequeno Expediente, para reafirmar o nosso compromisso com os caminhoneiros, com os transportadores, transportadoras, com as pessoas que vivem rodando este Brasil, que levam o alimento de Norte a Sul, de Leste a Oeste, que levam a produção do Estado de Mato Grosso a outros Estados da Federação, a outros países do mundo.

É desta forma que estamos, através de uma audiência pública, convocada já para o dia 27 de abril, numa terça-feira, às 14:00 horas, conclamando toda a sociedade organizada, os caminhoneiros, transportadoras, as pessoas que realmente usam desse asfalto que existe hoje da Federação. Infelizmente, o asfalto não somente está em precárias condições, mas também não dá nenhuma segurança aos transeuntes de veículos e também aos transportadores. Portanto, nós queremos fazer com que sensibilizem o Governo Federal, o Sr. Ministro dos Transportes, o Secretário Luiz Antônio Pagot, o Governo Blairo Maggi, toda sociedade organizada e também o setor produtivo de Mato Grosso, para que possamos privatizar, terceirizar essas estradas de Mato Grosso que ligam os trechos que compreendem Rondonópolis até Sinop.

Entendo, Sr. Presidente, que é preciso pagar pedágio. É muito melhor do que pagar com a própria vida. Ainda esta semana aconteceu um acidente trágico aqui na Serra de São Vicente. E não podemos mais deixar caminhoneiros colocar a sua vida em risco pelas más condições das estradas em Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, em relação ao Bairro Renascer, esta Casa aqui e todos os Deputados sempre ficaram do lado da população e vão continuar ao lado. O Deputado Carlos Brito, que está presente no plenário, intermediou já no Governo Blairo Maggi não só a questão do Bairro Renascer, mas também a questão das casas da Cohab.

E o apelo que eu faço - eu não sou da Bancada do Governo - é que Vossa Excelência, que já tem experiência profunda nesse caso, possa reencaminhar a questão do Bairro Renascer. E agora tem mais um problema lá, a valorização daquela área, pois estão construindo o Condomínio Flamboyant, e aquilo lá triplicou de preço. Se não atentarmos para isso, daqui a pouco nós não vamos conseguir essa negociação. Na hora que o Condomínio Flamboyant, um dos melhores do Brasil... E Vossa Excelência que quer ser prefeito também encabece essa luta, juntamente com o Deputado Carlos Brito que já começou.

Eu estou à disposição dos moradores, estou do lado da população lá, inclusive sou vizinho deles e conheço toda história.

Sr. Presidente, eu recebi aqui do Secretário de Estado de Desenvolvimento do Turismo, Dr. Ricardo Luiz Henry, uma coisa interessante, toda a política estadual de turismo de 2004 a 2013. Confesso que este é um trabalho que deve ser debatido pela Assembléia Legislativa com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo. Eu tive a oportunidade de pegar este trabalho hoje, porque eu estava viajando, Sr. Presidente, e um dado muito interessante é que em Mato Grosso o turismo receptivo, que se manteve estável nos últimos anos, gerou em 2003, vejam bem, uma receita líquida de 63,4 milhões de reais. É uma coisa fantástica! Representa uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

participação de 1,14% no PIB do Estado. Então, é um trabalho brilhante da equipe do Secretário, e eu gostaria de discutir com ele - eu o visitei e gostaria de discutir isso com mais calma.

Eu sei que já foi tratado aqui este assunto, Sr. Presidente, mas eu recebi da Associação dos Engenheiros do Norte de Mato Grosso - AENOR, uma entidade multiprofissional, um ofício demonstrando a preocupação dos profissionais da área de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia. O Deputado Ságua me disse que esse assunto já foi debatido aqui.

Recebo também do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, do nosso companheiro Deputado Zeca D'Ávila, uma coisa magnífica, Sr. Presidente, muito parecida com um projeto sobre ações de formação profissional e atividade de promoção social... Há diversos cursos em todas as áreas, mas vou ressaltar alguns: panificação caseira, fruticultura básica, pintura em tecido, administração de pequenas propriedades rurais, e assim sucessivamente.

Este, Sr. Presidente, é o verdadeiro trabalho social. Eu desenvolvo um projeto, há mais de cinco anos, semelhante a esse, que se chama "Projeto Mãe, um amanhã melhor para seu filho". Inclusive, a ex-colega de Vossa Excelência, Vereadora Lucei Ramos, desenvolve esse projeto até hoje. Nós já formamos neste Estado, por nossa conta, com a verba de gabinete, dos nossos dois gabinetes, mais de vinte mil mulheres em Mato Grosso. E eu gostaria parabenizar o nosso companheiro, Deputado Zeca D'Ávila, por esse trabalho...

(NESTE MOMENTO, O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, já que o meu tempo está esgotado, eu encaminho alguns trabalhos sobre os quais, certamente, eu voltarei a falar:

1º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Cria o estágio para estudantes universitários na estrutura da Assembléia Legislativa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, nos termos no art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Cria, na estrutura da Assembléia Legislativa, o estágio para estudantes universitários das faculdades do Estado.

Art. 2º O estágio de que trata o artigo anterior será efetuado através de convênio com as faculdades públicas e privadas do Estado, devendo contar aos estagiários como referência curricular.

Parágrafo único A duração do estágio será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado pelo mesmo tempo, se necessário.

Art. 3º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa regulamentará, num prazo de 30 dias, a presente resolução, adequando-a a sua estrutura administrativa funcional.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO

(NÃO CONSTA JUSTIFICATIVA NO PROJETO DE RESOLUÇÃO ORIGINAL.)

2º) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre o controle e a fiscalização da produção, do transporte, da comercialização e distribuição de medicamentos e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O controle e a fiscalização da produção, do transporte, da comercialização e distribuição de medicamentos obedecerão ao estabelecido nesta lei, sem prejuízo do disposto na legislação vigente.

Art. 2º As empresas produtoras somente poderão entrar em funcionamento de posse das licenças sanitárias estadual e/ou municipal, da autorização de funcionamento da ANVISA/MS e com seus produtos devidamente registrado no órgão sanitário federal.

Art. 3º A atividade de distribuição por atacado de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos tem o caráter de relevância pública, ficando os distribuidores responsáveis pelo fornecimento desses produtos em uma área geográfica determinada, e pelo recolhimento dos mesmos quando este for determinado pela autoridade sanitária e/ou pelo titular do registro dos produtos.

Parágrafo único Fica a cargo do Poder Executivo a delimitação da área geográfica de que trata o *caput*.

Art. 4º A empresa autorizada como distribuidora tem o dever de:

- I - somente distribuir produtos farmacêuticos legalmente registrados no País;
- II - abastecer-se exclusivamente em empresas titulares do registro dos produtos;
- III - fornecer produtos farmacêuticos apenas a empresas autorizadas/licenciadas a dispensar esses produtos no País;
- IV - manter o manual a que se refere o art. 6º desta lei à disposição das autoridades sanitárias para efeitos de inspeção;
- V - garantir a todo tempo aos agentes responsáveis pela inspeção o acesso a documentos, depósitos, instalações e equipamentos;
- VI - preservar a qualidade dos produtos em todas as fases da distribuição, responsabilizando-se por qualquer problema decorrente do desenvolvimento de sua atividade;
- VII - notificar à autoridade sanitária competente, em caráter de urgência, qualquer suspeita de alteração, adulteração, fraude ou falsificação dos produtos que distribui, fornecendo o número do lote para averiguação da denúncia, sob pena de responsabilização nos termos da legislação penal, civil e sanitária;
- VIII - identificar e devolver, ao titular do registro, os produtos com o prazo de validade vencido, mediante operação com nota fiscal, ou, na impossibilidade desta devolução, solicitar orientação à autoridade sanitária competente da sua região;
- IX - utilizar serviços de transporte legalmente autorizados pelas autoridades sanitárias;
- X - somente efetuar as transações comerciais através de nota fiscal, que conterà obrigatoriamente o número dos lotes dos produtos farmacêuticos.

Art. 5º A instalação e o funcionamento de empresa produtora, distribuidora e transportadora de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos serão precedidos de licenciamento pela autoridade sanitária.

§ 1º O depósito dessas empresas será licenciado como unidade autônoma.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

§ 2º O licenciamento das empresas e dos depósitos terá validade durante o ano em que foi concedido, e sua renovação será requerida até o último dia útil do mês de março do ano subsequente ao da concessão ou renovação.

§ 3º A documentação para a instalação e o licenciamento constarão do decreto regulamentador e serão mantidas em cadastro do órgão de vigilância sanitária estadual.

Art. 6º A empresa produtora de medicamentos deverá manter cadastro atualizado dos seus compradores, atacadistas e varejistas, com dados que lhe permitam indicar, sempre que solicitado pelos órgãos de vigilância sanitária, fiscais ou fazendários, os locais onde estejam sendo comercializados os lotes de seus produtos.

Art. 7º A empresa transportadora e o depósito de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos adotarão manual que contenha as normas técnicas de acondicionamento, embalagem e manuseio, empilhamento, segurança e transporte, especificadas pela autoridade sanitária.

Art. 8º Nas compras e licitações públicas de medicamentos, além dos procedimentos disciplinados na legislação em vigor, serão observadas, quando couber, as seguintes exigências:

- I - apresentação da licença sanitária estadual e/ou municipal;
- II - comprovação da autorização de funcionamento da empresa participante da licitação;
- III - comprovação de autorização especial, quando for o caso;
- IV - certificado de Boas Práticas de Fabricação e controle por linha de produção/produtos, emitidos pela ANVISA/MS;
- IV - certificado de Registro de Produtos emitido pela ANVISA/MS, ou cópia da publicação no D.O.U.

§ 1º No caso de produto importado, é também necessária a apresentação do certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, bem como laudo de análise dos lotes a serem fornecidos, emitidos no Brasil.

§ 2º No caso de produtos importados que dependam de alta tecnologia, caso não exista tecnologia nacional para os testes de controle de qualidade necessários, serão aceitos laudos analíticos do fabricante, desde que acompanhados do certificado de origem dos produtos, do certificado de Boas Práticas de Laboratório bem como de Boas Práticas de Fabricação, traduzidos para o idioma português.

§ 3º Além dos documentos previstos no *caput* deste artigo, será exigida das empresas distribuidoras a apresentação de declaração do seu credenciamento junto à empresa detentora do registro dos produtos, bem como Termo de Responsabilidade emitido pela distribuidora, garantindo a entrega dos mesmos nos prazos e quantidades estabelecidos na licitação.

Art. 9º No caso de vencerem a licitação, as distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos, lote a lote, a serem entregues de acordo com o estabelecido na licitação.

Art. 10 Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação, devem apresentar, em suas embalagens secundárias e/ou primárias, os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”.

Art. 11 Para participar do processo de licitação, a empresa poderá oferecer lotes de medicamentos com, no máximo, 10% de seu prazo de validade transcorrido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 12 Fica impedida de participar de licitação a empresa cujo proprietário tenha sido condenado por trânsito em julgado de ação civil ou criminal por infrações ligadas à questão dos medicamentos.

Art. 13 Ficam as empresas produtoras de medicamentos proibidas de distribuir produtos farmacêuticos de amostra grátis a estabelecimentos atacadistas e varejistas.

§ 1º A distribuição de amostra grátis de produtos farmacêuticos, exceto aqueles que contenham substâncias entorpecentes ou que produzem dependência física ou psíquica, é permitida a médicos e dentistas, sempre que possível em quantidade de unidades farmacotécnicas necessárias ao tratamento de um paciente.

§ 2º Ficam as empresas produtoras obrigadas a cadastrar junto à autoridade sanitária seus representantes autorizados a distribuir amostra grátis, bem como efetuar o controle desta distribuição.

Art. 14 O órgão fazendário estadual fica obrigado a:

I - comunicar ao órgão de vigilância sanitária as aberturas e as baixas de inscrição estadual de empresas do ramo de medicamentos;

II - solicitar averiguação da carga de medicamentos por órgão da vigilância sanitária sempre que houver indício de irregularidade;

III - exigir laudo de vistoria do órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal para a concessão de inscrição estadual da empresa que atuará no ramo de medicamentos.

Art. 15 O órgão de vigilância sanitária estadual manterá cadastro atualizado das empresas do ramo de medicamentos.

Art. 16 Fica criada comissão, nos termos do decreto regulamentador, que realizará reuniões bimestrais, com objetivo de manter integração entre os órgãos fazendários, de vigilância sanitária e das Polícias Civil e Militar.

Art. 17 As transportadoras de carga instaladas em Mato Grosso ficam obrigadas a comunicar imediatamente aos órgãos de vigilância sanitária o roubo de cargas de medicamentos.

Art. 18 As transportadoras de carga instaladas em outros Estados que tenham suas cargas roubadas no território de Mato Grosso se obrigam a comunicar a ocorrência de tal fato, imediatamente, aos órgãos de vigilância sanitária.

Art. 19 As seguradoras de carga instaladas em Mato Grosso se obrigam a comunicar imediatamente aos órgãos de vigilância sanitária o destino dado à carga recuperada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da recuperação.

Art. 20 As indústrias de equipamentos destinados à produção de fármacos e medicamentos e as indústrias produtoras de fármacos e medicamentos instaladas em Mato Grosso se obrigam a comunicar aos órgãos de vigilância sanitária a aquisição, a venda, a distribuição, cessão ou doação de equipamentos utilizados na fabricação de seus produtos.

Art. 21 Os fabricantes de insumos e os fabricantes de cartuchos, rótulos e bulas para a indústria farmacêutica:

I - serão cadastrados nos órgãos de vigilância sanitária, conforme decreto regulamentador;

II - fornecerão seus produtos apenas para empresas que tenham alvará de licença de funcionamento expedido por órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal e autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Saúde;

III - manterão cadastro atualizado de seus compradores, com o respectivo número do alvará e com informações que permitam identificar o produto adquirido e a quantidade comprada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Art. 22 Os estabelecimentos farmacêuticos atacadistas ou varejistas comunicarão aos órgãos de vigilância sanitária estadual ou municipal a existência de medicamentos vencidos.

Parágrafo único A comunicação a que se refere o *caput* deste artigo conterà, com relação a cada tipo de medicamento:

- I - nome;
- II - número do lote;
- III - data de vencimento;
- IV - tipo do descarte.

Art. 23 As normas de descarte deverão seguir as estabelecidas pelos órgãos de limpeza urbana municipais, resguardadas as normas estaduais e federais de gerenciamento e controle de resíduos com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

Art. 24 A inobservância do disposto nesta lei e demais normas sanitárias configura infração, ficando os infratores sujeitos às penalidades sanitárias vigentes, sem prejuízo daquelas previstas na legislação civil e penal.

Art. 25 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Art. 26 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Até a década de 30, a produção de medicamentos no Brasil era predominantemente artesanal. Para se ter uma idéia, em 1920 havia menos de 200 laboratórios registrados no país e a maioria funcionava de forma totalmente arcaica. A partir daí, começou a florescer uma indústria de medicamentos mais avançada, baseada na produção de medicamentos biológicos e fitoterápicos e na importação de tecnologia.

No final dos anos 30, já se encontravam instalados no Brasil vários laboratórios estrangeiros, entre eles: Bayer, Rhodia, Merck, Andrômaco, Roche, Ciba, Roussel, Glaxo, Organon, Sidney Ross, Johnson & Johnson e Abbott.

A Segunda Grande Guerra, por sua vez, serviu de fator estimulante para o desenvolvimento e a produção de novos medicamentos, o que resultou no aprimoramento da ciência e em novos investimentos no setor. Empresários e governos se uniram nessa empreitada, surgindo, então, diversos medicamentos revolucionários, como, por exemplo, os corticosteróides. Datam dessa época os tão festejados antibióticos, hoje conhecidos de todos por sua eficiência no combate às infecções.

Como decorrência natural dessa fase de altíssimo consumo de drogas, durante e após a segunda guerra mundial, foram introduzidos no Brasil milhares de novos medicamentos, estimados em 7.000 no período compreendido entre 1945 e 1963. Naquele mesmo período, ingressaram no país aproximadamente 24 laboratórios vinculados a multinacionais, oriundos dos mais diferentes países. Esse fato culminou na introdução no Brasil de mais de 35.000 novas drogas.

Hoje, o país conta com cerca de 71 laboratórios multinacionais, que detêm em torno de 85% da produção de medicamentos. À indústria nacional, constituída por cerca de 400 empresas, coube a pequena fatia de 15%, aproximadamente.

Conforme dados da ABIFARMA, o Brasil foi responsável pelo consumo de 3% da produção mundial de medicamentos em 1996. Em termos financeiros, a sociedade brasileira pagou aproximadamente dez bilhões de reais pela aquisição de tais produtos. Esses números elevaram o Brasil à condição de maior mercado da América Latina, absorvendo 40% do total de medicamentos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

---

consumidos no continente e dois terços do total de medicamentos adquiridos pelos quatro países que integram o MERCOSUL: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Atualmente, Mato Grosso possui mil farmácias, 45 distribuidoras de medicamentos e uma indústria farmacêutica.

No Estado de Mato Grosso existe aproximadamente um estabelecimento farmacêutico, drogaria ou farmácia, para cada dois mil e quatrocentos habitantes, quando o necessário, segundo parâmetros da Organização Mundial de Saúde, seria um estabelecimento para cada oito mil habitantes. Essa proliferação de drogarias, entre outros problemas, torna mais difícil o controle por parte dos órgãos sanitários competentes.

O Brasil se tornou um consumidor voraz de medicamentos, apesar da grande maioria de sua população não ter acesso a esse recurso terapêutico. Esta condição acabou por expor o país a um grande risco, dada a enorme quantidade de medicamentos impróprios para o consumo colocados no mercado.

As irregularidades não dizem respeito tão-somente à falsificação dos produtos, mas a todo o processo compreendido entre a produção e o consumo final: comercialização de produtos com data de validade vencida; armazenamento inadequado; alteração dos ingredientes, com prejuízo do princípio ativo; comercialização de amostras grátis; comercialização de produtos que dependem de autorização especial do órgão sanitário competente; entre outras.

Os diversos meios de comunicação de massa vêm denunciando à opinião pública, de forma exaustiva, as mazelas que contaminam o mercado de medicamentos no Brasil. Noticia-se, cotidianamente, a presença de medicamentos falsificados nas prateleiras das farmácias e drogarias, bem como sua utilização pela rede hospitalar pública e privada. O número de produtos falsificados é tão assustador que deixa toda sociedade perplexa.

O medicamento falsificado, por sua natureza, é extremamente pernicioso para toda a sociedade. Basta atentar no que ele traz consigo:

a) Reflexos negativos na arrecadação de tributos: o produto falsificado é, em regra geral, de origem desconhecida. Aquele que o produz evidentemente não arrecada qualquer tributo (IPI, ICMS, COFINS, etc.). Assim agindo, acaba por lesar o fisco, dada a ilegalidade do fato gerador.

b) Prejuízo para o consumidor: aquele que adquire e utiliza o produto falsificado é duplamente lesado, pois, além de desembolsar recursos financeiros para aquisição de um medicamento que não atende às suas finalidades farmacológicas, submete a risco o seu maior patrimônio, a saúde.

c) Prejuízo para o titular da marca patenteada: o laboratório detentor da marca patenteada é também vítima da ação perniciosa dos falsificadores de medicamentos, já que tem prejuízos consideráveis para recuperar a imagem do produto no mercado.

Uma análise mais aprofundada da questão da falsificação de medicamentos demonstra que ela tem raízes que se estendem por todo um sistema, que tem enormes falhas, tanto no que se refere à normatização, quanto à execução das ações.

Tais falhas se materializam nas fraudes relacionadas a embalagem, acondicionamento, armazenamento e descarte de medicamentos, na insuficiência dos órgãos fiscalizadores e na falta de integração entre eles, que deveriam zelar pela qualidade dos produtos, dos equipamentos utilizados para fabricá-los, da pureza de sua matéria-prima, das embalagens utilizadas, de sua comercialização. Merece especial atenção o alto índice de roubo de cargas de medicamentos, cujo produto, devido a condições inadequadas de acondicionamento, muitas vezes perde a validade. Também merece atenção a ocorrência de vendas de amostras grátis, frequentemente adulteradas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Embora não haja dados estatísticos confiáveis para comprová-lo, sabe-se que um número considerável de medicamentos é colocado à venda sem atender às suas finalidades farmacológicas, pelo acondicionamento irregular e também pela estocagem inadequada. Não foram poucas as vezes que a vigilância sanitária detectou o problema nos estabelecimentos comerciais visitados.

A principal incorreção verificada foi a estocagem dos produtos em locais impróprios, com aclimação deficiente, o que acaba por interferir no princípio ativo do medicamento.

O transporte irregular de medicamentos também tem contribuído para agravar o problema, visto que muitas vezes, dentro dos caminhões baús que os transportam, a temperatura chega a alcançar 60°. Não poucas vezes tais produtos são transportados juntamente com agrotóxicos, o que certamente resulta em sua contaminação.

Medicamentos estocados em ambiente com temperatura inadequada, fora dos parâmetros indicados pelo fabricante, ficam inutilizados. Comercializar produtos nessas condições é lesar o consumidor e, por conseqüência, toda a saúde pública.

Além de configurar crime, conforme capitulado na Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1991 - Código de Defesa do Consumidor, a venda de medicamentos com prazo de validade vencido acaba por colocar em risco a vida de quem ingere tais produtos.

A incidência da comercialização de medicamentos nestas condições é preocupante.

Verifica-se também que é comuns a prática da estocagem de medicamentos com data de validade vencida. Há razões de sobra para se desconfiar de que tais produtos retornarão às prateleiras com adulteração das datas de vencimento neles contidas, ou serão utilizados de forma perigosa por terceiros. É de se perguntar por que tais produtos não são inutilizados mediante processo de incineração ou mesmo devolvidos aos respectivos fabricantes.

Um outro aspecto chama a atenção: apesar da referida lei de defesa dos consumidores estar em vigor há mais de dez anos, até o presente pouco ou nenhum comerciante foi processado e condenado criminalmente pela comercialização de medicamentos com data de validade vencida.

Não são apenas os medicamentos falsificados, os acondicionados de forma inadequada, os estocados em locais impróprios, os transportados em condições irregulares ou os vencidos em razão do excesso de tempo que perdem suas propriedades farmacológicas. Também os fabricados e acondicionados de forma regular podem não trazer benefício algum para a saúde, se o teor do princípio ativo neles contido não corresponder ao mínimo necessário para que os efeitos se produzam. Foram mencionados casos de medicamentos regulares, nos quais o teor do princípio ativo não corresponde às especificações constantes da bula ou da composição registrada no Ministério da Saúde.

Além disso, há os chamados medicamentos injustificáveis, isto é, aqueles que, embora registrados e produzidos em conformidade com as especificações constantes do registro, são dispensáveis por não produzirem nenhuma alteração metabólica capaz de favorecer o organismo no combate de qualquer enfermidade.

A distribuição de medicamentos denominados pelos fabricantes como “amostra grátis” pode não configurar uma prática ilícita em um primeiro momento. Entretanto, tem sido uma constante a venda desses produtos por parte de comerciantes que evidentemente os receberam das mãos dos laboratórios fabricantes ou mesmo das distribuidoras.

Constitui, sem dúvida, um indicador de fraude o volume de amostras grátis fabricadas que, em alguns laboratórios, chegam a representar cerca de 40% da produção total.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Como a entrega gratuita desses medicamentos por parte do fabricante ou da distribuidora não caracteriza fato gerador de ICMS, há suspeita da ocorrência de uma espécie de burla à legislação que rege o tributo. Do ponto de vista do erário, há que se investigar a fundo quais são os reflexos dessa questão.

Além disso, a comercialização indiscriminada de amostras grátis acaba por ensejar outra fraude extremamente grave: a reembalagem do produto, utilizando-se medicamentos vencidos. Como não existe controle sobre a produção e a distribuição de amostras grátis, toda a sociedade fica vulnerável.

Rotulou-se como “empurroterapia” a prática comercial perniciosa, consubstanciada na ação de funcionários das farmácias e drogarias que se arvoram de médicos e passam a receitar para os pacientes que procuram esses estabelecimentos. Além de ser considerada como exercício irregular da profissão, a orientação desses vendedores, muitas vezes inescrupulosos, acaba por colocar em risco a vida do consumidor.

A “empurroterapia” é facilitada pelos seguintes fatores:

a) não-cumprimento, pelas farmácias e drogarias, da Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que determina a presença de um farmacêutico profissional no estabelecimento comercial;

b) pagamento, pelos laboratórios chamados de segunda linha, de gratificações aos comerciantes que venderem seus produtos;

c) falta de orientação adequada do consumidor, para que evite tal prática;

d) facilitação da venda, sem prescrição médica, de medicamentos controlados;

e) concorrência acirrada, patrocinada principalmente pelas grandes redes, que têm um poder maior de negociação junto aos laboratórios mais conceituados;

f) ganância pelo lucro fácil, buscado incessantemente, sem que sejam observados os mínimos princípios éticos.

Outro problema que ocorre, é claramente a grande desarticulação entre os órgãos responsáveis por garantir a qualidade dos medicamentos usados pela população e coibir as irregularidades e delitos relacionados ao problema.

Embora a Vigilância Sanitária trate, nas inspeções que realiza, apenas das questões que lhe são atinentes, problemas fiscais relativos aos produtos inspecionados muitas vezes ficam evidenciados, sem que haja uma apuração posterior dos fatos pelos órgãos fazendários.

Através deste projeto, pede-se a instituição de normas mais firmes e contundentes, com a finalidade de coibir as irregularidades cometidas.

O medicamento tem um papel de suma importância na prevenção e recuperação da saúde, que, pelos ditames da Carta Magna, constitui um direito do cidadão e um dever do Estado. Não pode ser tratado, portanto, como uma mercadoria qualquer, sujeita às leis do mercado. Sua comercialização deve ser objeto de regulamentação e controle rigorosos, até porque, para que sua eficácia, qualidade e integridade sejam preservadas, são necessárias condições especiais de armazenamento, transporte e distribuição.

Não há no país uma política de medicamentos voltada para o interesse público. Apesar da grande maioria da população brasileira não ter acesso aos medicamentos necessários à preservação e recuperação da saúde, as prioridades para a indústria farmacêutica são estabelecidas pelos próprios produtores, a partir das possibilidades de lucro oferecidas pelo mercado.

Vale ressaltar o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal que estabelece:

“Art. 24 Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Vale ressaltar ainda o § 2º também do art. 24 da Constituição Federal:

“Art. 24 Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a
competência suplementar dos Estados.”

Por sua vez, o art. 196 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito
de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à
redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e
serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Essa norma jurídica trará, com certeza, bons frutos, ao proteger a sociedade
deste imenso mal que nos tem sido causado pela presença de medicamentos falsos no mercado,
com data de validade vencida, armazenamento inadequado; alteração dos ingredientes, com
prejuízo do princípio ativo; comercialização de amostras grátis; comercialização de produtos que
dependem de autorização especial do órgão sanitário competente, entre outras.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO

3º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

**Concede o Título de Cidadã Mato-
grossense a Srª Marlene da Silva
Trentini.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO com
base no que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Srª Marlene da Silva Trentini o Título de Cidadã Mato-
grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Marlene da Silva Trentini é natural de Erval Seco, Rio Grande do Sul. É casada
com o atual prefeito de Alto Garças, Roland Trentini, com quem teve dois filhos, Paulo, que
atualmente cursa Administração, e Patrícia que é formada em Engenharia Agrônômica.

É Secretária Municipal de Assistência Social de Alto Garças, onde trabalha
arduamente para a população carente, principalmente para as crianças, idosos e gestantes.

Foi organizadora da IV Conferência Municipal de CMDCA com o tema “Pacto
pela Paz - Uma Construção Possível”.

Foi organizadora da Conferência Regional de Assistência Social, com o tema
“Uma trajetória de avanços e desafios”.

Em 1997 recebeu o prêmio de Destaque - Personalidade do Ano, pelos relevantes
serviços visando o progresso e desenvolvimento de Alto Garças.

Pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso, entendemos ser a
Srª Marlene da Silva Trentini merecedora desse título de cidadã mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

4º) MOÇÃO DE PESAR: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Pesar a Sr^a Maria da Conceição Falcão dos Santos e família, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, representando o pensamento de sua gente, vem manifestar a Sr^a Maria da Conceição Falcão dos Santos e família seu profundo pesar pelo falecimento de seu marido, Dr Francisco de Borja Santos, ocorrido no dia 22 do corrente mês.

Francisco de Borja foi um grande marido, pai e avô, sempre presente nos momentos bons e ruins de sua família. Chico de Borja deixa saudades, mas também deixa um exemplo de vida simples e honesto, a ser seguido não só pelos seus filhos e netos, mas por toda sociedade.

Como Prefeito de Barão de Melgaço foi também um exemplar administrador, governando com seriedade e competência aquele próspero município.

Que Deus ilumine o caminho de Francisco de Borja e conforte o coração de seus familiares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Mauro Savi.

O SR. MAURO SAVI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Verinha Araújo, uso esse expediente para apresentar algumas proposições:

1ª) INDICAÇÃO: Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Maggi, com cópias para o Exmº Sr. Secretário de Saúde, Marcos Henrique Machado; para a Exmª Srª Secretária de Educação, Ana Carla Muniz; e para a Exmª Srª Secretária de Trabalho, Emprego e Cidadania, Terezinha Maggi; a necessidade da criação do Programa de Educação Alimentar.

Com fundamento no que dispõe o art. 245, II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, após a manifestação favorável do soberano Plenário, solicito o envio deste expediente legislativo às autoridades supramencionadas, por meio do qual reivindico a criação do Programa de Educação Alimentar, de caráter multissetorial, objetivando a orientação e a mudança de hábitos alimentares, principalmente das crianças e adolescentes, tendo em vista o crescimento acelerado da obesidade entre os integrantes das mencionadas faixas etárias, posto que atualmente cerca de 1/4 (25%) daquele universo acha-se acima do peso ideal, com tendência ao estado de morbidez, fato altamente preocupante, já que da obesidade originam-se outras moléstias, dentre elas, diabetes, doenças cardíacas e coronarianas, hipertensão arterial e doenças da locomoção, todas, evidentemente, danosas à saúde humana e de tratamentos dispendiosos.

JUSTIFICATIVA

Segundo especialistas no assunto, a obesidade em geral decorre de conduta pessoal e/ou familiar que retrata uma educação deficiente na sistemática alimentar, imposta por hábitos e costumes indevidos.

A modernidade contemporânea, de face consumista e com elevada dose de comodidade e inércia, é também fator que concorre para o crescimento dos índices de obesidade, principalmente entres as crianças e adolescentes. Esta é, na verdade, uma conduta de alcance mundial, que atormenta as pessoas, as famílias, as autoridades e os profissionais do setor de saúde. Essa preocupação real, em alguns países, está sendo combatida por meio de programas de educação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

e reeducação alimentar, patrocinados pelo Poder Público, buscando atingir as camadas mais jovens da sociedade.

A obesidade é, assim, considerada um grave distúrbio de saúde pública e, em decorrência, causa enorme preocupação social, fato comprovado pela presença constante do assunto nos meios de comunicação e de discussões e debates no seio da comunidade médico-hospitalar e de alguns segmentos da própria sociedade.

No Brasil, estima-se que os índices de sobrepeso estejam em torno de 45% a 50% da população, dependendo da região e do Estado. Isso representa algo ao redor de setenta milhões de pessoas, independente de faixa etária, que se acham com peso avaliado como superior ao ideal. Autoridades ligadas ao controle e tratamento da obesidade adiantam que o problema da obesidade é muito grave entre as crianças e os adolescentes. Esse contingente, com peso maior do que o aceitável, aumentou de 5% para 15% nos últimos dez anos, hoje estimado em cerca de 10,5 milhões de pessoas jovens, a grande maioria, tendendo para a chamada obesidade mórbida, encaminhamento indesejável que precisa ser contido rapidamente por meio de ações governamentais, se possível, em conjunto com a sociedade. No Estado a proporcionalidade da doença entre crianças e adolescentes mantém correlação com os índices nacionais.

Assim, devido à preocupação com a questão, um dos caminhos apontados para conter o avanço do mal é o que se relaciona com a introdução de métodos objetivos de educação e reeducação alimentar para crianças e adolescentes, com a participação familiar, visto o peso desta no que concerne à formação da despensa alimentar, sob a tutela do Estado, por intermédio de ação multissetorial, envolvendo as áreas de saúde, educação e cidadania. Não se dispensa, obviamente, o imprescindível envolvimento voluntário da sociedade ou via seus segmentos representativos organizados.

Desse modo, diante do panorama retratado, que configura o avanço da obesidade como uma questão de saúde pública, entendo que cabe ao Poder Público criar os meios e os mecanismos capazes de frear a sua acelerada desenvoltura, especialmente entre as crianças e os adolescentes, por meio de instrumento duradouro, como a instituição do Programa de Educação Alimentar, a ser criado e conduzido pelas áreas governamentais aqui citadas, precedido de ampla discussão com a sociedade e também com os movimentos que militam, em sentido amplo, em desfavor da obesidade.

Para tanto, cumpre-me submeter à qualificada apreciação de meus distintos Pares a presente proposição legislativa, aos quais solicito o devido apoio no sentido da mesma ser acolhida e aprovada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.
Deputado MAURO SAVI

2º) INDICAÇÃO: Indico ao Exmº Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador José Ferreira Leite, a necessidade da criação e instalação da Comarca de Colniza.

Com fundamento no que dispõe o art. 245, II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, após a manifestação favorável do soberano Plenário, solicito o envio desta proposição legislativa à digníssima autoridade supramencionada, por meio da qual reivindico, em nome das lideranças políticas, empresariais, comunitárias, clubes de serviço e da população em geral, a criação e instalação da Comarca de Colniza, município situado no extremo norte/noroeste do Estado, última fronteira agrícola em processo de abertura e ocupação, que se acha em franco e acelerado crescimento socioeconômico e populacional, o que, inegavelmente, provoca crescentes demandas por serviços públicos, de modo especial no âmbito jurisdicional do Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA

A prestação jurisdicional constitucionalmente está afeta ao Poder Judiciário. É, de fato, uma questão de grande e elevado alcance social e imprescindível ao equilíbrio e harmonia das relações entre os diferentes e contraditórios grupos que formam a sociedade. A sua existência e o seu funcionamento são fundamentos pétreos da organização do Estado e alicerces intangíveis do regime democrático. Portanto, a sua importância é inquestionável e insubstituível.

O acelerado crescimento socioeconômico e populacional do Estado de Mato Grosso é visível e irrefutável. Por outro lado, acompanhando essa positiva escalada, crescem também em ritmo superlativamente apressado as demandas sociais. Entre elas, num vasto universo, inclui-se a prestação dos serviços da incumbência do Poder Judiciário.

A criação de comarcas é, no âmbito estadual, pleito corrente, visto cada vez mais a necessidade da presença e proximidade da Justiça com o cidadão, alvo síntese de sua operacionalidade e da proteção do direito e da aplicação da lei na realização da justiça.

A presença do Poder Judiciário no município, num Estado territorialmente extenso como Mato Grosso, com grandes carências infra-estruturais, é fator de tranquilidade e de paz social e, acima de tudo, de respeito à cidadania, visto que considerável parcela daqueles que recorrem àquele Poder é constituída de pessoas ou famílias que não dispõem dos recursos financeiros e materiais para se valerem da guarida e do amparo da Justiça, pois é sabido que quanto mais distante do cidadão, mais difícil é o acesso deste na busca de seus direitos perante o Poder Judiciário.

O quadro de dificuldade genericamente retratado é o vivenciado pela população e operadores do direito em Colniza, decorrente das enormes e abrangentes dificuldades, em sentido amplo, para provocar a intervenção da Justiça, evidentemente nas questões que lhe são pertinentes, visto que esse município integra a jurisdição de comarca estabelecida na sede de outro município longínquo e ligados entre si por estradas marcadas, em qualquer época, por restrições de trafegabilidade.

Segundo o apurado, o Município de Colniza, a última fronteira agrícola de Mato Grosso em ocupação e, por isso, receptor de incontável fluxo migratório, já conta com os requisitos exigidos para a criação e a instalação de sua comarca. A estimativa de sua população é superior a 20.000 habitantes; a extensão de seu território é da ordem de 25.554km²; possui mais de 3.000 eleitores inscritos; conta com mais de 300 casas na sede do município; sua arrecadação e repasses que ultrapassam ao mínimo requerido; o volume de serviços forenses equivale, no mínimo, ao de outra comarca de 1ª entrância; edifícios e prédios em condições de abrigar as instalações forenses, a cadeia pública, o destacamento policial e moradia do magistrado.

Assim, em atenção ao reivindicado pelas lideranças políticas, empresariais, comunitárias, sociais, educacionais, operadores do direito e clubes de serviços, cumpre-me requerer, com a devida *venia*, ao Poder Judiciário, perante a alçada competente, a criação e instalação da comarca de Colniza. Para tanto, submeto à qualificada apreciação de meus distintos Pares a presente proposição legislativa, aos quais conclamo dispensarem posicionamento favorável a sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.
Deputado MAURO SAVI

3ª) PROJETO DE LEI:

**Dispõe sobre a fixação de marcos
demarcatórios para a indicação de**

**divisas intermunicipais definidas por
linhas geodésicas imaginárias, e dá
outras providências.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º As divisas intermunicipais legalmente estabelecidas, definidas por linhas geodésicas imaginárias, elementos de difícil reconhecimento ou sujeitos a modificações em curto período de tempo, deverão ser materializadas por meio da fixação de marcos demarcatórios de divisas.

Art. 2º Os marcos demarcatórios de divisas intermunicipais são considerados obras públicas, albergados pela legislação civil de proteção ao patrimônio público.

§ 1º Os marcos demarcatórios de divisas intermunicipais de que trata este artigo serão construídos em concreto, em forma de tronco de pirâmide de base quadrada, medindo 40 (quarenta) centímetros de lado na base, 20 (vinte) centímetros de lado no topo e 1,50 (um e meio) metro de altura.

§ 2º Os marcos demarcatórios de divisas intermunicipais deverão conter uma plaqueta de identificação, em formato circular, com 15 (quinze) centímetros de diâmetro, na qual constará a sigla do órgão estadual responsável pela definição dos limites intermunicipais, o número do cadastro do marco e os dizeres “MARCO DE DIVISA INTERMUNICIPAL” e “PROTEGIDO POR LEI”, os nomes dos municípios envolvidos no limite e a data da sua implantação.

§ 3º Ocorrendo mudanças nas divisas estabelecidas, o órgão estadual responsável pela definição dos limites intermunicipais providenciará as alterações necessárias nos marcos demarcatórios, na forma prevista no parágrafo imediatamente anterior.

§ 4º Na ocorrência da linha divisória transpor rodovia estadual, além dos marcos demarcatórios, dispostos à margem desta e na faixa de recuo, deverá também ser fixada placa, com tamanho e forma definidos na legislação pertinente, informando sobre os nomes dos municípios limítrofes.

§ 5º A quantidade mínima de marcos demarcatórios de divisas, por linha divisória, e a distância ideal entre eles, serão definidos na norma regulamentadora desta lei.

Art. 3º A implantação dos marcos demarcatórios de divisas intermunicipais será executada sob a orientação e supervisão do Poder Executivo Estadual, por intermédio do órgão técnico competente, ao qual caberá estabelecer os critérios para a implantação dos mesmos, homologar esse ato administrativo e proceder aos registros técnico e civil necessários.

§ 1º Não haverá desapropriação de áreas para a implantação de marcos demarcatórios de divisas, devendo a fixação dos mesmos ser efetuada com base no interesse público, com a anuência, por escrito, do proprietário da área a ser ocupada pelos marcos.

§ 2º O registro civil de que trata este artigo será feito, gratuitamente, em cartório de registro de imóvel de cada município envolvido no limite.

Art. 4º A remoção de marcos demarcatórios de divisas intermunicipais, a qualquer título, somente poderá ser realizada por meio de autorização formal passada pelo órgão técnico aludido no art. 3º desta lei.

Art. 5º Os municípios instalados e devidamente delimitados disporão de 02 (dois) anos para se adequarem às exigências desta lei, prazo contado a partir da data da regulamentação desta norma.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Parágrafo único Os municípios criados e os que sofreram o conseqüente desmembramento ou aqueles que forem objeto de alteração ou revisão de limites territoriais, após a edição e regulamentação desta lei disporão do mesmo prazo disposto no *caput* deste artigo, contado a partir da data da instalação político-administrativa ou da determinação legal dos novos limites.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, trouxe em seu bojo a figura de um novo e prestigiado ente federativo: o município. Entre outras cláusulas, estabelece ainda o mencionado diploma legal superior disposições relativas a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios (CF, art. 18, § 4º). Esse cenário constitucional veio dar ao município o reconhecimento de sua importância no contexto da Federação brasileira.

A execução de cada uma daquelas previsões requer, obviamente, o estabelecimento de divisas geopolíticas. Os Estados, como se sabe, na sua conformação geopolítica, é dividido territorialmente em municípios. Lei Complementar, por sua vez, regulamenta todo processo jurídico-legal e operacional decorrente do contido no dispositivo constitucional supracitado. Todavia, não faz referência à fixação de elementos físicos, marcos demarcatórios, para a indicação das divisas intermunicipais definidas por linhas geodésicas imaginárias. Nesse sentido, silencia também a Carta Magna Estadual ou qualquer outra norma inferior pertinente, apesar da relevância implícita no assunto. É um vazio legal que precisa ser reconhecido e solucionado.

Em Mato Grosso, Unidade Federativa em acelerado crescimento econômico e populacional, o surgimento de novas entidades administrativas municipais, ou seja, o próprio município e distritos, processa-se num ritmo frenético que, na média, supera o que acontece similarmente em outros Estados brasileiros, mesmo com relação àqueles que ainda contam com grandes espaços territoriais vazios e que recebem constantes fluxos migratórios.

A propósito, importa registrar, com base em dados do IBGE, que a área geográfica de Mato Grosso é da ordem de 906.806,90km², superfície territorial dividida em 22 Microrregiões Homogêneas (MRH), atualmente subdivididas em 139 unidades municipais, o que resulta numa área média de 6.523,79km² por município, algo equivalente a 652.379,06 hectares/município. Ainda segundo a mesma fonte (IBGE-2000), a população estimada do Estado pelo censo realizado naquele ano foi de 2.502.260 habitantes, o que perfaz uma densidade demográfica de 2,75 pessoas por km², número que, sem dúvida, retrata a existência de considerável vazio populacional.

Dos números expostos, no meu entender, fica suficientemente clara a necessidade de se ampliar o processo de divisão e de desmembramento municipal no Estado, embora a existência de empecilhos legais para a materialização dessa tarefa, que, segundo me parece, à primeira vista, fere a autonomia legislativa estadual e o princípio federativo. O município, antes de tudo, é uma célula política e administrativa que se insere sistemicamente ao Estado, cabendo, portanto, a este componente federativo, sob amparo legal, a decisão de criá-lo em perfeita consonância com a soberana vontade das populações envolvidas.

Inobstante a aresta apontada, que, momentaneamente, impossibilita avanços na divisão e no desmembramento territorial do Estado, os municípios criados e devidamente delimitados por linhas divisórias geodésicas carecem da presença de objeto real materializador das áreas lindeiras, fato que, em determinadas circunstâncias, cria dificuldades para a perfeita definição das divisas intermunicipais e, eventualmente, a conseqüente determinação da exata extensão territorial da unidade municipal, medida que integra o cálculo do índice relativo da participação dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

---

municípios na distribuição do produto da arrecadação do ICMS. Vejo, portanto, como de relevante interesse público a fixação de marcos demarcatórios no estabelecimento das divisas intermunicipais.

Dessa forma, objetivando disponibilizar norma perene referente à fixação de marcos demarcatórios para a indicação de divisas intermunicipais definidas por linhas geodésicas imaginárias, conforme aqui preconizado, cumpre-me submeter à qualificada apreciação de meus distintos Pares a presente proposição legislativa, aos quais solicito dispensarem posicionamento favorável a sua acolhida, tramitação e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado MAURO SAVI - PPS

Comunico também, Sr. Presidente, que estive esta semana em um encontro em São Paulo, do PPS, somando também como delegado do partido, e quero dizer-lhe o representei muito bem na convenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Agradeço, meu companheiro. Com a palavra, o nobre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, imprensa, público presente, cumprimento também os moradores do bairro Renascer, o presidente da Câmara de Peixoto de Azevedo, Vereador Itamar, do PTB, é uma alegria contar com a presença dos senhores aqui.

Como disse o Deputado Humberto Bosaipo, todos os Srs. Deputados realmente têm estado preocupados, todos nós estamos imbuídos nessa questão, estivemos aqui quando da audiência pública sobre o bairro Renascer e continuamos no propósito de defender os moradores, aqueles que precisam resolver o problema dos seus terrenos, e esta Casa, com certeza, não vai falhar nesse processo.

Também, Sr. Presidente, para apresentar uma indicação:

Indico ao Poder Executivo a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a implantação de uma unidade fixa de atendimento integrado ao cidadão, Programa Ganha Tempo, no Município de Rondonópolis.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Blairo Borges Maggi, com cópia a Exm^a Sr^a Secretária de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, Terezinha de Souza Maggi, mostrando a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a implantação de uma Unidade Fixa de Atendimento Integrado ao Cidadão, Programa Ganha Tempo, em conformidade com o art. 4^o da Lei n^o 7.684, de 19 de junho de 2002, no Município de Rondonópolis.

JUSTIFICATIVA

Levando em consideração o grande crescimento e desenvolvimento do Município de Rondonópolis, que hoje agrega cerca de 170.000 habitantes, com a força da sua gente, destaca-se no cenário nacional como grande pólo do agronegócio do Centro-Oeste brasileiro.

Por estar localizada num entroncamento que interliga o Centro-Sul do país às regiões Norte e Noroeste, afluem ao município pessoas oriundas das mais diversas regiões do país, em busca de melhores condições de vida.

Sendo cidade pólo da Mesorregião Sudeste, agregando mais 16 municípios com uma população superior a 350.000 habitantes, apresentamos a presente indicação, que tem por finalidade agrupar os serviços públicos essenciais do município, como: posto de correio, posto de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

serviços telefônicos, posto bancário, posto avançado do INSS, posto avançado para arrecadação de tributos municipais e outros, como também sala para clube de mães, sala para associações de bairros, etc., objetivando atender às necessidades coletivas do cidadão rondonopolitano de forma organizada e eficiente, facilitando sobremaneira o árduo percurso diário traçado pela população, que muitas vezes, em virtude do tamanho da cidade, precisa percorrer um longo trajeto para usufruir dois ou três serviços, desperdiçando, assim, tempo e dinheiro.

A Unidade de Atendimento Integrado ao Cidadão que ora propomos é de suma importância para a sociedade, e para fundamentar tal argumento o Orçamento Geral do Estado contempla para o exercício de 2004 o Programa Ganha Tempo dentro da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, com o objetivo de prestar ao cidadão o atendimento de diversos serviços públicos centralizados e integrados com qualidade, eficiência e eficácia.

Nada mais justo que atender a comunidade com mais este benefício, que é de extrema necessidade para o bom desempenho e desenvolvimento da região, com o amparo legal na Lei nº 7.684, de 16 de junho de 2002, que versa sobre a “criação do Programa de Implantação de Unidades de Atendimento ao Cidadão - Programa Ganha Tempo”.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE - PTB

É algo importante esse programa, criado ainda na gestão passada, e que está sendo implementado pelo Governador Blairo Maggi.

Nós estamos solicitando que o Governador implante no Município de Rondonópolis uma unidade fixa do Ganha Tempo. É algo importante para a nossa região, para toda aquela grande região e, seguramente, facilitará e muito a vida dos cidadãos de Rondonópolis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar um projeto de lei:

Normatiza a inserção de notícias/manchetes nos veículos de comunicação escrita no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica estabelecido que as manchetes que noticiam violência ou ação criminosa, em qualquer grau, espécie ou gênero, ocupem no máximo um espaço físico de um quarto (1/4) de página, dos jornais que circulam no Estado.

Parágrafo único Esta lei tem como objetivo normatizar a estética física e enfatizar os objetivos das manchetes da primeira página dos jornais, de forma a não chocar os leitores.

Art. 2º Os espaços laterais serão reservados a enfoque de outras matérias que o jornal terá em seu desenvolvimento.

Art. 3º As manchetes vinculadas a homicídios, suicídios e mortes em geral não poderão trazer a foto nítida ou sequer próxima da vítima em seu estado de óbito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Os veículos de comunicação que circulam em nossa sociedade, sejam eles escritos, falados, ou televisivos, servem para informar, relatar e noticiar fatos cotidianos, além disso, contribuem significativamente na formação do censo comum da sociedade.

O papel do jornal é muito importante. No entanto, as manchetes de primeira página estão perdendo ou se distanciando de seus objetivos, que é o de informar a população. Ao trazer manchetes em páginas inteiras relatando violência, crimes e tragédias, os leitores, em vez de informados, ficam chocados.

A normatização dessa condição nos jornais vai ao encontro dos interesses da comunidade, que necessita ser informada e não precisa ficar chocada e apreensiva com sua própria realidade.

O que esta lei propõe não é esconder os fatos, mas não permitir o enfoque exacerbado a ponto de escandalizar a comunidade e a opinião pública com fatos violentos e hediondos, como os recentemente enfocados pelos jornais na capital, que trouxeram mais insegurança para a população.

Pelas razões aqui expostas, e certo da sensibilidade dos nobres Pares quanto à proposição, conto com o parecer favorável à sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado NATANIEL DE JESUS - PMDB

Por que isso? Porque nós vemos... Eu não tenho nada contra o jornal, estou até tentando esconder o nome do jornal, Deputado Sérgio Ricardo, mas fiquei muito chocado com esta página de jornal, na época, em fevereiro, num dia de sábado, que contava sobre um assalto a um banco, a uma caixa, lá em Poconé.

Inclusive, o Deputado Humberto Bosaipo estava falando sobre turismo. Poconé é portão de turismo. Eu não sei qual a intenção em espantar turistas, porque uma manchete como esta denigre o Estado, o município, e, principalmente, um município tão aconchegante, tão gostoso de se visitar, com uma população tão boa, tão dócil, como o de Poconé.

Então, eu peço neste projeto que se normatize a inserção de notícias de violências, que seja restringida, que seja diminuída. Por que não ocupar uma página do jornal com informações, também, culturais? Por que não falar do turismo? Por que não falar de esporte? Aliás, o Estado investe muito pouco em esporte em relação a outros Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul.

Então, eu não estou aqui fazendo uma afronta a um jornal, ao editor, mas quero chamar-lhes a atenção, porque isso também é poluição visual. Isso aqui choca qualquer população. Eu creio que tenha chocado a população de Poconé, como chocaria também a população de Cuiabá.

Por isso, eu peço o apoio dos nobres Colegas nesse nosso Projeto. É o que tenho por hora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nobre Deputado Nataniel de Jesus, Vossa Excelência está realmente no caminho certo, coberto de razões, porque nós verificamos e ouvimos só falar de violência; de paz, de tranquilidade quase não ouvimos falar. Não sei se isso não vende jornal, e talvez seja por isso que essas matérias deploráveis são assim tidas como destaque. Nós também repudiamos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, apresento algumas indicações de interesse do Hospital do Câncer em Cuiabá.

1ª) Indica ao Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, a necessidade de ambulatório no prédio do Hospital do Câncer.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, solicitamos à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente indicatório ao Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, com cópia ao Secretário de Estado de Saúde, Marcos Henrique Machado, mostrando a necessidade de ambulatório no prédio do Hospital do Câncer.

JUSTIFICATIVA

A ausência de um ambulatório no prédio do Hospital do Câncer, para atendimento a pacientes de baixa renda e carentes de tratamento mais efetivo, tem trazido inúmeros prejuízos.

A doença, por si só, já é cruel, agressiva e dolorosa. É uma das enfermidades que mais mata no país. O pânico causado por ela, assim como pela falta de condições acessíveis ao tratamento, agrava ainda mais a situação, podendo paralisar as pessoas e impedir que busquem ajuda na hora certa.

A construção, pois, de posto de saúde nas dependências do Hospital do Câncer teria duas finalidades: os casos de câncer teriam prosseguimento no próprio hospital e outras enfermidades seriam encaminhadas para o atendimento na rede pública.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado CARLOS BRITO - PPS

2ª) Indica ao Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, a necessidade e a conveniência de realizarmos campanhas de prevenção do câncer.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, solicitamos à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente indicatório ao Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, com cópia ao Secretário de Estado de Saúde, Marcos Henrique Machado, mostrando a necessidade e a conveniência de realizarmos campanhas de prevenção do câncer.

JUSTIFICATIVA

Indicamos a necessidade urgente e a conveniência de realizar campanhas de prevenção do Câncer em nosso Estado, numa parceria entre o Hospital do Câncer e o Oncocentro, da Secretaria de Estado de Saúde.

Sabemos que o tratamento do câncer tem um custo, hoje, quarenta vezes mais alto do que sua prevenção.

A justificativa principal para a realização dessas campanhas é mostrar que a esperança se constrói com a crença de que é possível articular parcerias, trabalhar em equipe, compartilhar resultados e colocar à disposição da sociedade mato-grossense tudo o que se pode fazer para prevenção do câncer.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado CARLOS BRITO - PPS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

3ª) Indica ao Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, a necessidade de ampliar o número de UTIs no Hospital do Câncer

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, solicitamos à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente indicatório ao Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, com cópia ao Secretário de Estado de Saúde, Marcos Henrique Machado, mostrando a necessidade de ampliar o número de UTIs no prédio do Hospital do Câncer.

JUSTIFICATIVA

A ampliação do número de UTIs no Hospital do Câncer de Cuiabá, das quatro já existentes para dez, com o fornecimento de seis equipamentos, irá proporcionar um atendimento efetivo à comunidade.

O Hospital do Câncer é referência no tratamento da doença, contando com equipe especializada, operacionalizando através do SUS e convênios, oferecendo atendimento a todas as regiões do Estado.

Ampliando o número de UTIs, estaremos contribuindo para que as pessoas vivam mais tempo, consigam conviver com a doença e possam, inclusive, superá-la. Além do mais, todo cidadão tem direito a tratamento médico digno, aumentando a perspectiva de vida da população.

Não dispomos de dados estatísticos do Brasil, mas nos Estados Unidos há cerca de 8,4 milhões de indivíduos que tiveram algum tipo de câncer e levam uma vida normal, exatamente porque tiveram acompanhamento médico adequado. Isso vem reforçar nossa justificativa.

Cumpre-nos recordar que o projeto de ampliação do número de UTIs e aquisição de equipamentos está na Secretaria de Estado de Saúde.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado CARLOS BRITO - PPS

Sr. Presidente, nesse pequeno tempo do Pequeno Expediente, uma vez que não terei oportunidade de falar no Grande Expediente, apenas para informar os Srs. Parlamentares e aos moradores do Renascer, aqui presentes, no exíguo tempo, que a negociação levada a efeito, através da Casa Civil, contemplou tudo que foi possível em benefício dos moradores. Nós temos uma negociação final, em que os custos dos lotes, divididos pela localização dele e a avaliação da situação do lote, vão do universo de mil, seiscentos e vinte reais, ao máximo de três mil, setecentos e cinquenta para lotes residenciais. Isso parcelado em doze pagamentos, sem juros e correção.

A dificuldade que tem sido administrada, agora, é uma entrada de 20%. Nós estamos trabalhando com a empresa para ver de que maneira se pode flexibilizar isso sem entrar no financiamento para que a comunidade não pague juros.

Toda a negociação foi acompanhada, sim, por uma comissão, inclusive nomeada via *Diário Oficial*, pelos próprios moradores em assembléia. Portanto, não podemos deixar que algumas outras motivações atrapalhem essa situação.

Esses valores, inclusive, são bem abaixo daqueles praticados no mercado local. Portanto, com toda essa valorização da região, como disse o Deputado Humberto Bosaipo, mais a própria regularização e legalização enquanto bairro - a Prefeitura está fazendo toda a parte de legalização, como o Governo vai fazer obras de infra-estrutura no bairro - esse valor será muito menor do que a valoração imediata que esses lotes vão ganhar para venda à vista, se for o caso, enquanto vão pagar em doze vezes, sem juros, sem correção.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Então, a discussão que tem pego é na questão da entrada de 20%. Estamos discutindo com a empresa de que forma se pode melhorar em cima dos lotes comerciais. Pelo que me consta - e eu venho do movimento comunitário -, ninguém invade área alegando necessidade de montar comércio. Ocupa-se área quem não tem moradia. Na negociação se beneficiou, sim, quem precisava da área para morar, para residir, e não para fazer negócio. Esse é o espírito da negociação. Quem pensar diferente disso...

Então, estamos abertos para discutir com todos aqueles que queiram fazer de forma séria o debate sobre o Renascer, até porque - é bom dizer - trata-se de uma ação julgada em última instância, já transitada em julgado pelo STF. Todas as argumentações foram apresentadas durante o processo; prevaleceu a razão à empresa; e foi emitida ordem de reintegração de posse.

O que nós fizemos dentro do Comitê de Conflitos Fundiários foi buscar uma negociação que impedisse essa ação policial. Portanto, a responsabilidade do Estado foi nesse campo. O que podia ser feito foi feito...

(NESTE MOMENTO O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. CARLOS BRITO - São muitas informações para, em poucos minutos, dividirmos com os companheiros Deputados, mas me prontifico a fazer, aqui nesta Casa, até mesmo com a comunidade, com aquelas diversas comissões que recebemos... Admito que tivemos alguns atritos pontuais, com alguns pseudolíderes da comunidade - que se apresentam com tal, mas advogam outros interesses -, como demonstramos todo o respeito com aqueles que efetivamente defendem o que entendemos de razão.

Então, eu acredito que um lote por R\$1.600,00, que é o de menor valor, ou mesmo de R\$3.750,00, naquela localização, com o Jardim das Américas na frente, com o Jardim Itália do lado, com Alphaville atrás, parcelado em 12 pagamentos, sem juros, sem correção, com a Prefeitura fazendo a regularização fundiária, reconhecendo como bairro, com o Governo do Estado pavimentando as vias principais, com a instalação de energia elétrica e da água esses valores são recuperados antes de pagar a última prestação - Antes de pagar a metade das prestações ele já estará valendo 3 ou 4 vezes mais. Portanto, é um grande negócio, sim, para aquelas famílias.

Digo mais, é uma negociação que a empresa aceitou, porque, na verdade, quem tem o direito reconhecido pela Justiça é ela. O Governo forçou a barra para ter a negociação junto com a prefeitura. Então, é muito temeroso buscarmos outro caminho que não seja esse dentro da lei, porque se pode, sim, causar prejuízos sérios aos interesses da comunidade.

No mais, Sr. Presidente, estou à disposição dos Srs. Deputados, se precisarem de maiores informações.

Foi o que pudemos fazer. Se houver outra solução que possa contemplar melhor, sem colocar em risco o que já foi conquistado a favor dos moradores, tudo bem, não vamos nos opor nunca. Mas vou me opor aqui a qualquer proposta que possa representar risco a todos esses ganhos que já foram garantidos para mil e trezentas famílias lá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Deputado João Malheiros, colegas Deputados, eu gostaria de iniciar aqui o Pequeno Expediente, colocando a preocupação que nós temos de buscar um consenso nos diversos conflitos que existem, tanto urbanos como rurais, no Estado de Mato Grosso.

Eu estive recentemente em Querência e estive observando que pessoas que foram levadas pelo INCRA para lá, para os assentamentos de Coutinho União, Pingo d'Água, Brasil Novo, estão lá há mais de dez anos em dificuldade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Hoje nós temos um Estado que todo Brasil observa como um Estado que está em desenvolvimento, mas ainda com pessoas em grandes dificuldades, como é o caso do assentamento Renascer na zona urbana, que foi colocado aqui pela Deputada Verinha Araújo. Tive também a oportunidade de participar da reunião lá na Procuradoria-Geral do Estado e entendo que esta audiência pública, requerida pelo Deputado Sérgio Ricardo e Deputada Verinha Araújo, é interessante. Por quê? Porque vai trazer a versão das famílias que, embora tenham tido - como disse o Deputado Carlos Brito - um avanço, um entendimento possível, não têm a possibilidade de pagar esses 20%.

Então, há necessidade de os setores que cuidam da ascensão social do Estado, de repente, socorrerem e darem um atendimento para esse grupo de famílias que tem essa dificuldade. É preciso buscar essa possibilidade de assentar, de dar a eles os documentos, mas também assegurar os compromissos feitos por lei.

A audiência pública aqui requerida tem um sentido de resolver as divergências que ocorrem lá. Pode-se ir atrás de quem tem dinheiro, pagar o que foi acordado e atender, através da PROSOL, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, aquelas pessoas que não conseguem. Então, eu entendo que tem que ter o apoio, que a Assembléia Legislativa tem que perceber as dificuldades do povo. Eu sou a favor do apoio às pessoas que estão lá e que não vão ter essa possibilidade. De repente, ganham menos que um salário mínimo e não podem cobrir esses 20%.

Então, contem com o meu apoio nesse sentido. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Queremos registrar a presença do Vereador Itamar, Presidente da Câmara de Peixoto de Azevedo, e também do Vereador David, a pedido do Deputado Pedro Satélite.

Com a palavra, o nobre Deputado Sérgio Ricardo.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar aqui os moradores do Bairro Renascer, na pessoa do presidente Orestes.

Quero dizer, Deputado Humberto Bosaipo, que o Bairro Renascer tem sete anos e desde o início nós estamos presentes lá com os moradores, vivenciando toda essa luta justa e que está próxima de chegar ao fim.

Eu não tenho dúvida de que esta Assembléia Legislativa, de que o Governo Blairo Maggi e o Prefeito Roberto França já estão fazendo e tudo farão para que nenhum cidadão tenha que deixar aquilo que sonhou tanto, aquele terreno onde depositou seu sonho, onde depositou tudo que tinha. Venderam na época o que tinham e o que não tinham para terem o seu pedacinho de área ali e poderem construir sua casa.

O que nós percebemos é que muitos estão lutando e que muitos estão interessados em ajudar. O que depender da Assembléia Legislativa, eu não tenho dúvida de que todos os Deputados estarão sempre atentos e sempre presentes para ajudar.

Recentemente, há uns vinte dias, representando a Assembléia Legislativa, eu e a Deputada Verinha Araújo estivemos, num domingo, participando de uma reunião, de uma assembléia, exatamente para discutir essa questão.

Eu não tenho dúvida de que o Governo Blairo Maggi, nesse entendimento com o Prefeito Roberto França e com o auxílio do Deputado Carlos Brito, muito avançou. Está faltando muito pouco. Nós entendemos que ainda falta alguma coisa. Então, é só continuar esse entendimento, continuar essas conversas.

Nós entendemos, Deputado João Malheiros, que, sem dúvida nenhuma, muitas famílias que estão ali não vão conseguir pagar a entrada de 20%. E eu fico feliz de ouvir aqui que existem outros caminhos para se regularizar essa situação. O que não pode acontecer, e eu tenho certeza de que não vai acontecer, é algum cidadão ter que deixar o seu terreno, deixar a sua casa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Então, quero tranquilizar o pessoal do Bairro Renascer. Vocês podem ter certeza de que esta Assembléia Legislativa só tem uma função, a de estar aqui defendendo os interesses da população. Foi a população que colocou cada um de nós aqui dentro e nós não teríamos outra função, outra razão de existir, Deputado João Malheiros, se não fosse estar defendendo os interesse do povo. Eu tenho certeza de que é e será sempre essa a função e a atuação de todos os 24 Deputados desta Assembléia Legislativa. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Ságuas.

O SR. SÁGUAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Verinha Araújo, imprensa, público presente e moradores do Bairro Renascer, eu vou usar o Pequeno Expediente, mas o som está meio baixo...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Vamos melhorar o som para o nobre Deputado Ságuas. O Deputado Ságuas chegou hoje meio estressado, está bravo e nós temos que atender o nosso querido Deputado para deixá-lo calmo e tranqüilo.

O SR. SÁGUAS - Isso é brincadeira do Deputado João Malheiros, porque eu sempre digo que ele chega muito estressado aqui na Assembléia Legislativa. Ele tem uma calma, uma tranqüilidade. Há pouco tempo ele chegou com essa mesma calma e me disse que estava estressado, eu falei: Impossível, Deputado João Malheiros. Então, nós sempre usamos essa brincadeira para dizer que estamos tranqüilos.

Quero apresentar duas indicações:

1ª) Indica ao Sr. Sergio Henrique Allemand Motta, Gerente Regional da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA de Mato Grosso, propondo a construção de 100 (cem) kits sanitários na Vila Aeroporto, Município de Alto Araguaia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução n° 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhada ao Sr. Sergio Henrique Allemand Motta, Gerente Regional da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA de Mato Grosso, indicação propondo a construção de 100 (cem) kits sanitários na Vila Aeroporto, Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A Vila Aeroporto, localizada no Município de Alto Araguaia, é extremamente carente, desprovida de rede de esgotamento sanitário, com a maioria das residências sem sanitários fechados, e muitas vezes as pessoas fazem suas necessidades básicas a céu aberto. Essa problemática vem contribuindo para aumentar a contaminação das águas e, por conseqüência, o aumento de verminoses e diarréias, principalmente em crianças, tornando-se caso de saúde pública.

Pelos motivos expostos, espero a aprovação da presente indicação pelo Plenário desta Casa de Leis e, posteriormente, o pronto atendimento pela FUNASA, através de convênio com o município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.

Deputado SÁGUAS - PT

Eu já morei três anos em Alto Araguaia, Deputado João Malheiros. Estudei no Internauta, Colégio Padre Carlete, a 5ª, 6ª e 7ª séries. Convido o Deputado J. Barreto para também assinar esta indicação, porque foi o mais votado de Alto Araguaia.

2ª) Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado, Blairo Borges Maggi, com cópia a Exmª Srª Ana Carla Muniz, Secretária de Estado de Educação, propondo a ampliação e reforma da Escola Estadual Leovegildo de Melo, no CPA III, Setor V, Município de Cuiabá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhada ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Borges Maggi, com cópia a Exmª Srª Ana Carla Muniz, Secretária de Estado de Educação, indicação propondo a ampliação e reforma da Escola Estadual Leovegildo de Melo, no CPA III, Setor V, Município de Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Leovegildo de Melo, localizada no CPA III, Setor 5, atende uma clientela de 1.478 alunos do ensino médio e ensino fundamental, criada e construída há vários anos, possui problemas na rede elétrica, com risco de curto circuito, possui problemas na rede hidráulica, com entupimentos, vazamentos e mau cheiro, e possui problemas com a pintura, que se encontra envelhecida e descascada. Além dessa reforma, também existe a necessidade urgente da construção de novos banheiros.

Pelos motivos expostos, espero a aprovação da presente indicação pelo Plenário desta Casa de Leis e, posteriormente, o pronto atendimento por parte do Poder Executivo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.

Deputado SÁGUAS - PT

Essa escola é muito antiga. O seu prédio tem mais de 22 anos de construção. A escola existe há aproximadamente 72 anos e esse prédio já está bastante danificado, precisando de reformas, de pintura, de reparo na rede elétrica e hidráulica, e, também, a construção de novos banheiros, tendo em vista que a escola conta com 1.478 alunos.

E, também, para apresentar um projeto de resolução.

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Herman Alfons Bertels.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Herman Alfons Bertels.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Herman Alfons Bertels, natural da Bélgica (Wilrijk), nascido em 16.01.1946, filho de Franciscus Bertels e Maria Joanna Ludovica.

Em agosto de 1965, ingressou no noviciado dos Missionários do Sagrado Coração, estudou filosofia no próprio Instituto. Na Universidade Católica de Louvaina, fez a teologia e depois a licenciatura plena em missiologia.

Foi ordenado sacerdote na paróquia em Lint, pelo Bispo de Antuérpia no dia 08 de abril de 1972.

Em 10 de julho de 1974, desembarcou no Brasil, onde estudou a língua portuguesa, e ajudou, nos primeiros meses, numa paróquia de Francisco Beltrão-PR. Ficou um ano e meio em Ampére-PR. De 1976 a 1987, trabalhou na paróquia da Capanema-PR.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Com os missionários do Sagrado Coração, resolveram abrir um trabalho nas regiões por onde o povo estava migrando, chegou em Juína, no dia 13 de janeiro de 1988. Tomou posse na paróquia junto com o Padre Ademir e Padre Germano no dia 17 de janeiro de 1988, onde permaneceu até o dia 09 de janeiro de 1995, quando foi transferido para Honório Serpa-PR, para trabalhar na paróquia de assentados.

Durante os sete anos que trabalhou como pároco em Juína, na paróquia Sagrado Coração de Jesus, sempre procurou, dentro da linha de uma igreja libertadora, fazer um trabalho onde fosse possível a ligação de fé e vida, lutando sempre pela transformação da sociedade através de lutas nas pastorais sociais, tendo contribuído muito nas Comunidades Eclesiais de base em Juína, onde junto com as lideranças conseguiu organizar:

- Associações dos Pequenos Produtos Rurais;
- Criação da Central das Associações a AJOPAM, para facilitar escoamento e beneficiamento da produção. Nesta Central, sempre contribuiu com a formação dos assentados que resultou numa maior permanência no campo;
- Contribuiu na formação dos membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Sempre assessorou as escolas de: Teologia e de Fé e Política, que serviam como instrumento de formação para as lideranças das Comunidades;
- Com o compromisso sério de construir o reino de Deus que começa na terra, sempre fez questão de pontuar a ligação da nossa fé com a vida através de buscas de uma política, que vai de encontro do bem comum para todas as pessoas.

No dia 28 de novembro de 1997, veio para assumir a recém-criada paróquia de Cotriguaçu, onde, como pastor, desenvolveu um trabalho muito importante frente às Comunidades na capacitação de lideranças, sempre com objetivo renovado da construção de uma nova sociedade.

No dia 22 de fevereiro de 2004, foi empossado como 3º pároco da paróquia Sagrada Família, no Bairro Carumbé, em Cuiabá, junto com o Padre Aloir Salla.

Pelos relevantes serviços prestados à sociedade mato-grossense, solicito a aprovação do projeto de resolução que ora submetemos à deliberação dos nobres Parlamentares desta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 24 de março de 2004.
Deputado SÁGUAS - PT

Ele é belga naturalizado brasileiro, e é Padre missionário da Congregação Sagrado Coração de Jesus. Trabalhou muitos anos em Juína, prestando excelente serviço à população e também ao Município de Cotriguaçu. Hoje ele está trabalhando aqui no Município de Cuiabá.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srª Deputada, a União Nacional dos Legisladores Estaduais - UNALE, realiza nesta 6ª feira uma importante reunião da Diretoria. Estarão presentes nessa reunião, por Mato Grosso, os Deputados Humberto Bosaipo, Gilmar Fabris e eu, e vamos tratar, Sr. Presidente, nessa importante reunião, do fortalecimento dos Poderes Legislativos deste País.

Aliás, Mato Grosso tem dado mostra muito forte, junto a Diretoria da UNALE, primeiro criando o Parlamento Amazônico, que é liderado pelo Deputado José Riva e Deputado Humberto Bosaipo; depois, foi a Assembléia Legislativa que mais participou na questão da reforma tributária deste País. E agora, pós-reforma, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

editou o livro *Que reforma é essa?* com a liderança do Deputado José Riva e com a presença de 8, 10 Parlamentares Estaduais e a bancada federal do Estado.

A repercussão, Deputado Riva, Deputado Humberto, desse livro, foi contada pelo Deputado Wellington Fagundes, lá no Encontro Nacional dos Prefeitos, na Marcha Nacional, como sucesso absoluto, uma Assembléia corajosa, uma Assembléia determinada.

E sexta-feira, na reunião, eu e o Deputado Humberto Bosaipo iremos relatar a presença do Poder Legislativo do Estado na questão da reforma tributária, uma vez que, quando o Deputado Riva não podia ir, ia o Deputado J. Barreto para discutir essas questões. E, após a votação, novamente a Assembléia Legislativa começa a entrar em campo nessa luta em favor das questões municipalistas deste País.

Portanto, Sr. Presidente, na sexta-feira, nessa viagem que faremos a Florianópolis, nesse encontro da UNALE, nós estaremos lá debatendo algumas questões.

Agora mesmo o Deputado Humberto Bosaipo me mostrava a lista de Deputados falecidos, e cujas viúvas recebem uma pensão, justamente por terem feito parte da UNALE.

O deputado paga apenas trinta reais e, nesse pagamento... Alguns Deputados ainda não são associados do FAP, e nós fazemos o apelo para que participem do FAP junto à UNALE... (NESTE MOMENTO, O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Concedo mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. J. BARRETO - Para que nós possamos ter a tranqüilidade absoluta, porque os Deputados Estaduais viajam quilômetros e quilômetros de carro, de avião e ninguém sabe do perigo de amanhã.

Portanto, quem faz política com seriedade deve participar e associar-se ao FAP da UNALE para que possamos ter alguma coisa para o nosso futuro.

Encerro confirmando que a Assembléia Legislativa do Estado estará presente, nesta sexta-feira, nas mudanças que irão acontecer na diretoria da UNALE e que com certeza, nacionalmente, lá em João Pessoa, aí sim, com a presença de muitos Parlamentares do nosso Estado e de todo País, vamos também continuar questionando o fortalecimento do Poder Legislativo, das Assembléias do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhores presentes nas galerias.

Sr. Presidente, uso a tribuna até para fazer uma explicação, porque a imprensa mato-grossense nos tem feito algumas indagações e tornou-se pública uma reunião que, de fato, era pública dos Deputados, hoje na Presidência, discutindo sobre o melhor funcionamento dos gabinetes.

Quando me fizeram a indagação - eu quero que todos da imprensa que estiverem presentes nos ouçam com atenção -, eu disse o seguinte: Primeiro, não há nenhuma definição finalizada. Existe uma discussão entre os Srs. Deputados. Quando eu disse para a imprensa que é algo que está sendo feito a quarenta e oito mãos, porque é com a participação dos 24 Deputados, no sentido de uniformizar a condição de cada Parlamentar, tendo em vista que existe a reclamação: "Olha, fulano tem mais estrutura que eu, outro e tal". Nós queremos, na verdade, que os gabinetes tenham condições idênticas.

É nesse sentido que se está estabelecendo uma discussão. Pode haver remanejamento de verba? Pode, porque é uma discussão que está havendo entre os Deputados. Pode

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

haver mais gasto para manutenção dos gabinetes, para deslocamento dos Deputados para o interior? Pode reduzir um pouco o pessoal do gabinete? Pode. Ainda é uma discussão.

Então, só para deixar muito claro que não existe nada terminado. Existe uma discussão que está sendo feita. E, além de conversarmos com todos os Deputados conjuntamente, nós estamos conversando individualmente no sentido de trocarmos idéias, de recebermos sugestões e finalizarmos uma proposta que seja melhor para toda a Assembléia Legislativa para favorecer, inclusive, Sr. Presidente, o melhor funcionamento do gabinete.

Há Deputado que diz: “Olha, eu gostaria de ter mais recurso para postagem, mais recurso para deslocamento, para ir ao interior. Uma aeronave é cara, uma passagem de avião hoje é cara, uma locação de veículo é cara.”

E aí me perguntam: “Olha, cogita-se a compra de veículo para Deputado?” Cogita-se. Cogita-se. E a Mesa Diretora entende que o veículo é necessário para todos os Deputados. Não adianta fazermos aqui demagogia, porque o Deputado que está usando o seu veículo tem reclamado que não dá mais conta. Muitos Deputados só têm um veículo. São poucos, mas, tem. Aliás, tem Deputado que não tem nenhum, mas muitos só têm um e comprometem o uso do seu veículo pessoal com o funcionamento de gabinete, com entrega de correspondência, com deslocamento a serviço da Assembléia Legislativa. Então, está-se cogitando, sim, a compra de veículos para todos os Srs. Deputados, no sentido de que eles possam desenvolver um melhor trabalho.

Então, é necessário que seja colocado que a Mesa Diretora pensa, em primeiro lugar, que todos os Deputados devem receber tratamento igualitário nesta Casa; segundo, que todos os Deputados devem ter condições de desenvolver seu trabalho, que devem ter a estrutura mínima necessária para desempenhar esse trabalho. Eu não tenho dúvida de que os Deputados passam a render mais a partir do momento que têm melhores condições.

Eu vi uma pesquisa hoje, Sr. Presidente, e quero tecer um comentário. Quero, inclusive, parabenizar os Deputados Sebastião Rezende, Zé Carlos do Pátio, J. Barreto, Zeca D’Ávila, Gilmar Fabris, toda a bancada de Deputados de Rondonópolis, porque recebemos uma pesquisa ontem à tarde, segundo a qual a Assembléia Legislativa recebe aprovação, lá em Rondonópolis, melhor que a Câmara Municipal de Rondonópolis... Nossa aprovação em Rondonópolis é 53% positiva, contra 19% de rejeição. Isso significa que existe um trabalho dos Parlamentares daquela localidade em defesa do Parlamento, e até com muita produção. O que nós queremos é que a comunidade tenha a presença do Deputado defendendo seus interesses. Então, Sr. Presidente, esse assunto foi apenas para recolocar no devido lugar aquilo que realmente foi discutido hoje.

Outro assunto - para ser breve, porque faltam apenas trinta e três segundos - é que fui chamado ontem na Secretaria de Educação para discutir, Deputado Humberto Bosaipo - Vossa Excelência que é presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, preciso de Vossa Excelência aqui -, sobre a participação da Assembléia Legislativa no grupo de trabalho.

Sr. Presidente, se eu precisar de um minuto a mais, vou pedir a Vossa Excelência, porque não vou usar a palavra no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Já autorizei, nobre Deputado.

O SR. RIVA - Obrigado.

Para discutir, Deputado Humberto Bosaipo, o grupo de trabalho que será composto para aquela decisão em definitivo, que todos nós pregamos aqui, da situação dos profissionais da educação. A discussão da auditoria, que se cogita na folha de pagamento, que deverá ser feita, a questão salarial, enfim, todas aquelas questões colocadas pelos servidores e, especialmente, pelo SINTEP.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Perguntaram-me quais seriam os dois membros da Assembléia Legislativa. Eu respondi que achava justo que um fosse da Comissão de Educação, Cultura, Deporto e Seguridade Social e, de preferência, que fosse o presidente, porque pelo menos me passa a idéia de que o presidente recebeu o aval da maioria dos membros da Comissão. E o outro seria eu, porque eu gostaria de ser membro, como presidente da Casa. Também, essa não é uma condição imutável, pode-se mudar, mas eu gostaria de ser membro, porque vou sentar à mesa com o Governador, com os Secretários, para participar dessa discussão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. RIVA - Acredito que tenha o abono da maioria dos Srs. Deputados. Gostaria até de colocar isso para a Casa, porque eu disse à Secretária Ana Carla Muniz que estarei presente em todas as reuniões. Esse negócio de que não vai ter tempo... A questão institucional está acima de qualquer outra questão, e eu gostaria de participar.

Há ainda um membro suplente, mas essa é uma questão que estou colocando para a Casa decidir, porque terá lá... E aí dizem o seguinte: “Olha, Fulano é de um lado...” Não interessa o lado de ninguém. Tem dois membros do Conselho Estadual de Educação, que são, os dois, ligados ao SINTEP, tem dois do SINTEP, dois do SIPROS, dois da AME, que é ligado ao SINTEP, haverá os membros da SEDUC e os dois da Assembléia Legislativa. Eu ainda disse lá: se for para... (NESTE MOMENTO, O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. RIVA - ...se for para analisar lado, o Deputado Humberto Bosaipo, que é o presidente da Comissão, é um Deputado de oposição, está defendendo as teses do SINTEP.

Mas eu quero dizer, Deputada Verinha Araújo, que assumi um compromisso com o SINTEP de ajudá-lo nesse encaminhamento. Eu disse isso aqui. Não me interessa o lado político. Nós não podemos levar a discussão partidária para dentro desse grupo de trabalho. Nós vamos para lá defender o que é melhor para o SINTEP, e eu serei um que irei fiscalizar. Profissional que não é da educação e está na folha tem que sair. Essa é uma questão até de legalidade, você não pode manter um profissional que não seja da educação consumindo um recurso destinado a pagar profissionais da educação. Então, eu estarei atento a esse aspecto também.

Também quero colocar para os colegas, porque alguém disse assim: “Já indicou”... Não, não indiquei, até porque eu queria discutir isso no Colégio de Líderes, mas a reunião coincidiu com a do Colégio de Líderes, que foi marcada para as 14:00 horas na SEDUC e terminou quase às 17:00, e já não teria mais reunião do Colégio de Líderes.

Eu queria deixar isso colocado, até para que não gere dúvidas: “Ah, o Deputado foi lá e indicou”... Não, ainda não fiz a indicação; para dizer a verdade, farei. Inclusive, sugiro que não haja suplente, que o suplente seja... O Presidente vai participar, se o Presidente não puder ir, o 1º Vice-Presidente é o suplente; se o 1º Vice-Presidente não puder ir, o 2º Vice-Presidente irá; se o 2º Vice-Presidente não puder, o 1º Secretário é o imediato. Nesse aspecto, o Deputado J. Barreto é o 1º Vice-Presidente, que é uma pessoa também conceituada e em quem acreditamos.

Também apresento algumas proposições:

1ª) INDICAÇÃO: Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia a Exmª Srª Secretária de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, a necessidade de criação e instalação de um Centro de Convivência de Idosos no Município de Várzea Grande.

Nos termos do art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia a Exmª Srª Secretária de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, mostrando-lhes a necessidade de criação e instalação de um Centro de Convivência de Idosos no Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

Recebemos indicação do Vereador Chico Tangará, de Várzea Grande, tratando da necessidade de criação e instalação de um Centro de Convivência de Idosos em Várzea Grande.

Os componentes da terceira idade estão se organizando nos diversos bairros de Várzea Grande, principalmente nas igrejas, com o apoio da Pastoral dos Idosos, no entanto, não possuem local próprio para se reunirem.

Com a implantação de um Centro de Convivência poderão os idosos realizar suas reuniões, ter espaço para recreação, atendimento médico, orientações e outras utilidades peculiares e de interesse da classe.

Na certeza da atenção das autoridades competentes para o atendimento do importante pleito, apresento-o contando com o apoio dos demais Pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado RIVA - PTB

2ª) **MOÇÃO DE HOMENAGEM:** Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe ao presidente da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo, com cópia ao Arcebispo da Arquidiocese de Cuiabá, Dom Bonifácio Piccinini, Moção de Homenagem na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Riva, manifesta sua homenagem à CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na pessoa de seu presidente, Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo, pela importância do tema da Campanha da Fraternidade 2004 “Água, Fonte de Vida - Fraternidade e Água”.

A campanha da fraternidade deste ano pode se tornar um marco histórico para assinalar o início de um processo eficaz de mudanças em relação à água.

Os seres humanos têm 65% do seu peso formado de água. Em um clima temperado, um adulto precisa ingerir cerca de três litros de água por dia para sobreviver. Fora isto, ainda existem as outras tarefas diárias para as quais a água é essencial: higiene pessoal e doméstica, produção de alimentos, irrigação, transporte, criação de animais, etc.

No entanto, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, ainda temos um quadro assustador de deficiências: 1,2 milhão de pessoas não têm água potável; 15 milhões de crianças morrem todo ano por falta de água potável; 80% das doenças e 30% dos óbitos estão relacionados a água contaminada.

Certamente, o uso excessivo, as perdas na distribuição, a falta de tratamento e os desperdícios contribuem fortemente para a falta de água. Conforme dados estatísticos, com 40 litros de água por dia viveríamos bem, mas temos um consumo de 200 litros de água por dia por pessoa.

Como objetivos específicos, a campanha da fraternidade 2004 propõe conhecer a realidade hídrica do Brasil, a partir da realidade local; desenvolver uma mística ecológica que resgate o valor da água nos seus fundamentos mais profundos; apoiar e valorizar as iniciativas já existentes no tocante ao cuidado com a água, preservação das águas, captação de água de chuva e recuperação de mananciais degradados; provocar e alimentar a solidariedade entre quem tem água e quem não tem; defender a participação popular na elaboração de uma política hídrica, para que a água seja, de fato, de domínio público, e seja gerenciada pelo poder público com participação da sociedade civil e da comunidade local.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Sabedores que a água é um bem de destinação universal e precisa urgentemente de ações que busquem soluções para o seu uso racional é que homenageamos a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela iniciativa em conscientizar e mobilizar a sociedade para que o direito à água com qualidade seja efetivado para as gerações presentes e futuras.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.
Deputado RIVA - PTB

3ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, combinado com o art. 28 da Constituição do Estado de Mato Grosso, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de pedido de informação ao Sr. Moacir Pires de Miranda Filho, Secretário Especial do Meio Ambiente, para informar sobre a existência do Cadastro Ambiental das Nascentes e Olhos d’Água no Estado de Mato Grosso e, em havendo, apresentar o referido relatório.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.
Deputado RIVA - PTB

4ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: Com fulcro no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe ao diretor do Colégio Salesiano São Gonçalo, Padre Wagner Galvão, Moção de Homenagem na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Riva, manifesta sua homenagem ao diretor do Colégio Salesiano São Gonçalo, Padre Wagner Galvão, em razão da participação e premiação da instituição de ensino no Concurso Internacional *Rose of Lidice*, na República Tcheca, e na *Exposición Anual La creatividad de los niños*, realizada no Uruguai.

Destruída durante a II Guerra Mundial, Lídice foi uma pequena vila tcheca de mineiros e madeireiros. Com cerca de 450 habitantes, teve 173 de seus homens fuzilados pelos nazistas. Mulheres foram enviadas para os campos de concentração e crianças para Centros Educacionais Nazistas. A vila foi totalmente destruída e o nome Lídice eliminado de todos os documentos governamentais.

Terminada a guerra, o governo tcheco reconstruiu Lídice como monumento nacional. Mineiros de todo o mundo contribuíram para o memorial cuja maior parte é constituída por um canteiro de rosas vermelhas. Dezessete crianças, das que foram levadas pelos alemães, puderam ser localizadas depois da guerra. Elas e as mulheres que conseguiram sobreviver ao extermínio nos campos de concentração voltaram para a nova Lídice, onde algumas, ainda vivas, permanecem como testemunhas da bestialidade nazista.

Vários países, entre eles Brasil, Estados Unidos, Cuba, África, Equador, Colômbia, Chile, Peru, Uruguai, Venezuela e México homenagearam a pequena vila tcheca dando a ruas e bairros o seu nome.

Com a missão de promover a vida propiciando a educação integral, a comunidade escolar salesiana de Cuiabá conquistou, através de 12 obras selecionadas e produzidas exclusivamente por seus alunos, a Medalha da Rosa de Lídice, conferida pela participação na 31ª Exposição Estudantil Internacional de Artes, Lídice 2003.

Paz, sonhos, família e esperança foram os temas inspiradores dos alunos que tiveram total liberdade para expressar sua arte nas telas, projetando o nome e conquistas do CSSG nos cenários nacional e internacional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Assim, quero homenagear o diretor do Colégio Salesiano São Gonçalo, Padre Wagner Galvão, pela importante premiação e pela luta na busca da conscientização de crianças e jovens de todas as classes sociais para a fraternidade e solidariedade universal.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado RIVA - PTB

5ª) PROJETO DE LEI:

Cria o programa PRÓ-EGRESSO, destinado ao atendimento da população egressa do sistema prisional do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no Estado de Mato Grosso, o programa PRÓ-EGRESSO, destinado ao atendimento de população egressa do sistema prisional ou que cumpra pena em liberdade, dando-lhe toda a assistência necessária para sua reinserção social.

Parágrafo único O programa de que trata este artigo tem como objetivo dar atendimento ao egresso e ao beneficiário de:

I - regime aberto;

II - livramento condicional;

III - suspensão condicional da pena *sursis*;

IV - liberdade vigiada;

V - pena restritiva de direitos; e

VI - suspensão condicional do processo, nos termos da Lei Federal nº

9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º O egresso deverá comprovar por meio de documento judicial, quando da sua inscrição no PRÓ-EGRESSO, em qual dos incisos do parágrafo único do artigo anterior está qualificado.

Parágrafo único O egresso cadastrado receberá um documento de identificação que comprove ser membro do programa PRÓ-EGRESSO que deverá ser apresentado todas as vezes que comparecer perante o programa ou em nome dele o representar.

Art. 3º O programa PRÓ-EGRESSO contará com uma equipe multidisciplinar cujo objetivo será a orientação e a assistência com elementos indispensáveis à sua reinserção social, a saber:

I - assistência jurídica;

II - assistência à saúde; e

III - assistência social.

§ 1º A equipe de assistência jurídica orientará o egresso quanto a sua situação jurídica, alertando-o para o fato de que pode ser novamente recluso ou tornar-se reincidente.

§ 2º A equipe de assistência à saúde realizará atendimento psicoterapêutico sistematizado ao egresso e seus familiares, podendo realizar visitas domiciliares para este fim, e por conseguinte elaborará o seu perfil psicológico, detalhando suas condições pessoais e profissionais para posterior encaminhamento ao mercado de trabalho.

§ 3º À equipe de assistência social compete:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

I - realizar visitas domiciliares aos egressos, coletando e anotando em prontuário social próprio dados subjetivos dos mesmos como:

- a) suas condições socioeconômica e cultural;
- b) suas reações na convivência familiar; e
- c) informações necessárias e importantes para agilizar a sua

ressocialização.

II - orientar e encaminhar o egresso para cursos gratuitos desenvolvidos e/ou disponibilizados pelo programa de capacitação profissional no local em que estiver residindo o egresso;

III - fazer contatos com as pessoas físicas e/ou jurídicas de direito privado para obter sua participação no programa, bem como receber e orientar as interessadas a se cadastrarem; e

IV - encaminhar o egresso para a oportunidade de emprego, observado o disposto no art. 5º, *caput* e § 5º desta lei.

Art. 4º A equipe multidisciplinar será composta pelos respectivos profissionais da administração direta e/ou equipes de trabalho criada pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, admitindo-se parcerias com órgãos afins.

Art. 5º Dar-se-á incentivo fiscal a ser estabelecido por lei específica de autoria do Poder Executivo às pessoas físicas e/ou jurídicas de direito privado que se inscreverem junto ao programa de que trata esta lei, disponibilizando vagas do seu quadro funcional para admissão dos egressos que cumpriram pena privativa ou restritiva de liberdade em caráter de detenção ou reclusão.

§ 1º O incentivo somente será concedido quando da admissão do egresso por contrato de trabalho por prazo indeterminado, perdurando enquanto este estiver efetivamente no trabalho.

§ 2º Far-se-á uma relação proporcional do valor do incentivo fiscal a ser concedido conforme o número de funcionários admitidos através deste programa.

§ 3º O PRÓ-EGRESSO, por meio da equipe do serviço social, encaminhará o egresso aos inscritos em conformidade com o *caput* deste artigo, para participar de entrevista e demais processo de seleção.

§ 4º Os presídios e casas de detenção, em convênio e parceria a serem estabelecidos, enviarão relação dos nomes dos presidiários qualificados no *caput* deste artigo ao PRÓ-EGRESSO e os encaminharão para o benefício do programa quando da saída destes.

§ 5º Terão prioridade no atendimento das vagas disponibilizadas pelas pessoas físicas e/ou jurídicas, observada a seguinte ordem de concessão, os egressos:

- I - que tenham cumprido pena de reclusão ou detenção;
- II - os mais hipossuficientes;
- III - que tenham filhos sob a sua dependência econômica;
- IV - os mais idosos; e
- V - residentes no município e ou região onde se encontravam reclusos.

Art. 6º Durante o contrato de experiência, o PRÓ-EGRESSO, por meio de seu funcionário competente, realizará visitas à empresa para avaliação do egresso admitido.

Parágrafo único Após esse período, a empresa emitirá um parecer final com toda a sua avaliação patronal sobre o egresso funcionário, dando-se por finalizado o trabalho pelo programa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Art. 7º Enquanto o egresso não conseguir o trabalho, ele receberá auxílio alimentação pelo órgão competente do Poder Executivo, atendidas as formalidades por este exigidas.

Art. 8º O egresso de origem de outro Estado da Federação receberá por parte deste programa auxílio para retorno ao seu local de origem, com ajuda alimentação e encaminhamento ao albergue local até efetiva realização de seu traslado.

Art. 9º Somente serão concedidos os benefícios de que tratam este programa uma única vez, salvo nos casos de contrato de trabalho em que o egresso tenha sido desligado por motivo de término do prazo de experiência ou demissão sem justa causa.

Art. 10 Dar-se-á ampla divulgação ao programa estabelecido nesta lei, principalmente nos presídios e fóruns dos municípios e ou regionais.

Art. 11 O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas para concretização e implementação dos objetivos desta lei.

Art. 12 As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias suplementadas se necessário.

Art. 13 O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias contados da data da sua publicação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

É antiga a nossa preocupação com a segurança no Estado de Mato Grosso, tendo sempre buscado alternativas para a diminuição da criminalidade e a reinserção do preso à sociedade. Ocorre que, em razão das mazelas causadas pelo sistema prisional, o egresso tem grandes dificuldades em conseguir sua reabilitação no mercado de trabalho.

Sem conseguir sua recolocação e necessitando de alimentação e recursos para manter-se, via de regra finda por retornar ao banditismo. É possível quebrar este círculo vicioso na grande maioria dos casos, diminuindo consideravelmente a reincidência, com um programa de emprego que o reintegre à sociedade.

Desta forma é que surge o presente projeto, como opção para o modelo social, onde há carência de atenção oficial às pessoas oriundas do sistema prisional. Para atrair a iniciativa privada para a execução deste projeto, vislumbramos a concessão de benefícios fiscais que, se por um lado, provocarão uma pequena diminuição na arrecadação do Estado, por outro reverterão em um incomensurável lucro social e em muito economizará, evitando a reincidência e diminuindo a superlotação das prisões.

Em razão da grande relevância deste projeto de lei, tenho por certa sua aprovação pelos nobres Pares, bem como a encampação do mesmo pelo Executivo estadual.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.

Deputado RIVA - PTB

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o Deputado Gilmar Fabris.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Questão de Ordem precede o uso da palavra, porque ele vai questionar o Regimento Interno. Não sei o que ele irá falar. Antes de ele formular a questão de Ordem, eu não posso...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. GILMAR FABRIS - Sr. Presidente, Deputado Riva, eu queria deixar a minha sugestão, rapidamente, sobre a questão que ora ele levantou.

Eu acho que nada mais justo que o Presidente desta Casa participar desse grupo de trabalho, e vou explicar por quê. Para não ter ciúmeira e muito menos ganho político de nenhum Deputado nesta Casa, para não dizerem que foi o Deputado que estava lá que conquistou isso ou aquilo. A conquista vai ser da Assembléia Legislativa do Estado. Esse é o meu ponto de vista. Por isso, o Presidente desta Casa, sem sombra de dúvida, tem que estar nesse grupo de trabalho. Esse é o meu entendimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Vossa Excelência está correto.

Eu quero dizer aos Srs. Deputados que nós observamos bem o Regimento Interno para não sermos tolerantes com alguns e intolerantes com outros. Nós queremos ter isenção... Deputado Zé Carlos do Pátio, Vossa Excelência pode falar pela Ordem, e poderia ter falado pela Ordem, porque questão de Ordem é para questionar o Regimento Interno.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu fico muito feliz pelo fato de o Deputado Humberto Bosaipo participar, e fiquei feliz porque eu sei da ponderação dele, da posição política dele, mas eu quero dizer, Sr. Presidente - desculpe-me até o radicalismo -, que é o momento, então, de rasgarmos o nosso Regimento Interno.

Para que servem, então, as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa? A Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social não é para resolver o problema da educação e da saúde? Por que tem que criar mais comissões específicas, desrespeitando as Comissões?

Mais uma vez, eu chego à conclusão do porquê me tiraram da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social. Mais uma vez, eu sei porque vetaram o meu nome na Comissão. Aliás, eu entreguei para o meu partido todas as Comissões, para eles resolverem, porque eu estou sentindo o seguinte: ou nós mudamos o Regimento Interno e garantimos o direito institucional às Comissões, ou é melhor revermos tudo isso. E estou vendo que a Deputada Verinha Araújo não foi convidada para a reunião e, pelo que eu estou sentindo, ela não participa da indicação desta Comissão.

Eu acho que a Comissão tem que existir e quero ser solidário à Comissão eleita por esta Assembléia Legislativa, mas não podemos fazer uma comissão específica para isso. Eu tenho certeza - e quero fazer uma defesa do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva - de que ele não citou o nome da Deputada Verinha Araújo, porque ainda não terminou a Comissão. Ele, como Presidente desta Assembléia Legislativa, como homem democrata, como homem compromissado com a causa da Educação, como homem que nunca rasgou o Regimento Interno, vai garantir a Deputada Verinha Araújo, vai garantir os membros eleitos para essa Comissão Especial, ou então, vamos pedir para o Deputado Humberto Bosaipo fazer o Regimento Interno o quanto antes. As minorias não têm vez aqui, aqui é um Parlamento das maiorias. Ou nós mudamos isso ou é melhor voltar para casa, porque não tem como continuar. Ou então, Deputada Verinha Araújo, vamos trabalhar igual à Senadora Serys Silhessarenko. Ela foi cortada aqui tanto, que foi eleita Senadora da República. Muito obrigado.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

Vossa Excelência tem pouco tempo, porque está quase adentrando à Ordem do Dia.

O SR. RIVA - Apenas para dizer ao Deputado Zé Carlos do Pátio que ele se enganou.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Meus senhores, eu não vou indicar o nome da Deputada Verinha Araújo, até porque se nós formos respeitar o Regimento Interno, ninguém tem maior legitimidade do que o Presidente da Comissão, Deputado Humberto Bosaipo, que foi escolhido pelos cinco Deputados, e ninguém tem muito mais legitimidade do que a Mesa Diretora que foi escolhida por vinte e um Deputados.

E, nesse caso, eu tenho que admitir para Vossa Excelência. O nosso Regimento Interno é perfeito, não tem jeito da minoria ganhar da maioria. O processo é democrático, Deputado Zé Carlos do Pátio, mas com respeito às maiorias. Vossa Excelência está equivocado! O dia em que começar a eleger a minoria... Se um candidato a Prefeito fizer dez mil votos e se eleger o que fizer mil votos, está errado o processo, gente! Vamos respeitar exatamente a maioria.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que não indicarei, porque cada órgão terá direito a dois membros...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO (FALA DA BANCADA) - Qual é o papel da Comissão de Educação Cultura, Desporto e Seguridade Social, Deputado?

O SR. RIVA - Vejam bem, senhores. Foi convidada, não o Deputado Riva, foi convidada a instituição. E lá estive - o Presidente do SINTEP não estava, foi a Tânia ou quem representa - a Secretária de Educação, lá estive o Presidente da Assembléia Legislativa representando a Casa. Agora, tem gente que gosta dele se representar sempre, ele não delega. Eu delego, tanto delego que disse ao Deputado J. Barreto em seguida: "Deputado J. Barreto, tomei a decisão da Mesa Diretora participar com um membro e da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social participar com outro". Ninguém tem mais representado do que isso. O Deputado Humberto Bosaipo foi escolhido pela maioria, tanto é que Vossa Excelência nem faz parte da Comissão, porque desistiu, mas o Deputado Humberto Bosaipo foi escolhido.

Eu designei lá, Sr. Presidente, e aqui se este plenário acatar, serão indicados como membros o Deputado Humberto Bosaipo, como um membro da Comissão - até porque pediram para a instituição indicar - e um membro da Mesa Diretora, que eu sugeri que fosse eu, mas aceito qualquer outro membro. Inclusive, aceito o Deputado J. Barreto que é do outro lado político, mas é uma pessoa ponderada, aceito o Deputado Mauro Savi...

Então, eu gostaria apenas de fazer essa ponderação. Não é a Deputada Verinha Araújo, porque são cinco membros na Comissão, mas nós podemos indicar só dois. Quer dizer, não tem jeito de indicar os cinco, até porque o SINTEP só indicará dois.

Vossa Excelência já pensou se o SINTEP indicar todos os membros? O SINTEP tem quantos membros, Deputada Verinha Araújo? Dez mil? Não tem jeito de indicar todos, tem de ser dois.

Então, eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Sobre a mesa, duas proposições de autoria do Deputado Silval Barbosa:

1ª) INDICAÇÃO: "Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transportes, a necessidade da liberação de recursos para recuperação de estradas, no Município de Sorriso

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transportes, mostrando a necessidade da liberação de recursos para recuperação de estradas, no Município de Sorriso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

O Município de Sorriso, distante 393km da capital, conta com uma população de aproximadamente 45.900 habitantes, oriundos de várias regiões do nosso País, considerando a sua localização e boas perspectivas econômicas.

Na oportunidade, apresentamos a reivindicação para a liberação de recursos para a recuperação das estradas que ligam aquele Município às demais regiões, onde destacamos as Linhas Morocó e Barreiro.

A trafegabilidade daquelas estradas está quase impossibilitada, resultado do período de muitas chuvas, que compromete o escoamento da safra agrícola e também dificulta a chegada dos alunos à sede do município para freqüentarem as escolas.

Confiantes na providencial acolhida do Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e no apoio dos nobres Pares é que submetemos o pleito em tela à aprovação deste soberano Plenário.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.
Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação, a necessidade da implantação do ensino médio no bairro Ouro Verde, no Município de Várzea Grande.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação, mostrando a necessidade da implantação do ensino médio no bairro Ouro Verde, no Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Município de Várzea Grande, o mais próximo da capital, conta com uma população de aproximadamente 235.000 habitantes e abriga uma considerável clientela estudantil.

Na oportunidade, apresentamos a reivindicação para a implantação do ensino médio, no bairro Ouro Verde, no Município de Várzea Grande.

O pleito em tela faz-se necessário, considerando que a clientela é de baixa renda e a locomoção até o centro gera custos. Com o ensino médio no próprio bairro, virá a solução que tanto esperam, que é prosseguir os estudos com o objetivo de um futuro melhor. Por oportuno, temos a informar que a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou o espaço físico, no período noturno, na EMEB Profª Air Abdor, para o objetivo proposto.

Confiantes na providencial acolhida da Exmª Srª Secretária de Estado de Educação e no apoio dos nobres Pares é que submetemos o pleito em tela à aprovação deste soberano Plenário.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2004.
Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB”

Ainda sobre a mesa, três proposições de autoria do Deputado João Malheiros:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de se promover o capeamento asfáltico da Rodovia José Vicente Dorileo - Transpantaneira - até o km-17, no Município de Poconé-MT.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Maggi, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Transportes, Sr. Luiz Antônio Pagot, mostrando a urgente necessidade de se promover o capeamento asfáltico da Rodovia José Vicente Dorileo - Transpantaneira - até o km-17, na cidade de Poconé.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia José Vicente Dorileo dá acesso a uma das regiões mais belas do país, o Pantanal; o seu asfaltamento irá, sem sombra de dúvida, incrementar o turismo, além de atender as fazendas tradicionais da região, hoje isoladas por falta de uma estrada decente.

Estas são as razões que norteiam a propositura aqui apresentada, nascida da vontade dos setores organizados naquele município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2003.

Deputado JOÃO MALHEIROS - PPS

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de viabilizar recursos para a Prefeitura Municipal de Poconé, destinados à realização de obras de infraestrutura urbana.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada indicação ao Governador do Estado, Blairo Maggi, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte, Sr. Luiz Antônio Pagot, mostrando a urgente necessidade de se viabilizar recursos para a Prefeitura Municipal de Poconé, destinados a iluminação, sinalização e construção de alambrados no Aeroporto Municipal Inácio Tolentino de Barros, naquele município.

JUSTIFICATIVA

O Aeroporto Municipal Inácio Tolentino de Barros, para que funcione adequadamente, necessita de um mínimo de infra-estrutura. A iluminação, a sinalização e a construção de alambrados são itens vitais para o seu funcionamento.

Este Aeroporto é uma das principais portas de entrada do Pantanal, além de servir a um significativo número de fazendas na região, daí porque é imprescindível a sua reforma.

Estas são, a princípio, as razões que norteiam esta indicação, nascida da vontade dos setores organizados naquele município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2003.

Deputado JOÃO MALHEIROS - PPS

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de se asfaltar a Rodovia Francisca Figueiredo de Arruda Martins - Poconé/Porto Cercado - até o SESC Pantanal, no Município de Poconé.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Maggi, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Transportes, Sr. Luiz Antônio Pagot, mostrando a urgente necessidade de se asfaltar a Rodovia Francisca Figueiredo de Arruda Martins - Poconé/Porto Cercado - até o SESC Pantanal, no Município de Poconé.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia Francisca Figueiredo de Arruda Martins dá acesso a uma das regiões mais belas do país. O seu asfaltamento irá, sem sombra de dúvidas, incrementar o turismo na região, portal de entrada do Pantanal mato-grossense e suporte a produção agropecuária regional. Asfaltar essa via é construir um futuro brilhante para o município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2003.
Deputado JOÃO MALHEIROS - PPS”

Ainda sobre a mesa, Requerimento de autoria das Lideranças partidárias:
“Com fulcro no art. 272, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, requeiro, depois de ouvido o soberano Plenário, que se realize Audiência Pública na Assembléia Legislativa, com o objetivo de discutir o problema fundiário do bairro Renascer.

JUSTIFICATIVA

O Poder Legislativo Estadual deve ser caixa de ressonância da sociedade mato-grossense, motivo pelo qual acreditamos que a realização de audiência pública para a discussão do problema fundiário do bairro Renascer, poderá de forma decisiva ampliar os horizontes de nossa comunidade sobre o referido tema.

Razão, pela qual, pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 2003.
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS”

Devido ao horário, encerrado o Pequeno Expediente, passemos à Ordem do Dia.
A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.
O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nobre Deputada, eu disse agora há pouco...

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Vossa Excelência deixou o Deputado Riva falar duas vezes...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu deixei o Deputado Riva falar duas vezes, assim como todos que subiram na tribuna. Eu concedi a diversos, mas, agora, nós estamos na Ordem do Dia, vai chegar o momento de Vossa Excelência falar.

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Por que é que só quando chega a minha vez, eu não posso falar?

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nós estamos na Ordem do Dia...

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Mas isso não é justo...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Não é questão de justiça, ser justo não é fazer a vontade alheia. O justo, neste caso, é seguir o Regimento Interno.

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Mas, o Deputado Riva falou duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Ele estava dando uma explicação naquela oportunidade, e nós estamos na Ordem do Dia. Eu sei que Vossa Excelência quer falar, mas não compete a mim...

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu não posso falar aqui em nenhum momento. Nunca...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Pode, sim. Vossa Excelência é a que mais fala aqui, Deputada.

Indicação de autoria do Deputado Silval Barbosa, ao Exmº Sr. Governador do Estado, a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação e ao Presidente do INDEA, demonstrando a necessidade da capacitação dos Agentes Comunitários Rurais, com cursos de vacinação, com a finalidade de erradicar a brucelose, no Município de Colíder.

Em discussão a Indicação...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, na verdade, esta matéria do Deputado Silval Barbosa chegou em boa hora. Eu quero falar um pouco do INDEA.

E antes de falar do INDEA, Sr. Presidente, eu quero dizer que na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social todos os membros vão poder participar dessa discussão que o Governo vai fazer. Como é paritário, nós temos que indicar apenas dois. A Comissão vai escolher dentre os dois membros, claro que reforçado com a presença do Presidente. Mas qualquer assunto que for debatido lá, será debatido na Comissão.

Nós é que formatamos a política habitacional do Estado. Então não se preocupem. A Deputada vai participar, vai sugerir; os Deputados todos que quiseram sugerir, aliás, nós precisamos da participação de todos, principalmente dos Deputados que estão ligados à área da Educação. Agora, estamos esperando que o Governo dê o ponto inicial de partida, Sr. Presidente.

Eu quero dizer, sobre a indicação do Deputado Silval Barbosa, que a capacitação desses agentes comunitários rurais - e eu falava aqui, sobre o trabalho do SENAR, exatamente sobre a capacitação desses técnicos de agente comunitários rurais... Eu até defendo uma tese, Deputado Silval Barbosa, de que veta parte da verba...

(NESTE MOMENTO, VÁRIOS DEPUTADOS FALAM COM O ORADOR.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu tenho dificuldade de falar. Eu ainda não me acostumei a falar e ter outro Deputado “atravessando”...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu quero garantir a palavra ao nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Obrigado. Antes do Deputado José Carlos Freitas me interromper, eu dizia que eu defendo e sempre defendi nesta Casa que parte do dinheiro arrecadado no FETHAB, aliás, que todo o dinheiro arrecadado, na maioria, é pelos técnicos do INDEA. E chamo mais a atenção, ainda, Deputado Silval Barbosa, porque uma indicação dessa parece passar despercebida, mas o técnico do INDEA - órgão que eu defendo aqui desde o meu primeiro mandato - está lá no posto fiscal arrecadando dinheiro e não tem um mínimo de segurança com aquele dinheiro. Pode ser assaltado, pode ser morto e, além de tudo, ele tem que ser capacitado, não só para esses cursos de vacinação, mas principalmente para tratar bem a clientela maior, que são os agropecuaristas.

Sr. Presidente, eu passei num posto fiscal e o técnico de INDEA estava tremendo, porque ele estava lá com milhões de dinheiro. Dinheiro vivo, arrecadado no posto. O policiamento é escasso e, além de tudo, ele não recebe um centavo por esse serviço, não recebe uma gratificação.

A capacitação, Deputado Silval Barbosa, dos comunitários rurais não só com curso de vacinação, porque tem que erradicar a aftosa - Vossa Excelência poderia ter citado aqui, mas citou apenas a brucelose - a brucelose, a tal da ferrugem asiática... A vaca louca já veio, não é Deputado Zé Carlos do Pátio? A vaca louca chegou... Então, é uma série de capacitação, Deputado, na qual Vossa Excelência poderia trabalhar, não só na região de Colíder, mas principalmente na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

---

fronteira seca, na fronteira do Brasil com a Bolívia, que é por onde passa muito gado, às vezes, em condições inadequadas, e na região do Xingu, em Vila Rica, divisa com o Pará, que Vossa Excelência conhece bem, margeando toda a BR-070. De forma que, aparentemente, uma indicação simples como essa tem um valor fundamental nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Zeca D'Ávila - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nós vamos fazer a votação em bloco de todas essas...

O Sr. Zé Carlos do Pátio (DE SUA BANCADA) - Coloque em discussão a minha indicação, Sr. Presidente.

A Sr^a Verinha Araújo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio (DE SUA BANCADA) - Coloque em discussão a minha indicação. Vossa Excelência só falou indicação...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Não. Eu nem comecei a falar.

Eu falei que nós vamos votar em bloco as indicações que vou ler. Eu nem comecei. Calma, Deputado. Fique tranqüilo que não temos, principalmente quanto a indicação, necessidade de esconder nada. Muito pelo contrário.

A Sr^a Verinha Araújo (DE SUA BANCADA) - Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência destacasse a proposição de audiência pública sobre o Renascer para discutir.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Perfeito. (PAUSA)

Ela foi para a Comissão, por isso não estará em discussão agora, nobre Deputada.

Eu vou ler aqui as que entrarão em discussão.

A do Deputado Silval Barbosa ainda está em discussão.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Zeca D'Ávila.

Desculpe-me, Deputado.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Sr. Presidente, ao discutir a indicação do nobre Deputado Silval Barbosa, eu gostaria de informar ao nobre Deputado e a todos os Deputados desta Casa... O Deputado Humberto Bosaipo colocou hoje as informações que estamos prestando periodicamente aos nobres Deputados, sobre o SENAR.

Quanto a esse trabalho, nobre Deputado Silval Barbosa, a pedido do Vereador Benedito M. Brito, líder do PPS de Colíder, eu gostaria de informar a Vossa Excelência e a todos os Deputados que, na área rural, a Federação de Agricultura do Estado de Mato Grosso e o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural prestam esse serviço, inclusive tem a lista dos cursos que nós preparamos, para todo o Estado de Mato Grosso. É só fazer a solicitação. Colíder tem sindicato rural. Através do sindicato rural, faz-se a solicitação. Onde não há sindicato rural, através da Secretaria de Agricultura do Município, faz-se a solicitação ao SENAR que, prontamente, fará o treinamento do pessoal, que ora Vossa Excelência pede, sem custo nenhum, mas nenhum, ao participante do curso.

Está aqui o nobre Deputado Humberto Bosaipo com a programação de atividade por município, no período de 22/03 a 30/04.

Então, todo mês, nós temos essa programação em todos os municípios que solicitam: Acorizal, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Taquari, Araputanga, Aripuanã, Barra do Bugres, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Canarana, Cláudia, Cocalinho, Colíder.

Agente Sanitário em Saúde Animal, dia 29/03/04 a 31/03/04.

O que Vossa Excelência está solicitando, o SENAR, sem o seu pedido, já está fazendo lá no Município de Colíder. E este nós vamos fazer e fazemos periodicamente em todo Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Agora, quero deixar a Vossas Excelências que esse é o lado social que o setor rural faz, porque esse dinheiro é do produtor rural, que vai para o SENAR, para ele poder fazer esses cursos e não cobrar nada de ninguém.

Então, fica aqui a sugestão, nobre Deputado. Não vou pedir a Vossa Excelência que retire, mas fica a seu critério quanto a sua indicação e, como presidente, coloco o SENAR a sua disposição e de todos os Deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Satélite - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Pedro Satélite.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente. Eu havia pedido primeiro.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, quero pedir a palavra, pela Ordem, para falar sobre o requerimento de audiência pública do Bairro Renascer.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Continua em discussão e a palavra está cedida ao nobre e eminente Líder do PPS, nesta Casa, Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, disponho de vinte minutos, mas não vou usar esse tempo todo não.

Nós queremos apenas, a título de sugestão, Deputado Humberto Bosaipo, que, através da Mesa Diretora, se envie um ofício a todos os sindicatos do Estado do Mato Grosso, dando as explicações que o nobre Deputado Zeca D'Ávila acabou de citar aqui.

Eu pergunto a Vossas Excelências: será que eles recebem essas informações? Então, eu pediria ao Deputado Silval Barbosa que, de repente, até retirasse essa indicação, para que não criemos nenhuma polêmica em cima de uma indicação, Sr. Presidente. Ou vamos aprová-la, porque o Vereador Benedito Brito fez esse pedido e nós precisamos pelo menos responder à Câmara Municipal de Colíder o pedido do nobre Vereador. Muito obrigado.

O Sr. Silval Barbosa - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Quero agradecer a todos os Srs. Deputados, ao Deputado Humberto Bosaipo, ao Pedro Satélite e ao Deputado Zeca D'Ávila, que discutiram essa matéria, matéria essa feita pela Câmara Municipal de Colíder, através do Vereador Benedito Brito, em que solicita... Dou-me por contente e dou por atendida essa indicação que ora iria ser apreciada. Amanhã farei um expediente ao Vereador e à Câmara Municipal com a informação que... Vou pegar uma cópia, vou retirar uma cópia dessa informação de que os técnicos do SENAR estarão lá em campo fazendo a vigilância sanitária e o tratamento necessário de que eles precisam. Muito obrigado, Deputado Zeca D'Ávila e demais Deputados. Retiro a indicação.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Uma vez que Vossa Excelência, que é o autor dessa propositura, retira, nós acatamos.

Vossa Excelência irá fazer o expediente, porque como Deputado zeloso que é vai saber informar a quem pediu a apresentação da indicação.

Portanto, retirada a indicação, não há mais discussão sobre ela.

Com a palavra, pela ordem, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, minha questão de ordem é para solicitar a Vossa Excelência, que está na Presidência dos trabalhos, a apreciação do meu requerimento, aliás, meu não, de várias lideranças partidárias, solicitando audiência pública para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

---

discutir o problema fundiário do Bairro Renascer, cujos moradores se encontram aqui aguardando a decisão.

Eu quero avocar a Vossa Excelência o art. 267, que diz que “o requerimento sobre proposição em Ordem do Dia entrará com ela em discussão”; e o art. 270, “f”, “audiência de Comissão sobre determinada matéria, sujeita ao plenário”.

Então, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que, devido à urgência, já que eles querem discutir inclusive isso que o Deputado Carlos Brito trouxe aqui.

O Deputado Carlos Brito propôs essa questão dos 20%, que é algo inclusive hoje questionado por eles, já que eles não têm os 20% de entrada. Eu estou com o processo da massa falida da Provale Incorporadora, e estou com o processo da Associação dos Moradores onde não batem as informações.

Então, a audiência pública é realmente para podermos, na verdade, chegar ao meio termo. Por isso eu queria que Vossa Excelência encaminhasse a votação, hoje, para que pudéssemos deliberar e os moradores pudessem retornar às suas casas já com a data definida e para que pudessem ter esse espaço de debate, já que eles estão questionando, Sr. Presidente, que no processo de negociação não houve a participação da Comissão tirada em assembléia geral. Foi encaminhado por uma comissão dos moradores não indicada por eles. Então, eles estão...

Eu participei da assembléia da Associação dos Moradores, num domingo à noite, e vi um grande número de moradores participando lá. Então, esses senhores e senhoras que aqui estão representam a comunidade, querem discutir, querem melhorar a proposta já que, inclusive, o Deputado Carlos Brito colocou aqui que há perspectiva para isso.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nobre Deputada, eu irei responder a questão de Ordem de Vossa Excelência, evidentemente, porque preciso dar deferimento ou indeferimento a ela, mas no momento oportuno, porque agora nós estamos discutindo a Indicação, não entramos na parte do Requerimento.

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Não. Eu não disse que não ia. Eu vou verificar a luz da contra-argumentação, que nós podemos ter, para valorizar as Comissões como o Deputado Zé Carlos do Pátio quer.

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, eu gostaria de conversar, antes de colocar em votação esse Requerimento da Deputada Verinha Araújo, e de pedir a Vossa Excelência para que ... Vai-se fazer uma audiência pública para tratar de um assunto que realmente tem pressa e tem que ser tratado.

Mas eu pediria, Deputada Verinha Araújo, conversando com o Deputado Silval Barbosa também, para que fizéssemos uma audiência pública ainda maior, por se tratar de assuntos da regularização fundiária de todo o Estado, convidando todo mundo para essa audiência pública. Faríamos uma grande audiência pública, porque vejo que esta Casa faz audiência pública para resolver problema de um bairro, outra para resolver problema lá de Rondonópolis, de Peixoto de Azevedo, de Colíder, e eu entendo que poderíamos fazer englobando toda a questão fundiária e regularização, que não deixa de ser também essa questão da qual Vossa Excelência se refere.

Portanto, faço esse pedido de, antes de colocar em votação esse requerimento, nós conversarmos...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Quero dizer a Vossa Excelência que nós estamos na discussão das Indicações. Posteriormente, na discussão dos requerimentos, nós iremos tomar a medida que o Regimento Interno nos faculta.

E quero ler, Deputado Zé Carlos do Pátio, apenas os autores das Indicações, porque eu acho que para Indicação não há necessidade e acredito que ninguém vai votar contra Indicação nenhuma aqui.

Em discussão as Indicações de autoria da Deputada Verinha Araújo e dos Deputados José Carlos Freitas, Silval Barbosa, Ságua, Riva, João Malheiros e Zé Carlos do Pátio...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Indicação de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Maggi, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Dr. Célio Wilson de Oliveira, mostrando a necessidade de analisar a viabilidade de aumento de efetivo da Polícia Militar.

Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, primeiro eu quero fazer uma observação da fala do Deputado Riva, que me antecedeu. Eu quero dizer que a Deputada Verinha Araújo é minoria aqui, mas ela é maioria na minoria, porque nós, vinte e quatro Deputados, elegemos uma Comissão de Educação que são cinco colegas Deputados, mesmo ela sendo minoria, ela está no meio da maioria...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nobre Deputado...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Então, eu quero dizer o seguinte: eu, como Parlamentar - e a sociedade deve estar assistindo aí -, essa questão de discutir, depois de uma greve que nós tivemos, para discutir e investigar a fundo a Secretaria de Educação...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nobre Deputado, por gentileza...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Um momentinho.

Deputado Dilceu Dal Bosco, Vossa Excelência foi interceder o Presidente em função do que eu estou falando, mas não intercedeu aos outros colegas que também, na hora de debater, questionaram...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu nem ouvi o que ele falou para mim. E quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: Vossa Excelência está discutindo uma Indicação ou está falando no Grande Expediente?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu estou discutindo a minha Indicação...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Então, discuta a sua Indicação...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...e tem a ver com o assunto.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Será que tem?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Tem a ver com o assunto.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Vamos ver.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Então, eu só quero fazer essa observação, Deputado, que, se nós queremos investigar a educação, votamos contra... Na verdade, a Deputada Verinha Araújo, ao lado do Deputado Humberto Bosaipo, poderá fazer essa investigação? Lamentavelmente, na minha opinião, não precisava a Assembléia Legislativa fazer isso daí. Eu acho que o Deputado Riva não precisava, por exemplo, a Assembléia Legislativa fazer isso, com todo respeito que tenho a todos.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente...

Indica ao Exmº Sr. Blairo Borges Maggi, MD. Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Dr. Célio Wilson de Oliveira, DD. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, analisar a viabilidade de aumento do efetivo para polícia militar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

A Constituição Federal, em seu art. 144, § 5º, estabelece: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.”

Ao contrário dos demais profissionais que aproveitam o feriado para descansarem, este é o período em que a categoria do corpo de bombeiro mais trabalha, pois devido ao excesso de álcool e a imprudência praticada pelas pessoas, aumenta o número da violência e de acidente de trânsito, dificultando o trabalho dos bombeiros militares.

Segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do DATASUS, do Ministério da Saúde, coletados com base nas certidões de óbito em todo país, Mato Grosso foi o quinto colocado nacional em taxa de homicídios no ano de 2000. Em 1991 ele era o décimo colocado nas taxas de suicídio, subiu para sétimo lugar; em acidente de trânsito, do vigésimo lugar, foi para o segundo lugar. Quer dizer, no Estado de Mato Grosso aumentaram os índices, ele era o vigésimo em acidentes de trânsito, hoje é o segundo colocado - é o segundo Estado do país, proporcionalmente, que tem mais acidentes de trânsito. Entre as capitais, Cuiabá continua sendo a terceira colocada em taxa de homicídios, em 1991 era a vigésima terceira.

Quer dizer, minhas senhoras e meus senhores, há 13 anos Cuiabá era a vigésima terceira capital em número de homicídios. Hoje nós somos os terceiros colocados, perdemos somente para Recife e Vitória em número de homicídios - em 1991 nós éramos o vigésimo terceiro.

O Estado está em terceiro lugar em taxa de crescimento do número de homicídios. Foram 450 em 1991, 996 em 2000, representando cerca de 3 homicídios por dia. E o crescimento da taxa de homicídios em Mato Grosso está sendo atualmente de 121,3%, inferior apenas ao do Amapá, que é de 198%, e da Bahia, que é de 247%, e quando se analisam as causas externas, homicídios, suicídios, acidentes são responsáveis por 14% das mortes da população em geral. Entre os jovens, esse índice sobe para 71% - 71% dos homicídios no Estado de Mato Grosso são de jovens.

Estão lotados no 5º Batalhão da Polícia Militar, encarregado do policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública no Município de Rondonópolis, 560 homens; deste número, 230 estão espalhados por 19 municípios e 2 distritos da região sul, o restante...

O Sr. Humberto Bosaipo - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu concedo um aparte ao Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu quero cumprimentar Vossa Excelência pela discussão de um tema de tamanha seriedade. O debate só é bom quando o Parlamentar traz dados substanciais, inequívocos e com clareza, como Vossa Excelência traz.

A propósito, ilustre Parlamentar, eu já estou com uma espécie de boneco do Estatuto da Polícia Militar, com as principais modificações e os debates que nós vamos inserir nesta Casa. Nós temos alguns pontos polêmicos nesse estatuto, mas, com certeza, em uma discussão como essa, nós teremos que levantar em Mato Grosso, como Vossa Excelência vem fazendo, as causas dessa violência, de onde ela está surgindo.

O aparato policial pode ir para as ruas da forma como está? Há um incentivo salarial para esse questionamento? A Secretaria de Justiça e Segurança Pública, que é ocupada hoje por um Promotor de Justiça, desempenha bem esse papel? O que falta para que a segurança pública de Mato Grosso não apresente índices alarmantes?

Nós teremos a oportunidade de debater todas essas questões quando discutirmos o Estatuto da Polícia Militar, e convoco Vossa Excelência, que já foi presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Casa - já é uma convocação. Eu não sei se Vossa Excelência... Tem que ser nesse primeiro semestre, porque me parece que no segundo semestre a sua vocação será

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

---

para ser prefeito de Rondonópolis e terei pouco tempo para vê-lo por aqui, mas eu convoco, mesmo à distância, sua assessoria ou Vossa Excelência, para nos auxiliarem no debate.

Só mais um minuto?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Pois não, Deputado.

O Sr. Humberto Bosaipo - ...no debate, ilustre Parlamentar, Deputado Zé Carlos do Pátio, sobre esse estatuto que eu venho estudando, que eu venho buscando, que eu venho cobrando.

Nós temos aqui, só para Vossa Excelência ter uma idéia, um ponto polêmico sobre a ascensão feminina na tropa. Esse é um ponto polêmico, porque foram reservados 10% para o contingente feminino, e pela proposta, pelas discussões, querem acabar com essa vantagem feminina. É um assunto que nós temos que debater aqui.

O agregado, por exemplo, aquele que está em outra função, não preencheria os requisitos para sua ascensão. É uma coisa a ser discutida também. Se isso ocorrer, nós teremos poucos policiais militares agregados em outros órgãos. Poderia resolver também, por aí, a questão do policial estar agregado em outros órgãos que não naquela finalidade específica de policiamento. Nós temos nos Poderes... Cada Juiz do interior, nas Comarcas, requisita um policial militar. Esse debate aqui será riquíssimo, e esses dados, certamente - é um debate que me interessa muito -, enriquecerão essa discussão. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado Humberto Bosaipo, eu acho que a votação do Estatuto da Polícia Militar será histórica aqui na Assembléia Legislativa. Nós mudaremos a vida do policial militar. E Vossa Excelência tem toda razão. Eu acho que é um debate salutar.

Eu não faço parte mais dessa Comissão, mas se tiver que contribuir, eu quero agradecer o seu apoio, Deputado Humberto Bosaipo, que, aliás, vem demonstrando desprendimento aqui neste Parlamento.

“Estão lotados no 5º Batalhão da Polícia Militar, encarregado pelo policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, 560 homens. Destes, 230 estão espalhados por 19 municípios e 02 distritos da região sul; o restante, 330 foram fixados em Rondonópolis, onde 90 fazem a guarda na penitenciária da Mata Grande, 21 estão lotados na cadeia pública do município, 15 policiais exercem atividades meio, administrativas, dois estão à disposição do fórum e dois se encontram na segurança da Promotoria Pública e do Cartório Eleitoral. Diante do aumento da violência no Estado, é necessário que seja analisada a possibilidade de aumentar o efetivo da polícia militar”.

É um absurdo, Sr. Presidente, caros colegas Deputados! Nós hoje temos um número de policiais por habitante que não atinge sequer a metade do que solicita a ONU. Isso me preocupa. A ONU solicita o seguinte: 250 pessoas por policial. Hoje, nós temos no Estado de Mato Grosso em torno de 800 pessoas por policial. Esse é um dado alarmante, falta segurança pública preventiva no Estado de Mato Grosso.

“Diante do exposto, submeto à elevada apreciação de meus ilustres Pares a presente proposição, solicitando dos mesmos a acolhida devida e mostrando a necessidade de aprovação”.

Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu vou deixar de falar no restante do meu tempo, oito minutos, para votar essa matéria, porque mais do que falar, o importante é o voto de cada colega Deputado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, fico feliz nesta Casa porque hoje nós vimos duas coisas importantes acontecerem: uma, Vossa Excelência apresentando uma indicação com respaldo já do nosso querido companheiro Deputado Humberto Bosaipo, que demonstrou que já está também avançado no debate; outra, quando o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

companheiro Deputado Zeca D'Ávila demonstrou ao Sr. 1º Secretário da Casa que a indicação pedida já estava sendo providenciada mesmo antes de lá chegar. Portanto, eu vejo que há uma sintonia e um trabalho uniforme de todos os Srs. Deputados, e fico extremamente satisfeito com isso.

Continuam em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Homenagem de autoria do Deputado Riva, ao Diretor do Colégio Salesiano São Gonçalo, Padre Wagner Galvão, em razão da participação e premiação da instituição de ensino no Concurso Internacional *Rose of Lídice*, na República Tcheca e na *Exposición Anual 'La creatividad de los niños*, no Uruguai.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Homenagem de autoria do Deputado Riva, ao Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cardeal Dom Geraldo Magella Agnelo, com cópia ao Arcebispo da Arquidiocese de Cuiabá, Dom Bonifácio Piccinini, pela importância da Campanha da Fraternidade 2004.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Homenagem de autoria dos Deputados Alencar Soares e Riva, ao Presidente da Câmara Municipal de Barra do Garças, Vereador Wellington Marcos de Oliveira, pelo acolhimento do requerimento de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na tramitação do projeto de lei que dispõe sobre a concessão dos serviços de água e esgoto daquele município.

Em discussão...

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Humberto Bosaipo...

Desiste?

Portanto, continua em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos de autoria do Deputado Alencar Soares, ao Presidente do Grupo Zahran, Sr. Ueze Elias Zahran, ao Diretor-Geral da TV Centro América, Sr. Zilmar Melatte, pelo trabalho da repetidora e pela recente instalação de uma repetidora de sinal da TV Centro América no município de Barra do Garças.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria da Deputada Verinha Araújo, à Dirigente Sindical Tânia Pascolini, que assume esta semana o cargo de Coordenadora do Monitoramento dos Planos de Trabalho Anuais do Ministério da Educação.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à família do Sr. Francisco de Borja Santos, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 22 do corrente mês.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Requerimento de autoria do Deputado Riva, ao Secretário Especial de Meio Ambiente, solicitando informações sobre a existência do Cadastro Ambiental das Nascentes e Olhos d'Água no Estado de Mato Grosso, bem como a apresentação de relatório.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Agora eu vou responder...

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo. Porém, eu gostaria, Deputado, de responder primeiro à Deputada Verinha Araújo sobre a questão de Ordem que ela fez...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, é rápido.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Apenas para convocar, Sr. Presidente, os membros da Comissão que tratará da reforma do Regimento Interno para uma reunião, amanhã, a partir das 11:00 horas. Já conversei com a maioria deles, mas quero que fique registrada a primeira reunião das modificações do Regimento Interno que nós vamos fazer, amanhã, a partir das 11:00 horas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu quero fazer um registro de que esta audiência pública sobre o bairro Renascer é extraordinária, importante e será de grande valia. Porém, o que nós estamos debatendo aqui não é isso. Nós estamos dizendo e respondendo à questão de Ordem da Deputada Verinha Araújo.

De acordo com o art. 548, cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite. Então, nós entendemos que o Requerimento vai à Comissão. Evidentemente este é o trâmite legal, e isto é o que determina o Regimento Interno. Não há, Deputada, nenhum... O Deputado Zé Carlos do Pátio veio aqui; ele tem referendado isso. Esse tem sido o procedimento desta Casa. A Comissão evidentemente, a pedido de Vossa Excelência, coloca em plenário e nós, na mesma hora, iremos deliberar favoravelmente, com certeza os vinte e quatro Srs. Deputados.

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Gostaria que Vossa Excelência citasse os membros da Comissão responsável em deliberar a solicitação de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Nós queremos dizer que a Comissão é composta pelos titulares: Deputado Pedro Satélite, Deputada Verinha Araújo, Deputado Gilmar Fabris, Deputado Humberto Bosaipo e Deputado Carlão Nascimento.

Portanto, não há nenhuma dificuldade de encaminhamento pela Comissão. Nós, amanhã de manhã, votaremos para que possamos cumprir o Regimento Interno.

Vossa Excelência, Deputada, pode contar com o meu voto e o voto de todos os Deputados desta Casa.

O Sr. Mauro Savi - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Mauro Savi.

O SR. MAURO SAVI - Solicito da Presidência, porque ontem foi concedido vista ao projeto, informações se já foi devolvido o projeto a esta Casa e se o mesmo se encontra em pauta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

A Sr^a Verinha Araújo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Convido o Deputado Riva para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 19:33 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Apesar de que Vossa Excelência, enquanto Presidente da Câmara, tinha mais experiência de Verinha Araújo do que eu...

Com a palavra, pela Ordem, a nobre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, estou aqui, conforme o Regimento Interno. Eu pedi vista ao Projeto de Lei Complementar nº 08/04, Mensagem nº 16/04, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração da denominação da Secretaria de Estado de Transportes - SEET, sua estrutura organizacional, e dá outras providências. Eu o estou devolvendo, dizendo que as duas Emendas que eu apresentei, hoje, já discuti com o Sr. José Carlos Pagot, conjuntamente com o Deputado João Malheiros, acrescida, inclusive, da participação da Assembléia Legislativa, do Conselho de Transporte e do Conselho de Habitação, com a participação da AMM.

Então, eu o estou devolvendo e gostaria, inclusive, que conforme nós conversamos, hoje, na Secretaria, fossem acatadas as Emendas.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Peço que passem o projeto para nossas mãos.

A Deputada Verinha Araújo já encerrou a sua palavra, pela Ordem?

Eu gostaria, antes de mais nada, de informar que a Assembléia Legislativa não pode fazer parte de conselhos, porque os conselheiros são nomeados pelo Governador e quem representa a Assembléia Legislativa são os Deputados e nós não podemos indicar membros no Conselho.

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu inclusive falei sobre isso hoje, lá na Secretaria de Transporte...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência falou acertadamente.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - ...que a Assembléia Legislativa não pode compor conselho, porque ela já é fiscalizadora. Como ela vai fiscalizar algo que ela discute conjuntamente?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sem dúvida.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Ou ela vai fiscalizar depois...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu recebo das mãos da Deputada Verinha Araújo o projeto e devolvo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Alencar Soares, para que dê parecer às emendas apresentadas pela Deputada Verinha Araújo. Na verdade, Vossa Excelência já deu parecer às emendas nºs 01 e 02. As duas emendas já estão rejeitadas no parecer da Comissão. Portanto, eu devolvo a Vossa Excelência.

O Sr. Chico Daltro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Chico Daltro.

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Apresentei outra emenda, incluindo o que foi acordado com o Pagot, lá hoje.

O SR. CHICO DALTRO - A senhora acordou?

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Acordei.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito aos Srs. Deputados que as discussões sejam feitas na tribuna, no momento oportuno. Por enquanto, está com a palavra, o nobre Deputado Chico Daltro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. CHICO DALTRO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, é a respeito dessa questão de participação da Assembléia Legislativa em conselhos representativos...

(NESTE MOMENTO, O DEPUTADO ALENCAR SOARES DIALOGA COM O PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. CHICO DALTRO - Vou aguardar, a palavra, pela ordem particular, do Deputado Alencar Soares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado está tratando do mesmo projeto. Como o projeto está na Comissão, eu havia entregue à Comissão, até para que ela se reunisse agora. Mas eu concedi a palavra, pela Ordem, a Vossa Excelência...

O SR. CHICO DALTRO - Isso, só vou sugerir ao Deputado que faço o uso da palavra, pela Ordem, na tribuna.

(NESTE MOMENTO, ALGUNS SRS. DEPUTADOS DIALOGAM COM O PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. CHICO DALTRO - Eu vou aguardar a palavra, pela ordem particular na mesa, apesar de a tribuna existir para isso...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. CHICO DALTRO - Mas eu estou esperando os Deputados deixarem Vossa Excelência em paz para poder...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência pode falar porque eu ouço com prazer.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, embora eu discorde da afirmação já colocada de que a Assembléia não pode fazer parte de Conselhos, eu gostaria que Vossa Excelência fizesse um levantamento, porque tem participação de alguns representantes desta Casa em alguns conselhos. Se não pode, o senhor tem que colocar ao Plenário e desoficializar isso, retirar essa participação. Sei que tem conselho na área de segurança, de reforma agrária, tem conselho na área de educação, conselho na área de transportes, conselho na área de saúde, e tem Deputados participando de conselho, representando esta Casa. Aliás, que ano a ano deveriam ser não só renovados os mandatos dos que quiserem, como até reformulada a participação.

Se não pode, Vossa Excelência deveria fazer esse levantamento, comunicar ao Plenário, comunicar aos conselhos que não terá mais representante desta Casa. Eu discordo, eu acho que deve haver a participação, porque se um Deputado está à mesa, compondo um conselho, e diz que fiscaliza e não pode estar lá fazendo junto, fazendo junto é a maior maneira de fiscalizar, é estar exercendo lá não só o seu mandato, mas a representatividade de 24 mandatos. Lá no acontecimento das coisas, se é uma questão regimental pode se levar à discussão na reforma do regimento, se é uma questão constitucional, particularmente eu vou dar uma analisada e poderei apresentar uma emenda constitucional aqui no sentido de reformular isto. Mas, principalmente, com urgência, se não pode, Vossa Excelência deve verificar aqueles que estão e imediatamente cessar essa participação, porque aí está uma participação realmente ilegal que depõe contra esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu acato as palavras de Vossa Excelência. Peço à Consultoria Técnica da Mesa que peça a retirada de todos os membros do conselho, baseado no art. 30, "b", da Constituição Estadual.

E concordo com Vossa Excelência que o Deputado deveria participar, mas é realmente um dispositivo constitucional. Inclusive, quero fazer uma referência. O Ministério Público nos fez uma indagação a respeito disso, porque conselho é função que Deputado ocupa e Deputado não pode ocupar função, de acordo com a alínea "b" do art. 30 da Constituição. Concordo com a alteração da Constituição, mas tem que alterar a federal, não é a estadual.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 51/04, Mensagem nº 15/04, do Poder Executivo, que altera a simbologia remuneratória dos cargos de Comissão da Secretaria de Estado de Saúde. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 53/04, Mensagem nº 18/04, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a incluir na Lei nº 8.065 de 30 de dezembro de 2003 as providências que seguem (orçamento para o exercício de 2004). Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Alencar Soares - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Só para convidar os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça para nos reunirmos e definirmos...

Sr. Presidente, Vossa Excelência quer votar essa matéria hoje ainda?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) -Eu gostaria de votar, pelo menos, em 1ª discussão, e amanhã em 2ª discussão.

O SR. ALENCAR SOARES - Poderá votar hoje sem a emenda?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência poderá exarar parecer à emenda, apenas à emenda, porque já existe um parecer prévio às outras duas emendas, rejeitando-as. Vossa Excelência tem que analisar apenas essa emenda. Querendo acatá-la ou rejeitá-la, poderá fazê-lo no mesmo parecer.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, eu estou usando a palavra porque as emendas não constam no projeto. Agora é que estão anexando. Eu não tinha como dar parecer à emenda que não consta no projeto.

E a Deputada insiste em dizer que está no projeto, mas não está.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência as terá a partir de agora.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu não quero que esse projeto passe despercebido na Casa.

Quero que Srs. Parlamentares possam fazer o debater ou, pelo menos, tomar um conhecimento mais apurado, porque tem apenas quatorze dias que este projeto aportou aqui. É uma mensagem do Poder Executivo que inclui na Lei nº 8.065, de 30 de dezembro de 2003, as providências que se segue. É apenas uma suplementação de seis milhões, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais, para que se possa incluir no orçamento da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia e Companhia Mato-grossense de Gás - MT Gás - esse projeto foi aprovado aqui - esse recurso, Sr. Presidente, tirado da reserva de contingência no valor de duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais. Esses seis milhões são provenientes de arrecadação de receita própria, Fonte 240, recursos diretamente arrecadados conforme demonstrativo da receita constante no anexo dessa lei.

Há a boa vontade, muito grande, do Governo em deslocar seis milhões de reais para a questão do gás do Estado.

Isso, Deputado Carlão Nascimento, alegra-me bastante, porque vamos discutir educação agora com o Governo. Já vejo que o Governo está fazendo uma abertura, principalmente retirando dinheiro da reserva de contingência, que pode ser uma proposta de negociação muito boa na área de educação. É necessário que se invista no gás em Mato Grosso? Certamente que sim.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Então, só chamo a atenção, Sr. Presidente, porque a Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia e a Companhia Mato-grossense de Gás - e o Deputado Gilmar Fabris me perguntava sobre a Comissão de Minas e Energia, se já havia definido a Presidência, eu acho que ainda não foi definido - tem que acompanhar esse projeto de perto.

A aplicação - eu peço a lista das Comissões, por gentileza... Os membros dessa Comissão são: Deputado Dilceu Dal Bosco, Deputado Chico Daltro, Deputado João Malheiros, Deputado Eliene e Deputado Silval Barbosa.

Eu creio que este projeto, Sr. Presidente, deveria primeiro passar por essa Comissão, num debate mais amplo, até para melhorar o projeto. Ou pelo menos que essa Comissão de Minas e Energia possa estar por dentro de uma matéria tão importante para o Estado como essa.

Se nós conduzirmos a política do gás no Estado como os exemplos que já temos de outros rincões do Brasil, inclusive detectando algumas falhas... Hoje a política de Minas e Energia de Minas Gerais e do Rio de Janeiro são as mais avançadas, Sr. Presidente, principalmente a do Rio de Janeiro. E essa Comissão é muito importante, porque nós também em Mato Grosso somos ricos...

Informa o Deputado Gilmar Fabris que o Deputado Chico Daltro será o Presidente dessa Comissão. É um Deputado gabaritado, com experiência.

E nós temos recursos, não só do gás, mas recursos em todas as áreas, principalmente na área energética de Mato Grosso...

O Sr. J. Barreto - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Portanto, Sr. Presidente, eu só queria chamar atenção...

Antes, concedo aparte ao Deputado J. Barreto, que é representante de Itiquira, que está às portas de inaugurar também a segunda ou terceira etapa de uma usina naquele município. Ele e o Deputado Gilmar Fabris, que tão bem representam Itiquira nesta Casa, bem como os Deputados Zeca D'Ávila, José Carlos Freitas, Sebastião Rezende e os Deputados que tiveram voto em Itiquira, como eu tive.

Ouçó Vossa Excelência.

O Sr. J. Barreto - Deputado Humberto Bosaipo, eu gostaria de cumprimentar e parabenizá-lo por discutir essa matéria de grande importância. O Brasil discute, neste momento, novas alternativas energéticas. E na região que Vossa Excelência bem disse, Itiquira, já se inaugurou a Itiquira e agora a Ponte de Pedra, que deverá ser inaugurada nos próximos sessenta dias, uma grande usina hidrelétrica.

Mas eu chamo à atenção porque realmente temos que cobrar da MT Gás uma política definida. O gasoduto chegou a Cuiabá. No Mato Grosso do Sul, um exemplo que darei, quando o gás boliviano chegou a Campo Grande, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul levou esse mesmo gás, o gasoduto, para Dourados, que é para Mato Grosso do Sul como Rondonópolis é para Mato Grosso, e já chegou a cidade de Três Lagoas, mais ao Sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

E, no sábado retrasado, o Prefeito que apóia Vossa Excelência na cidade de Alto Taquari fez uma extraordinária reunião com quatorze prefeitos, seis prefeitos aqui do Estado de Mato Grosso e nove prefeitos do Mato Grosso do Sul. Já há um trabalho do Governador Zeca do PT com a Ministra das Minas e Energia para puxar o ramal a Brasília e os prefeitos dessa região de Alto Taquari, Alto Araguaia, Alto Garças e toda essa região dos municípios do Mato Grosso do Sul já estão pedindo para que esse gasoduto passe pela região encostada a Alto Taquari, que vai passando por Mineiros e Brasília.

Portanto, realmente é uma política definida dessa alternativa energética do Estado de Mato Grosso... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo a Vossa Excelência mais um minuto.

O Sr. J. Barreto - Nós estávamos na reunião na cidade de Alto Taquari e vimos que o prefeito de Mato Grosso do Sul está realmente batendo duro nessa questão já da terceira via do gasoduto que se espalhou por Mato Grosso do Sul. Então, com o pensamento moderno do Governador Blairo Maggi, empresário bem-sucedido, eu não tenho dúvida nenhuma de que é o momento de cobrarmos aqui da MT Gás, essa empresa que foi aprovada por nós, para que rapidamente se faça o estudo de um projeto, aproveitando até os recursos que Vossa Excelência está colocando aí, que já está no projeto, para que com esses recursos possam ser elaborados projetos definitivos para chegarmos a Rondonópolis e a outra cidade do Norte do Estado para que a indústria possa pagar mais barata a energia. O Governo Federal vai dar apoio, está dando apoio nessa nova forma de energia nos Estados brasileiros.

Em tão boa hora Vossa Excelência puxa para esse debate, e o Parlamento é isso. É um debate coerente, definitivo e que nós possamos aqui, quem sabe, ter a responsabilidade da MT Gás para os projetos alternativos, indo um para o Sul do Estado e o outro para o Norte do Estado de Mato Grosso. Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço a contribuição de Vossa Excelência.

E essa Comissão é tão importante porque, além da questão do gás, esses seis milhões aqui, segundo o Governador, está na justificativa encaminhada aos Deputados, ele diz que se destina a atender as despesas iniciais da implantação e manutenção da Companhia Mato-grossense de Gás.

Na verdade, nós temos problemas mais sérios nessa questão também no Estado de Mato Grosso. Até se discute, ilustre Deputado, que a criação das reservas indígenas, por exigência do Fundo Monetário Internacional, e a ampliação dessas reservas, é em cima de uma riqueza mineral muito grande do país. Até há um ditado popular que diz que toda vez que se aumenta uma reserva indígena, toda vez que se cria uma reserva indígena, os americanos já estão de olho na riqueza mineral. E tivemos um problema aqui, há dois anos, na região do Deputado Riva e do Deputado Ságua, o problema do seqüestro de carbono. Nesta Casa, praticamente, passou batido esse debate.

Nós temos um outro projeto, e o Banco do Brasil está jogando com recursos, tem muitos recursos, que é sobre o problema do reflorestamento, para contrapor o quê? Para contrapor, exatamente, a lei ambiental. Aliás, para garantir o mínimo possível de desmatamento, que segundo os dados do IBAMA, em Mato Grosso, está desenfreado.

Vimos ontem, lá em Brasília, uma matéria a respeito do IBAMA e da BR-163 que me deixou muito preocupados, em relação ao desmatamento que está sendo feito ao longo de toda a rodovia, para se plantar soja. O Banco do Brasil, há algum tempo, já vem tentando financiar reflorestamento, porque o brasileiro não tem essa cultura de esperar para ter lucro, ele quer o lucro em quatro anos, três anos, mas o reflorestamento demora, às vezes, sete anos, oito anos, dez anos.

Outra questão, Sr. Presidente, aproveitando esse projeto da MT gás... Vossa Excelência vai ter que ter paciência comigo, porque eu represento uma região garimpeira, e Vossa Excelência também. E quando eu falo da região garimpeira, eu cito logo Poxoréo, que é a nossa querida cidade, sem contar Tesouro, lugar onde o Deputado Chico Daltro implantou a cultura do maracujá, para ser uma alternativa econômica, quando era Secretário de Agricultura. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que foi uma atitude extremamente inteligente e louvável, porque aquele povo está vivendo hoje, praticamente, disso - em que pese ele ter tomado todos os nossos votos lá, foi para o bem do Estado, não é, Deputado J. Barreto?

O Sr. J. Barreto - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo um aparte ao nobre Deputado J. Barreto.

O Sr. J. Barreto - Eu agradeço mais uma vez o aparte de Vossa Excelência.

Nós estamos discutindo um tema palpitante, interessante, que é a questão da energia, e me informei agora, procurei mais informação com o Deputado Chico Daltro, que tinha na sua pasta da agricultura um percentual muito forte de recursos do FCO, e soube que o Governo Federal agora não tem mais recursos para as PCHs, que são as pequenas e microusinas. Vossa Excelência conhece uma em Tesouro, que abastece três fazendas...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - É verdade.

O Sr. J. Barreto - Eu acho que o Estado realmente... O Deputado Humberto Bosaipo, esta noite, trouxe um tema palpitante para esta discussão.

Quem sabe, Deputado Riva, alguns recursos ou a criação de um fundo que não tire do bolso do povo mato-grossense, para o Governo incentivar... Aliás, vem aí a Agência de Fomento de Mato Grosso, que pode incentivar a construção de PCHs, de pequenas e microusinas que abastecerão as propriedades rurais e poderia até ser industrializada a energia.

É mais um tema que Vossa excelência traz nesta discussão, que nós temos que chamar a atenção. Eu tenho certeza de que o Governo, com a equipe técnica, está chamando a atenção de todo empresariado, não só do grande, mas tem que levar para o pequeno e o médio, Deputado Zeca D'Ávila. Absolutamente correta essa chamada, esse posicionamento do Poder Legislativo nessa discussão das PCHs do Estado de Mato Grosso, que é o Estado mais rico em águas, para tocar essas usinas. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço.

Quero dizer a Vossa excelência, por exemplo, que a Usina de Couto Magalhães já foi licitada e vai ser construída nas proximidades do rio dos Peixes, acima de Ponte Branca - ela já teve licitação nacional e internacional.

Aí, é fundamental que a Comissão de Minas e Energia acompanhe esse trabalho, e as empresas querem a participação da Assembléia Legislativa. Até já havia uma proposta dos prefeitos da região do entorno da MT-100: Alto Araguaia, Araguainha, Ponte Branca, Torixoréu até Barra do Garças - Ribeirãozinho também, mas ele fica um pouco afastado da BR, vinte quilômetros, mas também será beneficiado -, para que tivessem em contrapartida, ilustre Deputado, o asfaltamento. Essa empresa daria, em contrapartida, aos municípios, o asfaltamento, porque são obrigados a pagar o ISS às prefeituras...

O Sr. J. Barreto - Vossa excelência me concede mais um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo, nobre Deputado.

O Sr. J. Barreto - Quero enriquecer mais, se o nosso aparte enriquece o pronunciamento de Vossa excelência...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Com toda certeza.

O Sr. J. Barreto - Vossa excelência, como Presidente, me designou para ir ao Rio de Janeiro naquela data histórica, com os prefeitos da região do rio Araguaia, dessas cidades que Vossa Excelência colocou, para assistir ao leilão que configurou a histórica construção da Usina Couto Magalhães, que por sinal teve a presença do Deputado Federal Wellinton Fagundes, que está nos visitando neste momento aqui no plenário. Então, como Presidente naquela época, Deputado Riva, o Deputado Humberto Bosaipo me designou, e eu fui lá, naquela noite histórica, no Rio de Janeiro.

E o povo das cidades de Alto Araguaia, Alto Taquari, Araguainha, Ponte Branca, todos eles estão esperando notícias, e recebi a informação de que neste primeiro semestre já haverá a inauguração do canteiro de obras para a construção dessa tão sonhada usina, pela qual Vossa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

Excelência lutou arduamente neste Poder, juntamente com toda a classe política do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Bem lembrado, Deputado J. Barreto, até Vossa Excelência, se não me engano, apareceu em todos os jornais nacionais segurando a marreta, o martelo da empresa vencedora, juntamente com o Deputado Wellington Fagundes, que nos honra com sua presença aqui. Isso, para nós, foi uma participação extremamente importante, até porque nós representamos uma região que necessita de energia.

Eu estive em Goiânia e em Anápolis ontem, e Anápolis, Sr. Deputado, tem trezentos mil habitantes, e Goiânia chega à casa de dois milhões de habitantes, porque há trinta anos estão na nossa frente, eles têm energia, pelas Centrais Elétricas de Goiás, a CELGO, que recentemente também foi privatizada.

Quanto a essa questão energética, vou citar a Usina de Noidori, ali do grupo Itaquê, o desenvolvimento fantástico que esta PCH - Pequena Central Hidrelétrica está trazendo para a região. Nós temos lá os pivôs, hoje tem o sistema Vuarnet, é um sistema que o Deputado José Carlos Freitas conhece bem, da pecuária, que com 30 dias se repassa em cem hectares mais de mil cabeças, com cerca elétrica, tudo possibilitado por quê? Porque foi construída uma PCH numa região produtiva do Estado.

Eu vi em Torixoréu, recentemente, o sistema de pivô, através do qual o empresário colheu uma produção de feijão fantástica em apenas cem hectares. O prefeito de Primavera do Leste, Érico Piana, desenvolve em sua fazenda - o Deputado Zeca D'Ávila deve conhecer também - o sistema de irrigação para o término de engorda de bovino.

De forma que é muito rica, Sr. Deputado, Sr. Presidente, esta matéria, e eu não gostaria que ela passasse despercebida, principalmente na Comissão de Minas e Energia, porque o Governador está apenas fazendo um aporte de seis milhões de reais, tirando dinheiro da reserva de contingência - está fazendo, inclusive, uma abertura desse recurso na reserva de contingência -, e essa é uma Comissão extremamente importante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Conforme o próprio Deputado Humberto Bosaipo citou, esse é apenas um aporte financeiro. Portanto, a Comissão que analisará o mérito desse projeto será a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Não passa pela Comissão de Minas e Energia, porque não discute política de energia.

Portanto, encerrada a discussão. Em votação.

Peço a abertura do painel e que os Srs. Deputados estejam cadastrados para o processo de votação.

Eu quero registrar e agradecer a presença, nesta Casa, do Deputado Welinton Fagundes, que nos visita. Seja bem-vindo. Muito obrigado pela visita.

Devidamente cadastrados os Srs. Deputados, peço a abertura do painel. Atenção. Aberto o período de votação. Votem SIM os Deputados favoráveis e NÃO os contrários (PAUSA). Encerrada a votação, com 16 votos SIM e nenhum voto NÃO. Aprovado. Vai à 2ª discussão.

O Sr. Chico Daltro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu solicitei a palavra, até pela importância, neste momento, da ilustre presença do Deputado Federal Welinton Fagundes em nossa Casa, para comunicar informações, ainda não oficiais, de que o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso está preparando a extinção de várias zonas eleitorais no nosso Estado...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência me permite informar, como aparte, que já estão extintas as zonas eleitorais de Nortelândia, de Nobres, de Porto dos Gaúchos e de São José dos Quatro Marcos; e criadas...

O Sr. Zeca D'Ávila (FALA DE SUA BANCADA) - E a de Dom Aquino.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - A de Dom Aquino não! Só se baixaram outra resolução, porque com base na resolução que estou de posse, no meu gabinete, foram extintas essas quatro zonas: a 16, a 21, a 28 e a 42; e criadas zonas em Vila Rica, Porto Alegre do Norte, Sapezal e Lucas do Rio Verde.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a Vossa Excelência a solicitação, a sugestão, para que esta Casa pudesse marcar uma reunião com a direção do TRE, até porque a Assembléia Legislativa tem sido parceira incontestada do judiciário mato-grossense. Essa parceria ocorre na hora da questão do orçamento anual e em todas as discussões de projetos. E nós entendemos que é uma retração na prestação do serviço judiciário eleitoral do nosso Estado extinguir a zona eleitoral de um município. Vamos avaliar, aqui, como foram citados os Municípios de Nobres, de São José dos Quatro Marcos e outros municípios...

Nós deveríamos, Sr. Presidente, talvez Vossa Excelência, liderar uma reunião. Eu tenho certeza de que todos os Deputados e a Sr^a Deputada terão interesse em participar, em dialogar com o tribunal e, se for o caso, em retransmitir a nossa bancada Federal, se necessário for, uma gestão da bancada Federal junto ao TSE, para que possamos aqui ampliar e não restringir, regredir, diminuir a prestação da justiça eleitoral no nosso Estado.

Então, gostaria de deixar aqui essa colocação, Sr. Presidente, e essa solicitação a Vossa Excelência para agendar uma reunião com a direção do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, com a participação, com certeza, dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Acato a palavra, pela Ordem, do Deputado Chico Daltro, apenas informando - eu queria que o Deputado Wellington Fagundes fosse, inclusive, portador desta Casa e de todos os mato-grossenses - que o TSE proibiu a criação de novas zonas eleitorais. Foi baixada uma resolução proibindo a criação de novas zonas eleitorais. Então, a providência... Agora estou informado que também está extinta a de Dom Aquino para a criação da de Campo Verde - fui informado pelo Consultor Técnico-Jurídico, que disse que já tem uma nova resolução.

O que, na verdade - Deputado Chico Daltro, conversei hoje com o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Tadeu Cury, porque tentei localizar o Desembargador Flávio Bertin, mas ele está em viagem e o Desembargador Licínio também não localizei - o Tribunal fez? Impossibilitado de criar novas zonas eleitorais, extinguiu a Zona 16, que era a de Nortelândia, criando a de Vila Rica que agregaria Santa Terezinha e outros municípios, Santa Cruz do Xingu; extinguiu a zona eleitoral nº 21 de Porto dos Gaúchos, que é uma zona eleitoral antiga, passando para Juara, criando a de Porto Alegre do Norte, que atenderia Confresa, Porto Alegre do Norte e Canabrava do Norte; extinguiu a zona eleitoral nº 28, se não me engano de Nobres, e criou a de Lucas do Rio Verde, que atenderia Lucas do Rio Verde, Tapurah, Itanhangá e Ipiranga; e extinguiu a zona eleitoral nº 42, que é a de São José dos Quatro Marcos, criando a zona eleitoral de Sapezal.

Então, eu gostaria que a bancada federal fizesse uma intercessão junto ao TSE, porque é aquele caso que nós sempre defendemos aqui, Deputado Humberto Bosaipo - Vossa Excelência, eu e todos os demais -, de tratar os desiguais como iguais. Não criar novos municípios e novas zonas eleitorais em São Paulo não terá nenhuma implicação, mas em Mato Grosso terá.

Então, está correto o Deputado Chico Daltro. Vamos agendar a audiência com o Tribunal Regional Eleitoral no sentido de discutir isso, porque eu afirmei hoje para o Desembargador José Tadeu Cury que é muito salutar a criação de novas comarcas. Hoje, em Nova

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Monte Verde, o Presidente do Tribunal assumiu o compromisso de criar comarcas, como vai criar a de Tabaporã, a de Cotriguaçu e muitas outras, mas na hora em que chegar a extinção de alguma Comarca aqui, os Srs. Deputados vão ter dificuldades. Eu terei e todos terão.

(O DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO APROXIMA-SE DO MICROFONE.)

Então, é importante realmente que se faça essa conversa com o Presidente, porque a instituição tem sido uma grande parceira, sempre foi e continuará sendo. Vou pedir um agendamento, Deputado Chico Daltró, com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e com o Presidente do Tribunal de Justiça.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, apenas para fazer um comunicado, completando nossa fala anterior.

O Deputado Federal Welinton Fagundes, com quem tive a honra de conviver por algum tempo no Partido Liberal - saudosa lembrança -, me informou, Sr. Presidente...

(O DEPUTADO CHICO DALTRO DIALOGA COM O PRESIDENTE.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Vou esperar Vossa Excelência atender ao Deputado Chico Daltró, depois eu continuo.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informo a Vossa Excelência que estou ouvindo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Obrigado.

Sem a atenção de Vossa Excelência eu não completaria meu raciocínio. É o procedimento do Deputado Chico Daltró é que me leva a fazer isso, porque eu gosto de ouvi-lo. Toda vez que ele vem à plenária, ele coloca coisas realmente importantes, como é o caso da extinção dessas zonas eleitorais, que é um debate que temos que ter aqui. Por isso eu pedi que Vossa Excelência me desse um pouquinho de sua atenção, que é tão difícil.

Mas eu queria completar, Sr. Presidente, a informação do Deputado Welinton Fagundes de que um grupo português, liderado pelo Grupo Rede, ganhou a concorrência da Usina Couto Magalhães, está devolvendo, não quer fazer mais a obra, segundo o Deputado está nos informando. Por quê? Devido às exigências do IBAMA, que quer que eles façam o EIA/RIMA de todo o rio Araguaia. De forma, Sr. Presidente, que num momento, por exemplo, em Alto Araguaia e Alto Taquari estão chegando e aportando empresas como a Caramuru, e outras empresas que Vossa Excelência ajudou a levar para Alto Araguaia - eu tenho acompanhado -, quer dizer, no momento em que o próprio Governador Blairo Maggi já fala no asfaltamento da MT-100 e ele está lá com o nosso Secretário Pagot desmanchando aquelas quatro serras que era uma luta nossa aqui...

De forma, Sr. Presidente, que uma exigência dessa atravanca... Já o desenvolvimento do Vale do Araguaia só melhorou agora depois que o Governador adquiriu umas terras pelo lado de Querência que o povo está correndo, o movimento do Baixo Araguaia cresceu. Mas ali naquela região do Alto Araguaia, quem conhece, o Deputado João Malheiros já fez uma excursão para o Pontal do Araguaia nessa última eleição, o prefeito era do seu partido, o PTB, e ainda é do PTB... (É DESLIGADO O MICROFONE)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Peço que abra mais um minuto ao Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu quero dizer a Vossa Excelência que é lamentável isso ter ocorrido. Tanto eu como o Deputado J. Barreto vamos fazer esse debate aqui. Eu agradeço mais uma vez pela sua atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 04/04, Mensagem nº 04/04, que prorroga o prazo previsto no § 1º da Lei nº 7.359, de 13.12.00, alterada pela Lei nº 7.535, de 06.11.01, e pela Lei nº 7.840, de 17.12.02. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo integral.

Substitutivo Integral ao Projeto de Lei nº 04/04, Mensagem nº 04/04, que prorroga o prazo previsto no § 1º do art, 1º da Lei nº 7.359, de 13 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 7.535, de 06 de novembro de 2001, e pela Lei nº 7.840, de 17 de dezembro de 2002.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica prorrogado, até o dia 31 de dezembro de 2004, o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7.359, de 13 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 7.535, de 06 de novembro de 2001, e pela Lei nº 7.840, de 17 de dezembro de 2002.

Parágrafo único O prazo previsto no art. 1º aplica-se tão-somente aos municípios interessados em aderir ao regime da Lei nº 7.359/00, alterada pela Lei nº 7.535/01 e pela Lei nº 7.840/02, ficando o Governador do Estado expressamente autorizado a firmar todos os contratos necessários ao aperfeiçoamento dos negócios jurídicos objeto destes diplomas legais, desde que os municípios interessados firmem referidos contratos até a data prevista no *caput*.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a, quando da formalização dos negócios jurídicos que visam implementar o Programa da Lei nº 7.359/00, permitir a compensação das parcelas devidas ao Estado, em razão da adesão ao programa, com os débitos de faturas mensais das contas de água e esgotamento sanitário dos órgãos estaduais com sede ou estabelecimento no território dos referidos municípios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Informo que esta lei alterada é a lei que concede incentivo à municipalização do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dá outras providências.

Em discussão o Parecer...

Eu informo que a Comissão aprovou um substitutivo integral ao referido projeto.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o ex-Governador Dante de Oliveira por ter mandado essa mensagem para esta Casa de Leis.

O ex-Governador Dante de Oliveira criou vários incentivos, inclusive municípios com a população urbana limitada até cinco mil habitantes ou mil e quinhentas ligações ou um faturamento de vinte mil, têm 100% de isenção. Não vão mais pagar toda dívida que o município tem com a SANEMAT.

O ex-Governador Dante de Oliveira conseguiu que município com a população urbano superior a cinco mil habitantes igual ou inferior a dez mil habitantes só pague 20%. Eu acho que foi muito bom o projeto de lei.

E quero aqui dizer, Sr. Presidente... Olha só, quero que Vossa Excelência me ouça aqui e agora.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

“O processo de municipalização dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário foi autorizado pela Lei nº 7.359, de 13/12/2000, cujo prazo de 260 (duzentos e sessenta) dias, inicialmente destinado para as Prefeituras se habilitarem ao incentivo, foi prorrogado por mais 83 (oitenta e três) dias pela Lei nº 7.535, de 06/11/2001, a qual foi prorrogada por mais 73 (setenta e três) dias pela Lei nº 7.840, de 17/12/2002, cuja vigência expirou em 28/02/2003”.

Onde eu quero chegar? Sr. Presidente, apesar do prazo concedido pela Lei nº 7.359/00 ter se expirado, o processo de municipalização não foi cumprido, pois treze municípios ainda não assinaram os respectivos contratos. E quero aqui, Sr. Presidente, fazer o seguinte encaminhamento. Nesse projeto de lei aqui sequer a justificativa falou quais os municípios que não assinaram os contratos, e deveria estar falando, e deveria ter dito por que não assinaram. E o papel da Assembléia Legislativa já foi feito, já prorrogou por quatro vezes esse projeto. E vai prorrogar mais uma vez sem nós sabermos por que vai prorrogar, quais os municípios que faltam e para que vai prorrogar. E o pior ainda é que a Comissão de Constituição e Justiça, além de aprovar o projeto, ainda fez um substitutivo integral porque o Governador, pelo que notei, aí eu quero parabenizar o Governador, colocou até abril: “Olha, eu vou prorrogar mais uma vez, mas até abril.”. Chega! Sabem o que a Comissão de Constituição e Justiça fez? Prorrogou até dezembro de 2004! Se até hoje esse nós não resolvemos o problema dos 139 municípios, e ainda faltam 13, é porque não querem resolver mais.

Nós já estamos, Sr. Presidente, quer dizer, este projeto foi aprovado pela primeira vez em 2000, nós estamos em 2004, vai para quatro anos! E esses 13 municípios não assinaram contrato com o Estado de Mato Grosso. Eu quero aqui colocar que a partir do momento que nós prorrogamos, nós não estamos defendendo os interesses do Estado de Mato Grosso.

Tudo bem, caros colegas Deputados, nós podemos até ser municipalistas, nós podemos até defender os Municípios do Estado de Mato Grosso, mas também nós temos que defender a instituição do Estado. A Comissão de Constituição e Justiça, ao ter prorrogado, Vossas Excelências, ao terem prorrogado, a Assembléia Legislativa está, mais uma vez, prorrogando e não está defendendo o Estado, a instituição Estado de Mato Grosso. Se esses municípios não quiseram negociar com o Estado de Mato Grosso, e aqui não veio a relação desses municípios, por que não negociaram, é porque alguma coisa está estranha.

Deputado Mauro Savi, peço a Vossa Excelência vista deste projeto, para que a SANEMAT nos encaminhe os municípios, nos encaminhe por que esses municípios não negociaram essa dívida, por que não resolveu esse problema? Prorrogar, e sequer não justificar, é no mínimo desrespeitar este Parlamento, é no mínimo não ter...

A Sr^a Verinha Araújo - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concederei o aparte a ilustre Deputada Verinha Araújo.

Então, eu quero aqui parabenizar o Governador Blairo Maggi que colocou até abril, porque eu senti do Governador o seguinte: ou resolve o problema, ou toma atitude o Estado de Mato Grosso. E aí, desculpe-me a Comissão de Constituição e Justiça, fez um substitutivo integral jogando para até dezembro. Meus amigos, se não resolveu até então, não vai resolver até dezembro. Esses municípios têm que ser enquadrados, têm que ser convocados e saber por que não querem, porque mais do que municipalistas nós fomos ao aprovarmos esta lei.

Muito pelo contrário, Deputado Mauro Savi, Vossa Excelência nem era Deputado aqui e nós fizemos uma, emenda trabalhada pelos Deputados Pedro Satélite, Carlão Nascimento, J. Barreto, Chico Daltro, para aumentar o incentivo para que o município fosse isento depois de negociar. Agora, se o município não quer fazer, realmente, o contrato e o entendimento com o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Estado de Mato Grosso, é, no mínimo... Eu quero aqui, como Deputado, pedir aos nossos Pares para que nós defendamos a instituição do Estado.

A Sr^a Verinha Araújo -Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo aparte a Deputada Verinha.Araújo.

A Sr^a Verinha Araújo - Deputado, mais do que a preocupação de Vossa Excelência com o prazo ampliado, além de abril, eu gostaria de externar, aproveitar Vossa Excelência abordando essa questão do saneamento, da água no Estado de Mato Grosso, é que há municípios que votaram, pelas Câmaras Municipais, a concessão da água para uma empresa pelo prazo de 30 anos, com possível prorrogação.

Nós estamos com problema em Jaciara, onde inclusive há decisão judicial de impedir a licitação e o prefeito está tentando a decisão judicial para fazer a entrega, na verdade, dos serviços de água e esgoto sanitário da cidade. Assim como também Barra do Garças.

Nós aprovamos aqui uma moção de apoio à Vereadora Fátima, do PT, porque ela está denunciando que a Câmara não aprovou a concessão de água e esgoto para uma empresa, para um período de 30 anos. Não há Ata. Inclusive, ela está denunciando isso ao Ministério Público. E essa CPI que foi instalada na Câmara de Barra do Garças, que o Deputado Alencar aqui hoje aprovou uma moção para a CPI, tem o intuito, na verdade, de tentar cassar o mandato da Vereadora Fátima, porque denunciou ao Ministério Público a forma que, na verdade, não houve a votação pela Câmara.

Assim como também estamos recebendo outra denúncia, no caso do Vereador Daniel, que foi assassinado em Tangará da Serra por conta desse tema.

Então, é algo que nós temos que tomar muito cuidado. Por isso eu quero, inclusive aqui, apoiar o pedido de vista e discutir, porque não conheço esse texto. Eu não li esse texto, essa mensagem do Governo e gostaria, inclusive, de me debruçar sobre ele.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero, Sr. Presidente...

Lamentavelmente, Vossa Excelência não ouviu a nossa fala aqui...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu ouço com o ouvido, não é com... Eu ouvi o que Vossa Excelência falou.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Então, eu queria que Vossa Excelência nos ajudasse no pedido de vista a este projeto de lei, até porque o que está acontecendo é o seguinte: Este projeto já foi prorrogado várias vezes e nós criamos incentivos para os municípios. Se esses treze municípios ainda não fizeram um entendimento com o Governo do Estado, nós temos que saber por que não fizeram. Que eles mandem uma justificativa para nós.

Agora, nós defendemos a instituição município, somos municipalistas, mas temos um limite. Nós também temos que defender a instituição Estado de Mato Grosso, porque, senão, aqui pode ser a casa de mãe Joana, onde todos querem se aproveitar e, de repente, não têm o respeito de buscar a legalização que é do nosso interesse.

Então, eu quero aqui dizer das inúmeras prorrogações que já fizemos a este projeto e treze municípios sequer buscaram entendimento.

Eu quero que Vossa Excelência faça uma reflexão sobre esse projeto e nos encaminhe os treze municípios, por que eles ainda não fizeram entendimento com o Estado de Mato Grosso; qual é o motivo, para que possamos analisar este projeto.

O Sr. Alencar Soares - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Ságua - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo aparte ao Deputado Ságua.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Alencar Soares solicitou a palavra, pela Ordem, e, como Vossa Excelência concedeu aparte ao Deputado Ságuas eu vou deixar. Em seguida, concedo a palavra, pela Ordem, a Vossa Excelência, Deputado Alencar Soares..

O Sr. Ságuas - Agradeço o aparte.

E só quero colaborar e dizer que as condições que o Governo passado criou para que pudesse ser aprovado pela Assembléia Legislativa, de que os municípios assumissem a questão da água, foram muito favoráveis.

Eu era prefeito, na época, e fui um dos primeiros prefeitos a assinar essa retomada da água para os municípios. E gostaria de dizer que as condições foram favoráveis aos municípios, e não entendo por que ainda há treze municípios que não assinaram.

E gostaria também de dizer que o que a Deputada Verinha Araújo colocou é extremamente grave, porque nós fomos, ao longo desse período, e hoje ainda acontece, procurados por empreiteiras oferecendo obras em troca da concessão da água por trinta anos, dizendo que a água dá prejuízo, que a água é ruim para o município, que o município não tem condições de fazer a gestão da água. Se o negócio é tão ruim, por que as empresas estão querendo? Aí eles alegam que vão conseguir algum empréstimo, recurso de algum fundo perdido para uma empresa privada - nunca vi isso -, vão conseguir algum empréstimo para poder resolver o problema da água no município.

A verdade é que o sistema de água para o município não é rentável, porque a função dele não é ser uma empresa rentável, é para ser alto sustentável, mas é importante que a água fique para o município, porque, a partir do momento que a empresa privada começar a explorar e ter um monopólio dessa água, só poderá consumir água quem tiver dinheiro, e quem não tiver dinheiro vai passar sede, provavelmente.

Então, é nesse sentido que acho que esses municípios restantes ainda deverão assumir essa água o mais breve possível, porque as condições são ótimas para que se possa assumir, e depois, se possível, tocar a água por conta própria do município e ser estatizada do município...(NESTE MOMENTO, O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu indago do Deputado Zé Carlos do Pátio, porque tivemos um pedido de vista formulado pela Deputada Verinha Araújo e também por Vossa Excelência, e, como Vossa Excelência está na tribuna discutindo a matéria, a preferência do pedido de vista, naturalmente, é de Vossa Excelência... Eu concederei o pedido de vista, mas nesse sentido a discussão encerra. (PAUSA)

Portanto, concedido vista a Vossa Excelência pelo tempo regimental.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. Ságuas - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Se for para falar sobre a matéria que já foi retirada de discussão, nós consideraremos prejudicada a palavra, pela Ordem.. Se não for...
(O SR. DEPUTADO SÁGUAS FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Ságuas está registrando o trabalho do Deputado Welinton Fagundes na solução do problema de água de Juína, que foi importante.

Eu queria apenas, Deputado...

(O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sim, posso conceder a palavra, pela Ordem, a Vossa Excelência, mas antes só quero corrigir uma questão que a Deputada Verinha Araújo falou.

Eu estive em Barra do Garças, Deputada Verinha Araújo, e não se pode vincular o episódio da Vereadora Fátima com esse episódio da água, problema de cassação, até porque tive oportunidade de tomar conhecimento de quem realmente fez a CPI, e o Deputado Alencar Soares até

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

poderá falar sobre esse assunto, senão, daqui a pouco vão misturar os assuntos e existem outras questões que envolvem isso.

Concedo a palavra, pela Ordem, ao Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo a matéria sendo prejudicada, eu fiz o pedido da palavra, pela Ordem, porque fui o Relator da matéria na Comissão. O projeto está pedindo para revalidar os contratos ou legalizar a situação com os 13 municípios até 07 de abril.

Quero dizer aos senhores que o prazo de 07 de abril, até aprovarmos, dependendo do prazo para publicação, já acabou. Então, houve no pedido do projeto uma falha de quem redigiu, quanto à data para mandar a esta Casa. Até aprovarmos, na próxima semana, mandarmos para o Governo, e o Governo publicar, já foi a data de 07 de abril. Então, tendo em vista, na Comissão...

Eu não sei qual a dificuldade que os treze prefeitos têm, não sei o motivo pelo qual até então não chegaram a uma negociação e não sei como podem ser prejudicados com um prazo até dezembro. Eu vejo que o problema é o prazo, porque se fosse para pedir só para dez dias, dentro do projeto de lei, nem haveria necessidade. Então, seria melhor que o Governo nem mandasse a matéria para esta Casa. Logo, por ser competência da Comissão de Constituição e Justiça, nós já pedimos um prazo bem dilatado no substitutivo, até dezembro deste ano. Aí, sim, a equipe do Governo do Estado, da administração irá ver caso a caso, por município, qual o problema pelo qual até então não foi resolvida a situação desses treze municípios.

Não adianta nada aprovarmos uma emenda só para mais trinta dias, sem termos contato com esses municípios num prazo de trinta dias, e vir mais uma mensagem para a Assembléia Legislativa, como ocorreu das outras vezes, e a cada sessenta dias ficarmos revalidando o projeto.

Então, já estendemos o prazo, num tempo bem maior, para que o Governo concentre esforços, juntamente com sua equipe, buscando esses municípios para uma negociação, e solucionando definitivamente, então, a municipalização das águas do Estado de Mato Grosso, porque só estão faltando treze municípios para concluir esse processo. Eu vejo que é um prazo razoável, e os companheiros entenderam o encaminhamento feito por mim.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Como existe um pedido de vista, eu gostaria que fosse feito um pedido de informações a respeito da sucessão municipal. De repente, existe algum prejuízo na assinatura de qualquer documento no período que antecede as eleições. Talvez seja por isso o prazo de 07 de abril.

O Sr. Alencar Soares - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a palavra, pela Ordem, ao Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Como sou presidente da Comissão de Constituição e Justiça e fui citado duas vezes, em nome da Comissão e em meu nome, sobre um projeto que nós votamos, que demos parecer favorável, e votamos o substitutivo de autoria do Deputado Silval Barbosa, que achamos legal, porque a Comissão de Constituição e Justiça vota a legalidade. O Deputado Zé Carlos do Pátio sabe disso.

Agora, acima de tudo estamos nós aqui no Plenário. Ele tem direito de votar a favor ou contra, é um direito que pertence a ele; assim como a Comissão de Constituição e Justiça tem o direito de dar o parecer como nós achamos, dizendo se está certo, se está errado, se é legal ou não é legal.

Respondendo à Deputada Verinha Araújo, eu não entrei muito no assunto da Câmara Municipal de Barra do Garças, a primeira vez que conversamos sobre isso foi agora, porque em janeiro e fevereiro eu fiquei afastado de Barra do Garças, Vossa Excelência sabe, porque todo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

mundo falou que eu estava sumido de Barra do Garças em janeiro e fevereiro. Isso não é segredo para ninguém.

O que nós temos de informação é que o Prefeito mandou, numa Sessão Extraordinária, a matéria da municipalização da água para votar, e a Vereadora Fátima - inclusive, nós nos damos muito bem, ela foi eleita para o mandato de 1992/1996 na minha chapa de candidato a prefeito, não tenho nada contra a pessoa dela - não votou, como eles alegam lá. Aí, ela alegou que a ata foi rasurada. Eu não sei se ela entrou agora, porque o prefeito e o ex-prefeito estão brigando lá, não sei se é por causa disso, eu não sei se ela entrou agora ou entrou antes na briga...

Então, com os vereadores que dão sustentação ao prefeito, que são quatorze, contra ela, foi aberta uma CPI para provar, para averiguar, e vários Deputados dela, parece que três ou quatro Deputados daqui de Cuiabá, foram à disposição dela... Essa CPI é que vai dizer se houve rasura na ata, se ela votou ou não votou, porque eles dizem, nos falaram agora, para mim e para o Presidente, que procuraram saber se ela ia votar a favor ou contra, ela falou que ia votar contra e que ela participou da Sessão. Agora, se ela votou ou não votou, para mim não muda nada. O que eles estão dizendo, os vereadores, inclusive vários Vereadores que me apóiam como Deputado e me apoiarão se eu for candidato a prefeito, é que ela votou, que não tem rasura, e se a CPI contar o contrário... Quer dizer, os vereadores estão certos de que não houve rasura na ata, e se ela votou, eles vão entrar com o pedido de cassação dela. Mas isso é problema deles, vereadores, eu não sou vereador, eu sou Deputado Estadual... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo mais um minuto ao Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Só quero deixar bem claro: eu não sou vereador, eu sou Deputado Estadual pelo segundo mandato, e se vão cassar ou deixar de cassar, o problema é deles. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 08/04, Mensagem nº 16/04, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração da denominação da Secretaria de Estado de Transportes - SEET, sua estrutura organizacional, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, rejeitando as Emendas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

A Srª Verinha Araújo - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, para discutir, S. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu concederei a palavra na ordem solicitada.

Eu prorrogo, de plano, a Sessão por uma hora.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Deputado, eu sinto que vários colegas não têm empecilho nenhum em votar essa matéria, mas eu também não vejo problema nenhum em votar as emendas da Deputada Verinha Araújo, porque, inclusive, são emendas de interesse público, que contaram com a participação de várias entidades de classe. Eu acho que democratizaria e seria mais transparente.

Em cima disso, Sr. Presidente - parece até que a Deputada fez um acordo, um entendimento -, eu quero fazer uma observação. Muitas vezes os secretários estaduais são mais desprezados que a própria base do Governo. É interessante isso! Esses tempos, nós colocamos algumas pessoas nas comissões - e quero parabenizar algumas Secretarias, algumas entidades -, colocamos a UFMT na Comissão de Indústria e Comércio, colocamos outras entidades e não teve problema nenhum. O secretariado do Governo Blairo Maggi, eu já notei isso, em sua grande

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

---

maioria, os secretários são extremamente desprendidos, se relacionam bem conosco. Eu quero ressaltar que, por isso, eu estranhei a não participação da Deputada Verinha Araújo no grupo de trabalho para rever aquela questão da educação, porque é lá naquela Secretaria que há mais problemas para resolver. Eu até fui vetado para participar da Comissão, mas foi até bom eu não participar, porque eu também seria vetado.

Eu quero, Deputado, pedir a Vossa Excelência que vote em destaque as emendas da Deputada Verinha Araújo. Era esse o motivo de meu pedido da palavra pela Ordem. Peço destaque das emendas, até para marcar posição, porque nós não somos contra o projeto. Eu quero dizer que nós somos favoráveis ao projeto. Parabens ao Secretário Pagot pelo seu trabalho, mas acho que o destaque é preponderante em valor da transparência e participação de mais entidades. É só, muito obrigado.

O Sr. Silval Barbosa - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Como Vossa Excelência vai discutir, a palavra, pela Ordem, tem prioridade com relação...

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - É sempre assim...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência poderá discutir no momento certo. Vossa Excelência já foi defendida pelo Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu vou conceder o destaque. Não tem motivo para Vossa Excelência ficar brava.

Eu vou propor... Esse negócio da educação está dando uma polêmica. Vou ver qual professor tem mais tempo de sala de aula; vou propor a troca do meu nome para o professor que tiver mais dia de sala de aula, porque aí eu acho que esse tem legitimidade.

Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, antes que a ilustre Deputada Verinha Araújo viesse a discutir o porquê da Comissão rejeitar suas emendas, ela propôs que tivessem representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores da Empresa de Transporte Terrestre de Cuiabá e região - dois representantes -, e propôs, também, que tivessem dois representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM.

Olhe, Sr. Presidente, o Sindicato dos Trabalhadores já está representado pelas empresas...

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. SILVAL BARBOSA - Eu posso terminar de falar para Vossa Excelência?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Ela vai ter oportunidade de falar o tempo que quiser. Pelo amor de Deus...

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa excelência fale da tribuna no momento em que for falar, senão vou determinar para desligar o som do microfone, porque se não Vossa Excelência não deixa ninguém falar.

Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa e peço que seja respeitado o tempo.

O SR. SILVAL BARBOSA - Se Vossa Excelência deixar eu concluir, eu vou chegar onde Vossa Excelência quer, Deputada...

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Depois, a Deputada Verinha Araújo vem justificar que foi professora, meu Deus! Leia um pouquinho o Regimento Interno.

Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Sr^a Deputada, Vossa Excelência se comporte, por favor. Vossa Excelência tem um Regimento Interno a cumprir. No dia em que Vossa Excelência for Presidenta, aí Vossa Excelência cumpra...

Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputada, eu não estranho os procedimentos de Vossa Excelência, porque sempre foram esses, mas nós temos o dever de manter a ordem. O Deputado Silval Barbosa está com a palavra.

O SR. SILVAL BARBOSA - Deputada Verinha Araújo, eu vou explicar o porquê da emenda rejeitada. Deixe-me só concluir minha fala que Vossa Excelência vai entender.

Nós entramos em contato com o Governo, com seus representantes, o Secretário-Chefe da Casa Civil e outros. Eu que tive esse cuidado. Quando a Sr^a pede para pôr um membro do sindicato dos trabalhadores, eles entendem Sr. Presidente - deixe-me complementar, Deputada - que o sindicato está representado. Agora, qual é o argumento do Governo? Que tem que ter o entendimento dos trabalhadores com os sindicatos das empresas. O que eles fazem? Eles indicam um, e os trabalhadores das empresas indicam outro, porque ali o sindicato está representado.

Ora, tem o sindicato das empresas dos trabalhadores e tem o sindicato dos trabalhadores. Se tem dois membros, é só entrar em entendimento; cada um indica um. Mas há uma luta interna dos trabalhadores junto com os sindicatos, porque aí são eles que contribuem.

Então, é essa a divergência que houve, e esse é o motivo pelo qual eu pedi a palavra pela Ordem, para explicar. É lógico que a Deputada está no direito dela de vir defender aqui, para ter a representatividade exclusiva do sindicato. Nós respeitamos, nobre Deputada, o seu posicionamento em defesa dos trabalhadores, mas, até então, nós entendemos que eles já estão representados. Isso é uma briga, uma luta... Uma briga não, é uma luta interna de entendimento, é um conflito de entendimento. Cada um indica um e estarão representados os trabalhadores e as empresas dos trabalhadores dentro do conselho. Era essa a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a palavra para discutir à Deputada Verinha Araújo.

Vossa Excelência dispõe de vinte minutos e, se necessário, mais.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Deputado Riva, Presidente da Assembléia Legislativa, eu quero aqui apresentar meus protestos a Vossa Excelência, porque eu não pude utilizar o microfone da minha bancada. Vossa Excelência tem a prerrogativa de estar presidindo esta Sessão e de emitir a opinião que lhe convier em relação a meu respeito. Então, eu faço o meu protesto, porque à medida que Vossa Excelência tem o microfone a sua disposição, Vossa Excelência emite a opinião que tem a meu respeito. Por isso o meu protesto.

Agora, eu estou utilizando o microfone e quero dizer a Vossa Excelência que sou professora, sim, concursada. Não fui colocada por cargo de confiança. Já dei aula em sala de aula; tenho alunos, ex-alunos e posso, inclusive, trazê-los aqui. Está certo...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu só vou fazer uma justificativa a Vossa Excelência. Peço que não se tome o tempo da Deputada Verinha Araújo. Que ela possa usar o seu tempo integral, depois.

Ninguém falou que Vossa Excelência não é professora. Eu disse que se algum professor quiser fazer parte, eu vou escolher o que tiver mais dias em sala de aula; aquele que esteve mais dias dentro da sala de aula, porque tem legitimidade maior do que qualquer outro. Por que esse negócio de dizer que Vossa Excelência é professora? O Deputado Carlão Nascimento foi, o Deputado Zé Carlos do Pátio foi, o Deputado Sebastião Rezende foi, o Deputado Eliene foi, outros aqui foram. Não é somente Vossa Excelência que foi professora. O Deputado Dilceu Dal Bosco foi.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Todos deram aula. Ora, gente, se for para colocarmos todos os professores na Comissão, nós teremos de colocar sete.

Eu estou aqui, Deputada, com um informe do Governo Federal sobre a Comissão que cuidará do salário dos servidores federais. São dois membros por Comissão e não tem a participação da Câmara e nem do Senado. Então, o Governo está aceitando a Assembléia Legislativa. E nós vamos colocar por quê? Porque a Assembléia participou decisivamente desse processo.

Vossa Excelência tem legitimidade. Nunca lhe será tirada a sua legitimidade, e Vossa Excelência será convidada para discutir. É minha convidada para as reuniões que forem feitas. O poder de voto serão dois para a Assembléia Legislativa, dois para o SINTEP, dois para outros.

Era isso que nós queríamos esclarecer.

Eu peço que se restabeleça o tempo da Deputada Verinha Araújo em vinte minutos.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, eu não estou aqui reivindicando a participação no grupo de trabalho, que irá discutir a política salarial dos trabalhadores da educação num prazo de noventa dias, para mim.

Primeiro - e é bom que todos os Deputados saibam -, eu não estou Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, porque os três Deputados do Governo, na Comissão: Dilceu Dal Bosco, Mauro Savi e Sebastião Rezende, não me apóiam como Presidente da Comissão. É por isso que eu não estou Presidente. Está certo. Eles apóiam e apoiaram o Deputado Humberto Bosaipo. É por isso que eu não estou Presidente.

Eu sou minoria. Não tem nenhum problema. Eu vou fazer política sendo minoria. Eu respeito a decisão da Comissão; eu respeito a decisão do Deputado Humberto Bosaipo de presidir a Comissão, mas é preciso que se diga que eu não estou Presidente, porque Vossas Excelências vetaram a minha participação na condição de Presidente. O Deputado Humberto Bosaipo, inclusive, abriu mão da indicação para me apoiar, mas Vossas Excelências disseram que não me apoiariam. Portanto, eu não estou Presidente. Respeito e acato. Não vou sair da Comissão, que é o que Vossas Excelências querem, porque eu quero aqui trabalhar pela minha categoria, trabalhar pela educação...

O Sr. Gilmar Fabris - Concede-me um aparte?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Estarei na Comissão trabalhando do mesmo jeito. Agora, o que eu questioneei e questiono, Deputado Riva, é que Vossa Excelência, todas as vezes que teve reunião para discutir a educação, ligou para mim e me convidou. Estranhamente, ontem, não fui convidada para ir à Secretaria de Educação. Estranhamente, a Sr^a Secretária, que também já me convidou outras vezes para reunião de negociação, também não me telefonou. Eu pergunto: por quê? Por que não me convidou? Porque sabe que nós não concordamos com aquele projeto que aqui foi aprovado, nesta Casa. Eu viajei, estive em Juara, segunda-feira, numa reunião com mais de quatrocentos professores, e eles estão indignados com essa tal de verba indenizatória.

Então, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, a minha discordância não é com relação a esse encaminhamento, primeiro, porque não fui convidada. Primeira coisa, não teria nenhum problema Vossa Excelência me telefonar ou ligar para todos os membros da Comissão para irem a reunião lá com a Sr^a Secretária. Qual o problema se ainda não estava constituída a Comissão?

Segundo, Vossa Excelência tomou uma decisão autoritária, sim, se auto-indicando e indicando o Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

compor o grupo de trabalho, sem que a Comissão se reunisse, discutisse quem iria indicar. E aqui eu assumo, inclusive, isso.

O Sr. Gilmar Fabris - Concede-me um aparte, Deputada Verinha Araújo?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu vou conceder dois minutinhos a Vossa Excelência, Deputado Gilmar Fabris.

O Sr. Gilmar Fabris - Sr. Presidente, nobre Deputada Verinha Araújo, ouvi atentamente a fala de Vossa Excelência e quero colocar as coisas nos seus devidos lugares. Primeiro, eu quero entender que se porventura Vossa Excelência ontem não foi convidada para a reunião, talvez porque não era a pessoa que eles queriam convidar. Quando não somos convidados para ir a uma festa é porque o dono da festa, às vezes, não quer que estejamos lá. Segundo, quando Vossa Excelência disse que não é Presidente porque vetaram. Não! Vossa Excelência não tinha os votos da Comissão. Não é veto! Tem que respeitar os colegas que ora acharam que o Deputado Humberto Bosaipo, na atual conjuntura, faria o melhor trabalho como Presidente dessa Comissão. Ele venceu. Tudo bem.

Não vejo, Sr. Presidente, nenhum autoritarismo por parte de Vossa Excelência de ter dito que pretende estar nessa comissão. Se Vossa Excelência estivesse ausente dessa Comissão, estaria errado, seria omissivo, porque, aqui nesta Casa, vai passar mesmo e virá mesmo o final dessa história. Vossa Excelência é responsável por nos dar os méritos ou os deméritos que seja. Vossa Excelência que vai nos representar lá. Não está aqui ninguém autorizado, pelo menos da minha parte, para ir me representar lá que não seja Vossa Excelência como Presidente.

Quero também dizer, Sr. Presidente... (É DESLIGADO O MICROFONE.)

A SR^a VERINHA ARAÚJO - No outro debate, eu concederei mais dois minutos a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, eu agora quero falar sobre o projeto que estamos aqui discutindo, que é a matéria sobre a atual Secretaria de Transportes ser transformada em Secretaria Estadual de Infra-Estrutura.

Ocorre, Sr. Presidente, que ontem eu apresentei aqui duas emendas para compor os conselhos, são dois conselhos propostos, um de habitação e outro de transporte. Para o Conselho de Transportes, estou propondo que seja acrescida a representação dos sindicatos dos trabalhadores e empresas terrestres de Cuiabá e região. Por que, Sr. Presidente, estamos propondo essa representação? Porque a composição do Conselho Estadual de Transportes não tem nenhuma representação de trabalhadores.

O Deputado Silval Barbosa, que me antecedeu aqui, quando citou o sindicato de construção pesada do Estado de Mato Grosso... É importante que os colegas Deputados saibam o que é um sindicato. Tem o sindicato patronal, que é dos patrões, dos donos das empresas, e tem o sindicato dos trabalhadores que trabalham nessa empresa. Nesse sentido, não há nenhum sindicato de trabalhadores compondo o Conselho de Transporte, nenhum. Eu vou citar novamente aqui para os colegas Deputados saberem: representantes da Secretaria de Infra-Estrutura, da Secretaria de Fazenda, da SEPLAN, da AGER - Agência de Regulação, do Sindicato de Empresas de Transportes Rodoviários de Passageiros, da Associação de Transportes Alternativos Municipal e do Sindicato de Construção Pesada do Estado de Mato Grosso. Portanto, não há aqui nenhuma representação de trabalhadores e é o que proponho.

Aí vamos pegar o Conselho de Habitação. Vão compor o Conselho de Habitação a Secretaria de Infra-Estrutura, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, a Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia, a Secretaria de Saúde, a FEMAB, a Associação Mato-grossense dos Municípios e o Sindicato da Indústria da Construção Civil. E eu estou propondo, Sr. Presidente, que seja acrescido o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Por quê? Porque

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

---

esse sindicato cobre hoje a categoria para a qual nós queremos resolver problema de emprego. Hoje a construção civil é a que emprega mais rápido, de imediato. E por que não ter a participação dos trabalhadores? Qual é o problema?

Então, do ponto de vista da concepção de sindicato, é a minha discordância de Vossa Excelência, Deputado Silval Barbosa. Por isso, eu estou aqui provando a Vossa Excelência, ao Governo - ao Governo, não, e eu vou dizer o porquê - e aos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça que vetaram as minhas emendas porque os senhores estão equivocados. O sindicato que eu estou propondo é dos trabalhadores.

O Sr. Gilmar Fabris - Concede-me um aparte, Deputada?

A SRª VERINHA ARAÚJO - Uma outra questão.

Na verdade, eu aqui, como Deputada Estadual, quero ser bancada do Governo. Todo dia, eu venho à tribuna para defender os projetos do Governo. Quero ser bancada, quero votar com o Governo, mas quem me exclui, e eu já percebi, não é o Governo, mas certos Deputados, para não tirar o "s" do plural, porque, na verdade, não têm visão, não são grandes, são pequenos, pensam pequeno. Ontem, eu dei uma entrevista para a TV Centro América que foi colocada pela manhã, que nós havíamos apresentado essas emendas. Eu pedi vista, por quê? Para eu buscar a negociação. E o próprio Deputado Alencar Soares, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, disse que já havia votado contra as minhas emendas...

O Sr. Dilceu Dal Bosco - Concede-me um aparte, Deputada?

A SRª VERINHA ARAÚJO - Só um momentinho.

...mas que ele não via nenhum problema desde que houvesse diálogo. O que eu fiz? Eu liguei para o Secretário Joaquim Sucena para conversar com ele e me disseram que ele não tinha agenda para mim hoje. Engraçado, porque quando ele era Deputado, ele ia receber Deputado todo dia. Depois virou uma dificuldade. Nunca mais consigo falar com o Secretário Joaquim Sucena.

Aí eu peguei e liguei para o Pagot. O Pagot estava viajando para São Paulo. Foi fazer exames. Mas eu disse: quem pode me receber? Quem fala por ele na Secretaria de Transportes? O Sr. José Carlos Pagot, o seu irmão. Muito bem.

O Sr. Dilceu Dal Bosco - Concede-me um aparte, Deputada?

A SRª VERINHA ARAÚJO - Depois que eu concluir.

Fui à Secretaria de Transportes hoje à tarde, sentei com o Sr. José Carlos Pagot e falei das minhas emendas. Ele ligou para o Deputado João Malheiros. O Deputado João Malheiros inclusive disse que tinha uma proposta da bancada de entrar a Associação dos Municípios, que estava fora do Conselho de Transporte, e a Assembléia Legislativa no Conselho de Habitação, e aí acataria as minhas emendas. E falei: nenhum problema.

Inclusive já alertei lá, hoje à tarde, esse impedimento da Assembléia Legislativa de participar de conselho. Porque eu já tinha conversado com o Deputado de outros Estados, onde eles me alertavam que nós da Assembléia Legislativa não podemos compor conselhos porque nós somos o órgão fiscalizar. E como nós vamos fiscalizar se nós...

O Sr. Gilmar Fabris - Concede-me um aparte, Deputada?

O Sr. Dilceu Dal Bosco (DE SUA BANCADA) - Concede um aparte ao Deputado Gilmar Fabris...

A SRª VERINHA ARAÚJO - Se Vossa Excelência deixar eu concluir, porque ainda tenho nove minutos, e vou deixar Vossa Excelência falar, se Vossa Excelência não me interromper.

Então, nesse sentido, eu obtive concordância do Sr. José Carlos Pagot, hoje à tarde, fiz o diálogo que o Deputado Alencar Soares colocou na sua entrevista.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Fui procurar o Sr. Joaquim Sucena, que é da Casa Civil, que não me recebeu e não me deu retorno. Com quem eu falei? Com o responsável.

O Sr. Gilmar Fabris - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputada?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Portanto, para mim estava tudo certo. Quero dizer, inclusive, que eu solicitei o impacto financeiro da criação de mais 40 cargos. E está aqui o impacto mensal de oitenta e quatro mil, e de um milhão e dezessete mil anual. Mas, pelo tamanho da Secretaria, pelo seu trabalho, pela importância que essa Secretaria está adquirindo no dia-a-dia, ampliando a sua área de atuação, fazendo a área de saneamento, de habitação e de transporte, eu não vejo nenhum problema em votar aqui a ampliação desses cargos. E vou votar, porque eu não sou pequena. Eu poderia chegar aqui, agora, e dizer: “Ah, é! Não acatou a minha emenda, eu vou votar contra!”. Não vou fazer isso. Não vou fazer isso! Vou votar a favor do projeto e vou votar a favor das minhas emendas, porque eu vejo a importância da estruturação da Secretaria de Infra-Estrutura. Mas, infelizmente, não tem compreensão por parte de alguns Deputados, e esses são os que têm impedido que essa Bancada de Sustentação do Governo Blairo Maggi se reúna e discuta as questões. Porque lá no Governo, quando nós procuramos, encontramos ressonância e, infelizmente, não é o que está acontecendo aqui com certos Deputados da Bancada de Sustentação do Governo Blairo Maggi.

Agora concedo aparte ao nobre Deputado Gilmar Fabris.

O Sr. Gilmar Fabris (FORA DO MICROFONE) - Agora eu não quero mais.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - O Deputado Gilmar Fabris não quer mais falar. Está bem!

Concedo aparte ao nobre Deputado Dilceu Dal Bosco. Vossa Excelência ainda vai querer falar?

O Sr. Dilceu Dal Bosco - Não.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Concedo aparte ao nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Ilustre Deputada, eu estou acompanhando o debate e talvez Vossa Excelência esteja fazendo o encaminhamento certo, mas a negociação errada.

Eu sou favorável às suas emendas e acrescentaria que, por exemplo, no Conselho Estadual de Habitação e Saneamento – eu não sei se Vossa Excelência colocou isso – há necessidade de um profissional da área de Engenharia Sanitária, principalmente neste momento em que estamos vivendo e nesta semana comemoramos o Dia Internacional das Águas, num momento em que a população discute essa questão de saneamento.

As emendas de Vossa Excelência estão corretíssimas. Talvez a forma de Vossa Excelência encaminhar com a Bancada é que seja um pouco equivocada. Eu acho que Vossa Excelência é mais impetuosa e isso, às vezes, dá um choque, porque em determinado momento Vossa Excelência assume a personalidade do Deputado Zé Carlos do Pátio, no momento em que ele quer... Eu compreendo isso, porque é um Deputado que vive o plenário, é um Deputado que... Mas não é dessa forma que Vossa Excelência vai conseguir passar suas emendas. Eu acho as emendas de autoria de Vossa Excelência extremamente necessárias.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando o aparte da Deputada, eu quero agradecer o Deputado João Malheiros porque eu não pude estar na Sessão de terça-feira e nem de ontem, estava tratando de assunto particular, e o Deputado João Malheiros recebeu a minha equipe para discutir esse projeto, como Líder do Governo.

Eu pretendia discutir essa matéria hoje, mas dado o avançado da hora, gostaria de passar a Vossa excelência todo o trabalho, todo estudo que nós fizemos, e agradecer a forma como a minha equipe foi atendida por Vossa Excelência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Agradeço também a Vossa excelência, Deputada Verinha Araújo, e sou favorável as suas emendas.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Deputado, eu quero dizer a Vossa excelência que os meus procedimentos hoje foram: conversar com o Governo, através do Sr. José Carlos Pagot, que estava respondendo hoje na Secretaria pelo Sr. Pagot, Secretário de Transporte; e com o Deputado João Malheiros, que é o Líder da Bancada.

Quando eu conversei com o Deputado João Malheiros, por telefone, na Secretaria e que ele deu seu aceite, para mim a questão da Bancada estava encaminhada, porque ele é o Líder da Bancada na ausência do Deputado Renê Barbour. Em nenhum momento eu deixei de seguir os procedimentos das negociações para que nossas emendas fossem acatadas. Mas, infelizmente, o impedimento veio aqui no plenário por parte do Deputado Alencar Soares. Ele, o Deputado Alencar Soares, quando quer mostrar serviço, faz esse tipo de procedimento. Ele poderia muito bem cumprir aquilo que falou em sua entrevista ontem, de que ele poderia recuar, desde que houvesse diálogo. E o diálogo eu cumpri, mas, infelizmente, ele não acatou. Ele foi até a minha Bancada pedir para que eu deixasse para a Comissão de Mérito, mas eu falei que vai ter que voltar para a Comissão de Constituição e Justiça. Por que não pode ser deliberado hoje? Qual o problema?

Então, é uma questão muito mais política de não acatar as nossas emendas mesmo, de, na verdade, tentar nos afrontar, nos desrespeitar. E, nesse sentido, eu não poderia ficar calada, porque cumpri tudo o que nos é designado para podermos ter aprovado aquilo que acreditamos, aquilo que sonhamos.

Eu não vejo como ter dois conselhos onde estejam ausentes os trabalhadores. Quem é que sabe do problema das estradas, hoje, se não é o trabalhador que anda todo dia naquela estrada, que dirige o ônibus, que dirige o caminhão? Quem é que não sabe o problema da habitação, da quantidade de cimento, etc, se não é o trabalhador da construção civil, que está todo dia ali na construção? Por isso eu propus os trabalhadores, infelizmente, não acatados pela Comissão de Constituição e Justiça. Mas eu quero aqui fazer um apelo para que Vossas Excelências derrubem esse parecer e para que nós possamos acatar, porque fica difícil querer ser da bancada do Governo se em todo momento estou sendo impedida por setores que não querem que façamos o melhor diálogo.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - A Deputada me concede um aparte?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Pois não, Deputado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu queria só discordar de um encaminhamento de Vossa Excelência, quando disse que é uma questão política, mas não é do Governo...

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Não.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - E aí nós temos que fazer uma defesa ao Governo Blairo Maggi, que acatou as suas emendas.

E quero aqui parabenizar o Governador. Nós temos esse entendimento de que as emendas são interessantes, são importantes, como falou o Deputado Humberto Bosaipo e teve o apoio do Governo Blairo Maggi, teve o apoio do seu secretariado que, aliás, não temos o que questionar. Acho que o papel do parlamento é esse, de debater os assuntos, de fortalecer e de ser extremamente democrático. Agora, eu espero que as emendas sejam acatadas, até para o bem da democracia, e mais entidades participarem.

Era só. Muito obrigado.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu vou agradecer..

O PRESIDENTE (RIVA) - Informo que Vossa Excelência dispõe de dois minutos.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu vou agradecer, ainda teria dois minutos, Sr. Presidente, mas não vou utilizar porque já estou satisfeita, e deixo para que Vossa Excelência faça o melhor encaminhamento possível.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O Sr. Dilceu Dal Bosco - Solicita a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu vou conceder a palavra, pela Ordem, mas antes vou conceder ao Deputado Gilmar Fabris, para discutir.

Eu quero apenas, Deputada Verinha Araújo, fazer algumas ponderações.

Vossa Excelência falou sobre o grupo de trabalho, e eu só quero esclarecer que são fatos que Vossa Excelência solicitou, para não ficar dúvida para os telespectadores que estão nos ouvindo. Vossa Excelência falou bem, o grupo de trabalho não foi constituído. Foi convidado um representante de cada órgão e, especialmente, do Poder Legislativo, como Presidente, fui convidado para participar da reunião de instalação do grupo de trabalho. Temos até o dia 31 para indicar os membros.

Portanto, não procede que tenhamos indicado, autoritariamente, até porque não indicamos. Apenas sugeri que o membro fosse aquele escolhido presidente da Comissão de Educação, que é o Deputado Humberto Bosaipo, que Vossa Excelência mesma disse que não conseguiu os votos necessários para ser presidente dentro da Comissão. Pressupõe-se que o Deputado Humberto Bosaipo seja, no entendimento dos membros, aquele que deverá representar a Comissão. O Deputado Humberto Bosaipo é um dos membros, e também, Deputada Verinha Araújo, intitulei-me como um dos participantes da reunião, como membro, como Presidente da Instituição, para contribuir com o andamento dessa reunião.

Vossa Excelência não tenha dúvida: eu não tomaria, jamais, nenhuma decisão sem ouvir, principalmente, os professores que são Deputados nesta Casa.

E quero expressar o meu grande respeito pelo Deputado Carlão Nascimento, professor, pelo Deputado Eliene, por Vossa Excelência, pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, pelo Deputado Humberto Bosaipo, que é filho de professora e tem toda uma vida também como professor. Então, Vossa Excelência não tenha dúvida, eu faria essa discussão.

A respeito do que Vossa Excelência falou, de querer ser bancada e alguns Deputados não a pretenderem na bancada, eu vou falar por mim, como Deputado Estadual. Eu, sinceramente, tenho o compromisso de apoiar o Governo e tenho buscado apoiá-lo naquilo que eu posso. Gostaria muito que Vossa Excelência estivesse como membro da bancada e gostaria, Deputada Verinha Araújo, de propor que o Líder do Governo, Deputado João Malheiros, convocasse uma reunião da bancada. Eu gostaria que acontecesse o seguinte: eu acho que o Deputado que acompanhar a decisão da bancada, ou da maioria, tem que ser bancada. Se não acompanhar, não pode ser bancada.

Se Vossa Excelência não for acompanhar a decisão da maioria - agora eu falo como o Deputado Riva -, eu mesmo sugiro que Vossa Excelência não seja bancada. Tem que ser bancada quem apóia, de fato, quem participa do debate dentro de uma discussão de bancada e respeita a decisão da bancada. Lembro-me de quando aqui havia a bancada do ex-Governador Jaime Campos, do ex-Governador Dante de Oliveira. Sempre foi assim. Então, tem que se ter disciplina.

Quanto à questão do Secretário Joaquim Sucena, eu quero fazer uma defesa. O Deputado Joaquim Sucena, como Secretário-Chefe da Casa Civil, tem sido solicitado com esta Casa. Ele não sai da Assembléia Legislativa. Ele atendeu ao Deputado Zé Carlos do Pátio, um dia desses, às 06:00 horas, que é Deputado de oposição. Nunca faltou a um convite da Casa. Eu acho que aqui somente Vossa Excelência tem tido esse problema com o Secretário Joaquim Sucena.

Eu até gostaria que, se alguém mais tiver, que se manifeste, porque nós vamos pedir ao Deputado Joaquim Sucena, Secretário-Chefe da Casa Civil, que procure rever alguns conceitos em relação a esta Casa. Entretanto, penso que não é o caso. É uma posição isolada de Vossa Excelência. O Secretário-Chefe da Casa Civil tem sido muito solícito para com esta Casa.

O Sr. Dilceu Dal Bosco - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a palavra, pela Ordem, ao Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu quero, até porque fui citado na fala da Deputada Verinha Araújo, como membro da Comissão, restabelecer a verdade. E penso que nós temos que tomar muito cuidado nesta tribuna, com relação ao que nós falamos, porque os mato-grossenses, principalmente da Baixada Cuiabana, de Cuiabá, de Várzea Grande, estão nos assistindo pela TV Assembléia.

Primeiro, eu quero colocar que eu me sinto, como membro da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, bem representado pelo seu presidente, que foi autorizado pelo demais membros para ser presidente e nos representar. E, mais ainda, bem representado pelo Presidente desta Casa. E tudo que eu quiser discutir ou se eu quiser saber o que está acontecendo, procurarei o presidente da minha Comissão e o Presidente desta Casa.

Segundo, não é verdade que o nome de Vossa Excelência foi barrado. No primeiro instante da discussão, Deputado Riva, a proposta, já definida por todos, era que a presidência seria do Deputado Humberto Bosaipo, que, naquele momento, não aceitou. Veio, então, a proposta que foi colocada pelo companheiro Deputado Sebastião Rezende, que também gostaria de ser presidente. Nós voltamos, discutimos e nos convencemos, porque entendemos, naquele momento, que o Deputado Humberto Bosaipo seria um grande presidente, um bom presidente na Comissão, principalmente nessa discussão do grupo de trabalho.

Então, o nome de Vossa Excelência nem foi apreciado. Vossa Excelência não foi barrada. Vossa Excelência não foi nem votada, nem participou. Então, tem que ser restabelecida a verdade aqui nesta tribuna. Fica difícil para nós, porque toda vez que vêm aqui, falam isso, até parece que temos o poder de tirar ou colocar alguém. Aqui, quem tem poder é a maioria. Aqui é uma democracia.

Eu quero lembrar também uma fala do Deputado Zé Carlos do Pátio, quando colocou que todos nós o tiramos da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social. O partido ao qual ele pertence, o PMDB...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - ...com democracia, em sua maioria, também definiu uma forma, e Vossa Excelência não aceitou o que a democracia, a maioria do seu partido aceitou. Não foi ninguém daqui que pediu para Vossa Excelência sair.

Então, tem que ser restabelecida a ordem, sim, e tem que ser colocado claramente, porque fica parecendo, para a sociedade que está nos assistindo, que foi da forma que Vossas Excelências falaram aqui, mas não vou admitir que falem uma coisa que não ocorreu assim, que foi discutido, da forma mais democrática, pela Presidência desta Casa.

Eu quero dar meu aval e me somar às palavras do Presidente desta Casa, Deputado Riva, Vossa Excelência tem que definir se é bancada ou não. Eu também recomendo a Vossa Excelência que não seja da bancada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Sebastião Rezende; em seguida, os Deputados Mauro Savi, Zé Carlos do Pátio, Gilmar Fabris, que terá a palavra para discutir, e Alencar Soares.

Eu gostaria de encerrar a concessão da palavra pela Ordem, para tratar desse assunto. Eu gostaria que nos ativéssemos à matéria em pauta. Vou conceder a palavra, pela Ordem, a esses Deputados que já nomeiei, para encerrar o assunto.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Sr. Presidente, apenas para restabelecer a verdade sobre essa situação toda. Todos sabem da minha posição sempre coerente, séria e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

ponderada. Eu realmente fico triste com a posição da Deputada Verinha Araújo, quando ela chega aqui e diz que houve veto a seu nome.

Eu me coloquei à disposição para ocupar a presidência porque eu acho que tenho direito, enquanto Deputado, de pleitear toda e qualquer presidência de Comissão da qual faço parte. Mas é evidente que eu tenho bom senso também e ouvi o Deputado Dilceu Dal Bosco e o Deputado Mauro Savi, que, conversando, demonstraram que neste momento, mais do que nunca, nesse grupo de trabalho, nós precisamos de um Deputado que tenha experiência. Eu entendi dessa forma, por isso tive e estou tendo a humildade de reconhecer a experiência do Deputado Humberto Bosaipo, neste momento, a presidir a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social. Evidentemente, o meu desejo era esse, até como Engenheiro Civil e como Advogado, com a minha experiência de vida ao longo dos anos. Eu acho que eu teria e tenho condições plenas para isso, mas entendo também que neste momento, nesse grupo de trabalho, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social realmente estaria muito bem sob a presidência do Deputado Humberto Bosaipo. Exatamente por isso, eu retirei o meu nome, e como todo o grupo, Deputado Dilceu Dal Bosco, Deputado Mauro Savi, estava referendando o nome do Deputado Humberto Bosaipo, eu me somei a eles, também por esse entendimento, porque neste momento é o nome que reúne todas as qualidades para presidir essa comissão e tem o nosso respaldo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Mauro Savi.

O SR. MAURO SAVI - Sr. Presidente, demais colegas, disse bem o Deputado Sebastião Rezende. Nós passamos dez dias em negociação com o SINTEP, e se estivéssemos perseguindo a oposição ou a situação que seja, algum Deputado, esclareço que o Deputado Humberto Bosaipo é oposição ao Governo Blairo Maggi, mas não é oposição ao Estado de Mato Grosso, e tem conhecimento. Falo aqui em meu nome e dos Deputados Dilceu Dal Bosco e Sebastião Rezende, porque somos três, somos maioria na Comissão, que é de cinco, e com sua permissão colocamos no grupo de trabalho o Deputado Humberto Bosaipo.

Também queria que a Mesa fizesse um favor aos 23 Deputados e ao povo mato-grossense: quando o Deputado Zé Carlos do Pátio viesse dizer que foi ceifado das Comissões, usasse... Porque deve constar em Ata o momento em que ele usou a tribuna e pediu a retirada de seu nome de todas as comissões desta Casa. Como disse o Deputado Dilceu Dal Bosco, nós não participamos das negociações internas do PMDB. Foi o líder, se eu não me engano o Deputado Nataniel de Jesus, o Deputado Silval Barbosa e ele que definiram as Comissões. E o Deputado constava em quatro Comissões.

E queria dizer também que a Deputada que me antecedeu aqui, para discutir a matéria, falou sete minutos e vinte segundos sobre outro assunto, e não sobre o projeto em pauta. Dizer a ela que hoje está com o material da saúde e que usasse a tribuna para pedir...

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. MAURO SAVI - Vossa Excelência falou que não foi atendida e agora está com os documentos em suas mãos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

Eu quero, antes do Deputado Zé Carlos do Pátio usar a tribuna, agradecer o Dr. Marcos Henrique Machado, Secretário de Saúde, que respondeu aos requerimentos que já estão de posse da Deputada Verinha Araújo - requerimentos formulados por ela. O Dr. Marcos Henrique Machado, Secretário de Saúde, tem sido um dos Secretários que tem tido um grande respeito por esta Casa e uma grande atenção em atender aos requerimentos formulados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas, eu não quero aqui fazer nenhum tipo de retratação, mas realmente o veto não foi da Assembléia Legislativa e sim da minha bancada do PMDB. Eu tenho vinte e poucos anos de história política e tenho uma história muito grande dentro do PMDB.

Quero aqui dizer que o Deputado Nataniel de Jesus é líder da bancada do PMDB, e eu fui uma das pessoas que mais trabalhou para isso, para fortalecê-lo dentro do PMDB. Foi uma decisão.

Mas eu quero dizer, Deputado, que eu fui extremamente humilde. Marquei uma reunião com o líder da bancada; fui às 07:00 horas no gabinete dele; às 14:00 horas ou às 15:00 horas, ele foi ao meu gabinete; falei para ele qual era o encaminhamento que nós defendíamos; e para todos os encaminhamentos que nós defendíamos, chegando lá, houve uma mudança de posição, de última hora. Foi por isso que eu me retirei da reunião, porque eu acho que posição partidária tem que ir junto. Naquele momento, eu senti que eu era maioria ao lado do Deputado Nataniel de Jesus, até por causa dos afazeres do outro Deputado que não pode participar da reunião. Mas, eu retirei o meu nome.

Sabe por que eu retirei, Deputado? Porque, na verdade, eu queria participar de um encaminhamento que tivesse uma verdadeira representação política e que não fosse um encaminhamento em que eu me sentiria assim: “olha, eu estou fazendo um favor para você, eu garanti esses encaminhamentos!”. Não! Eu queria participar, para ter representação política.

Cheguei à que conclusão nos meus cinco anos de mandato? Que não adianta você ficar “batendo em ferro frio”. Eu estou vendo erros que estão acontecendo nos Pareceres das Comissões, até em defesa do Parlamento, o que deve ser reavaliado.

Agora, eu quero aqui dizer que eu queria entender a Deputada Verinha Araújo, até pelo amor que eu tenho pelo Parlamento, porque, na verdade, quando a Deputada fez isso, tirando as ofensas pessoais que fez aos colegas Deputados, eu quero aqui colocar que foi pela angústia dela em defender o Parlamento, em defender o papel do Parlamento com emendas, com trabalho.

O interessante, que eu vejo, é o reconhecimento do Governo em estar defendendo, em abrir o Governo para esses debates. Então, é isso que eu acho bonito! E não adianta negar! Eu achei interessante o Governo ouvir e atender. Nós já demos muitos conselhos para o Governo, que foram preponderantes. Esses tempos atrás, tinha um projeto para acabar com a Escola de Saúde Pública. O Governo retirou o Projeto entendendo que, realmente, ia ser um erro político.

Então, nós estamos aqui para somar e eu acho que é importante. Nós vamos votar favorável ao projeto do Governo do Estado. Muito obrigado.

O Sr. Alencar Soares - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Alencar Soares. Em seguida, o Deputado Gilmar Fabris irá discutir e eu não darei mais a palavra, pela Ordem, sobre esse assunto.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, eu só usei a palavra, pela Ordem, para dizer que quanto a matéria que nós formos votar, eu vou ouvir o líder do Governo. O que o Líder falar, eu vou cumprir. Eu acompanho a bancada do Governo.

Agora, na Comissão, eu, o Deputado Dilceu Dal Bosco, o Deputado Zeca D'Ávila e mais alguns Deputados, nós queríamos mudar o art. 18, Grupo I, em que se cria o cargo de superintendente. Nós íamos apresentar, hoje, essa emenda dos Deputados, porque nós tínhamos uma avaliação, o Secretário Pagot outra e Vossa Excelência tinha uma avaliação diferente.

Eu estava na minha casa, no meu apartamento e recebi uma ligação - eu tinha até desligado o celular, porque estava almoçando - da Secretária do Dr. Pagot, dizendo que o mesmo queria falar comigo em São Paulo. Eu liguei no celular dele; ele me atendeu e falou: “Deputado, eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

queria saber o que Vossa Excelência tem contra”. Eu falei: “só quanto ao item VI. Eu quero dizer para Vossa Excelência que eu estou dando a minha palavra...”. Eu deveria ter esse compromisso para com os Deputados. Ele falou assim: “Vossa Excelência pode assumir com os Deputados. Eu dou a minha palavra. Vossa Excelência pode votar, porque não é nada disso do que está pensando. Esse item VI é apenas os fiscais”.

Eu quero reforçar com Vossa Excelência que eu não liguei, nunca liguei para o Dr. Pagot. Foi ele que me ligou, dizendo: “eu quero pedir para Vossa Excelência, junto com os Deputados, que conversasse com os Deputados para que votassem o projeto na íntegra”. O que é íntegra? Eu falei que nós íamos votar, depois da conversa. Eu vim do Deputado Zeca D’Ávila que assinava a emenda comigo; fui lá no gabinete e falei: “Deputado, o Dr. Pagot deu a palavra dele e nós temos que acreditar na palavra dele”. Então, eu quero pedir a Vossa Excelência que nós votemos o projeto.

Então, eu dou Parecer com a minha consciência tranqüila quanto aquilo que estou fazendo. No Parecer quem manda é o Presidente da Comissão, o Vice-Presidente e mais três Deputados. Somos cinco...

(NESTE MOMENTO, O SR. DEPUTADO DILCEU DAL BOSCO DIALOGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. ALENCAR SOARES - Não, na Comissão mandamos nós.

Eu tenho que agradecer o Deputado Riva. Até o Deputado Zé Calos do Pátio falou dos Pareceres. Nós estamos muito bem assessorados, os meus assessores não quero dizer que são melhores do que os de Vossa Excelência, não. Vossa Excelência sempre disse que os seus sempre são os melhores. Os nossos assessores são tão bons quanto os seus. Nós estamos muito bem assessorados. Então, damos Pareceres com muita clareza, com muita seriedade e votando aquilo à que nossa assessoria nos orienta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Gilmar Fabris abre mão da palavra, para discutir. Fará uso da palavra, pela Ordem por três minutos. Com a palavra, o nobre Deputado Gilmar Fabris.

O SR. GILMAR FABRIS - Quero ser breve, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até por causa do acordo de companheirismo com o Deputado Humberto Bosaipo para nós não discutirmos a matéria mais, até porque já é uma matéria de conhecimento de todos.

Eu quero só fazer algumas considerações. Primeiro, eu queria, se assim nós tivéssemos poder, congelar o Deputado Zé Carlos do Pátio, hoje. Vossa Excelência seria Presidente desta Casa; iria ganhar todas. O homem, hoje, está com as colocações verdadeiramente de um grande Parlamentar, porque como trabalho ele já é e com as ponderações que ele fez aqui nós precisávamos conseguir congelar ele.

Eu quero fazer somente algumas observações, por exemplo, na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, o Presidente dessa Comissão é o Deputado Carlão Nascimento. Sozinho, sem briga, sem nada, ele conseguiu a Presidência de uma das Comissões mais importante desta Casa. Talvez pela maneira de se posicionar com os colegas, a Deputada Verinha Araújo não está tendo o mesmo êxito, até porque convivi aqui com a Deputada Serys Silhessarenko e ela era ferrenha contra o Governo, mas nunca contra o Parlamento e os colegas. Na época nós tínhamos o Governador Jaime Campos, e ela foi durante 04 anos ferrenha contra o Governador Jaime Campos, mas nunca contra os colegas, era amiga de todos aqui.

E a Deputada sem querer talvez viu que vários vieram aqui porque ela jogou veneno num monte de gente, papapá, aí vieram aqui e...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. GILMAR FABRIS - Realmente, a senhora cada dia que passa vai acontecendo da seguinte forma... Primeiro, Sr. Presidente, eu quero fazer uma colocação ao senhor, que tudo nesta Casa agora, e o Plenário é soberano não precisa nem olhar o Regimento, é colocado em votação. A Deputada Verinha Araújo resolveu doar dinheiro ao povo. Votação. Os 24 Deputados vão votar se entenderem que podem doar, se entenderem que não, não.

O Deputado Gilmar Fabris quer isso. Coloca-se em votação. Aí não tem discussão, porque não foi o senhor, não foi o Deputado Humberto, não foi ninguém que ora colocou essa posição.

Então, Deputada Verinha Araújo, eu peço a senhora...
(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDIVEL.)

O SR. GILMAR FABRIS - Não estou esculhambando, pelo contrário, eu tenho a maior consideração pela senhora, até porque eu tenho consideração por todos os colegas Deputados. Eu só quero que a senhora melhore o relacionamento com todos, para não ter esse tipo de coisa. Esse é um pedido que eu estou fazendo não é de hoje não.

Sr. Presidente, mais um minuto para eu encerrar...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência tem um minuto. Eu peço que nesse um minuto Vossa Excelência concentre-se na matéria.

O SR. GILMAR FABRIS - A questão é essa, eu só queria dizer, Deputado, que não fazemos nada aqui individualmente. Por exemplo, ninguém nunca tentou, os Parlamentares que são mais ligados à educação, tirar o veneno que os professores têm, por exemplo, do Deputado Gilmar Fabris, porque eu também quero o melhor para eles. Mas ninguém nunca chegou. O Deputado Gilmar Fabris não é um dos piores. O Deputado Gilmar Fabris também pode votar conosco. Vamos conquistá-lo. Não, pelo contrário. É verdade. Se ele aparecer aqui, taquem ovo.

Eu fui ao estádio, Sr. Presidente, com a minha filha. Tinha uma comissão lá, que começou com a voz baixinha, aí já engrossou a voz. Eu falei: Minha filha, pegue o carro e vá embora, porque eu acho que o assunto aqui vai ser diferente. Eu disse: Vocês querem o quê? Como que é o negócio? Não. Então, tudo isso por quê? Porque o colega às vezes não ajuda. Eu não, por onde eu passo a senhora pode ter certeza de que eu sou incapaz de dizer que um parlamentar não ajuda. Falo: Ele ajuda, na medida do possível, ele ajuda.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu agradeço o Deputado Gilmar.

Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. João Malheiros - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Para encaminhar, eu concederei a palavra, primeiro, ao Deputado João Malheiros; em seguida, ao Deputado Zé Carlos do Pátio. Depois, nós teremos apenas mais dois encaminhamentos.

Eu quero, apenas, fazer aqui uma observação, Deputado João Malheiros.

Eu gostaria que os Srs. Deputados prestassem um pouco de atenção.

Se há, Deputada Verinha Araújo, um Secretário que tem merecido por parte desta Casa todo respeito, toda distinção e confiança nos seus projetos é o Secretário Pagot. O Secretário sempre tem se desdobrado para atender os interesses do Estado, que não são poucos. Os problemas do Estado são muito grandes. Eu mesmo fui um dos que disse ao Secretário Pagot que ele está sobrecarregado, que ele precisa descentralizar. E esse projeto oferece essa oportunidade. Nós temos uma grande confiança no Secretário Pagot pelo seu estilo, pela sua determinação. Então, eu queria aqui dizer que eu sou um dos Deputados que defendi e defendo a aprovação do projeto, por entender a sua importância.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

Concedo a Vossa Excelência, Deputado João Malheiros, a palavra, para encaminhar. Em seguida, concederei ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

Eu só queria fazer uma referência. Como são dois Deputados contra e dois a favor, nós vamos nos ater a esse limite.

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado João Malheiros.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Sr. Presidente, Deputado Riva; 1º Secretário, Deputado Silval Barbosa; nobres Pares:

Hoje, pela manhã - o meu encaminhamento não tem uma abordagem poética -, eu dei uma entrevista nesta Casa. Perguntaram-me qual a minha expectativa como Líder do Governo. Eu disse que era uma faca de dois gumes. Primeiro, porque eu estou tendo que substituir uma pessoa que tem um passado histórico e uma experiência ímpar, impecável, que é o meu líder, Deputado Renê Barbour. Esta é uma dificuldade. E isso está gravado. O repórter Adão, eu não sei o sobrenome, me perguntou: “E a outra parte, qual seria?” É que esta Casa tem uma oposição responsável e boa, que, no diálogo, muitas vezes, traz ao Governo subsídios, e há uma bancada de sustentação extraordinária, coesa, firme. Temos, também, para minha felicidade, um Governo transparente, correto, evidentemente, não medindo esforços para colocar Mato Grosso no caminho que todos os mato-grossenses almejam.

Eu disse e aqui está a prova. O Deputado Humberto Bosaipo fez um estudo do projeto e de tudo isso que eu disse. A Deputada Verinha Araújo procurou, realmente, contribuir, o que foi... E aqui é uma questão de restabelecer verdade. O que me parece também é que a Deputada Verinha Araújo, e aqui me permita pela amizade que temos, como disse o Deputado Humberto Bosaipo, muitas vezes, incorpora um espírito, se é que isso é possível - Edvaldo Pereira Franco, ontem, numa palestra dizia que sim -, e fica, muitas vezes, de uma maneira que há mais um entendimento contrário não à proposta, mas a Vossa Excelência. Esse é um reflexo que penso ter após cinco mandatos consecutivos, entre os quais Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá e Líder do Governo do Prefeito Roberto França.

Agora, o que me deixa aliviado, Deputado Humberto Bosaipo, é que todos os Deputados que por aqui passaram enalteceram o projeto, enalteceram o Governo, o Secretário desta pasta. Isso me deixa aliviado, no sentido de encaminhar que votem, a bancada do Governo, pelo projeto original, jamais negando aqui o que fora dito pela nobre Deputada Verinha Araújo, que, realmente, procurou o Secretário, e tudo que ela disse aqui está bem e condiz com a realidade.

Então, como o projeto e a emenda de Vossa Excelência não traz prejuízo, mas o projeto original também não traz, evidentemente, tanto que não traz que vem de lá, não é, Deputado Silval Barbosa? Se ele veio de lá, veio original, e se nós entendemos que o projeto é bom, então vamos votá-lo de maneira adequada a sua realidade inicial, ou seja, genuíno.

Então, o encaminhamento que faço é este. Eu tinha que, por dever de consciência, dever de lealdade para comigo mesmo, esclarecer esses entre os quais Vossa Excelência disse que condizem com a realidade. Estou aqui reafirmando, assim como agradeço o meu guru aqui. É muito fácil bater nas costas - eu já vi muito isso e não faço -, nos bastidores. É muito fácil! Mas na tribuna, onde o povo de Mato Grosso nos escuta...

Quero dizer da admiração que tenho pelo Deputado Humberto Bosaipo, que tem me ensinado muito aqui e a todos os Senhores Deputados.

Não pensem os Senhores que eu não tenho experiência política, pois as tenho, e disse para o meu amigo Deputado Zé Carlos do Pátio uma vez, meu vizinho de Bancada, ao Deputado Carlão Nascimento, que foi meu colega na Câmara Municipal de Cuiabá, de que haveremos de fazer tudo para ser realmente um líder do Governo, talvez não na qualidade de meu antecessor, Deputado Renê Barbour, mas vou me reunir com a Bancada do Governo - e se a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 17:00 HORAS.

Deputada Verinha Araújo assim entender, que deve ser da Bancada do Governo -, vamos discutir os projetos e vamos trazer para cá redondinho, como diz na gíria parlamentar. Eu irei discutir o projeto com a Oposição nesta Casa e depois irei comentá-lo, irei discuti-lo com a Bancada de Sustentação ao Governo Blairo Maggi, que é extraordinária e que tenho por ela um apreço imprescindível. Mas haverá o diálogo, o ajuste para que possamos vir para cá com a matéria pronta para votar, seja ela do jeito que for, mas de uma maneira única, sem desvios e sem contratempos, como foi essa desta noite.

Portanto, apesar de entender os anseios de Vossa Excelência, peço à Bancada do Governo que vote no projeto tal qual veio para esta Casa. Muito obrigado.

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Contra minhas emendas?

O SR. JOÃO MALHEIROS - Deputada, procurei ser aqui o mais correto possível para comigo mesmo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu só irei encaminhar se puder encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência pode encaminhar favoravelmente, porque só houve um encaminhamento até agora.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - E quero ceder cinco minutos do meu tempo, se Vossa Excelência permitir, para o Deputado J. Barreto, que é um *gentleman* como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concordo com Vossa Excelência.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero aqui fazer o seguinte encaminhamento: com exceção dos Deputados Carlos Brito, Nataniel de Jesus, Sérgio Ricardo Campos Neto, que não estão aqui, mas este projeto será votado, por unanimidade, favoravelmente.

E quero aqui dizer da solidariedade e do apoio que vou dar a esse projeto. Quero aqui dizer, Deputado, só para fazer uma reflexão.

Se mantivermos o diálogo, porque esse é o papel do Parlamento, praticamente 99% dos projetos serão favoráveis. O que falta é o diálogo.

E quero, Deputado João Malheiros, que Vossa Excelência, nesse período que ficará como Líder, procure costurar isso no diálogo, e tente valorizar uma emenda, por exemplo - eu sei que Vossa Excelência já definiu que não é para votar emenda -, uma emenda de uma Deputada, valorizar o Parlamentar. Eu acho até que a Deputada está sendo injustiçada, porque o Governo deu entendimento e apoiou.

Outra coisa que me deixa preocupado no Parlamento é o seguinte: eu não vou citar o nome do Deputado, a não ser que ele queira. Esses dias ele me falou: “Deputado, nos momentos mais difíceis que eu tive de relacionamento com Vossa Excelência aqui na Assembléia Legislativa, Vossa Excelência estava lá na Comissão votando favorável aos meus projetos”. Eu não vou citar o nome do Deputado, só se ele falar. Posso citar? Foi o Deputado Mauro Savi. Porque eu não faço política com o fígado, não guardo raiva de colega.

Se eu posso, hoje, debater um projeto com um colega aqui... Eu discuti um projeto... Se o projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Satélite é importante, eu não vou votar contra o Deputado Pedro Satélite. Não vou! Não vou deixá-lo, porque eu sei que é a valorização do Parlamento.

Eu queria aqui fazer um apelo aos colegas Deputados para que revejam essa posição.

E acho que a Deputada Verinha Araújo talvez possa vir aqui, na Assembléia Legislativa, inclusive retirar alguns encaminhamentos que ela fez, até para somar, buscar o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

entendimento e votarmos suas emendas, porque eu as vejo importantes, salutaras. Por isso eu pedi os destaques das emendas.

Mas eu vou votar com o Governo, com a Secretaria de Transportes. Vou votar as emendas porque elas vão buscar mais transparências. E acho que há a necessidade de não votarmos as matérias muitas vezes... Não. Eu não vou votar, vou isolar, vou votar contra a Deputada, porque essa Deputada...

Eu concordo com a situação que está aí, Deputada, suas emendas são boas, mas eu acho que, muitas vezes, com o recuo se tem uma conquista. Vossa Excelência pode chegar aqui no Parlamento e reconhecer, e nós conseguirmos votar a emenda, porque a emenda está acima da questão pessoal. E, muitas vezes, algum problema interno dos colegas Deputados, dou um exemplo disso: no ano passado, muitos Deputados – é interessante – votavam contra as minhas matérias aqui e eu lá, na Comissão, votava com eles e contra o Parecer do relator, que era contra a matéria. Eu votava com o colega e ele, muitas vezes, votava contra mim, porque eu não guardo mágoa, e quero é somar. Se o projeto está dentro da minha ideologia, eu vou somar.

Então, eu quero aqui, neste momento, dizer que vamos votar com a Bancada do Governo e vou passar o restante do meu tempo ao Deputado J. Barreto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Antes do Deputado J. Barreto usar da palavra, eu vou aproveitar a boa vontade de todos e gostaria de colocar em votação um pedido da Mesa Diretora, encabeçado por mim e pelo Deputado Silval Barbosa, para convocarmos uma Sessão Extraordinária, após esta, para votação em 2ª discussão dessa matéria.

Em votação o Requerimento Oral. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, eu venho à tribuna desta Casa trazer uma posição quanto a esse projeto, com clareza e definido. Voto favorável ao projeto de mudanças da Secretaria de Transportes para Secretaria de Infra-Estrutura. Assim como votei contra o Governo na questão dos professores do meu Estado, e tomo a posição por entender que a questão da estrutura, Deputado Humberto Bosaipo e Deputado Gilmar Fabris, é importante. Eu tenho participado diretamente desse trabalho e visto que a Secretaria de Transportes está encolhida.

Hoje, por exemplo, quando tem que pedir reforma para uma escola, Deputado Silval Barbosa, tem que ir à Secretaria de Educação, que não sabe se é ela que vai reformar e que não sabe se é a Secretaria de Transportes. Hoje se amplia para Secretaria Adjunta de Obras - e, inclusive, estamos sabendo que o Afonso será o Secretário Adjunto - uma Secretaria Adjunta de Habitação, uma Secretaria Adjunta de Administração, abre-se a Secretaria para dar mais fôlego, porque essa Secretaria está tocando o Estado, realmente.

No momento em que eu vejo a minha região, a nossa região lá na Serra Preta e Serra Vermelha, ser totalmente asfaltada; num momento em que eu vejo três serras sendo asfaltadas, vejo que a Secretaria está precisando de mais força, precisando fortalecer uma equipe num Estado que precisa, realmente, de infra-estrutura; eu não tenho dúvida nenhuma de que voto com a minha consciência, e o Estado de Mato Grosso está fazendo muito mais para a geração de uma nova economia neste Estado.

É claro que cabe a mim, depois, cobrar, fazer voz com a Deputada Verinha Araújo no pedido de informação para essa Secretaria. Isso cabe a nós, mas num momento em que nós sentimos que essa Secretaria tem tudo para desenvolver um melhor trabalho, eu voto com o Governo nessa posição. E também quando tenho que votar contra o Governo, voto com a maior tranquilidade, com a consciência tranqüila. Mas eu não posso deixar de dizer que este Estado atravessa momentos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

difíceis, e a Secretaria está com sua mão, com seu dedo tentando viabilizar uma melhor posição na infra-estrutura do nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, faço coro com aqueles que estão encaminhando favoravelmente ao projeto de lei e tenho absoluta certeza de que a nova Secretaria de Infra-Estrutura vai dar mais facilidade para atender aos pedidos dos Srs. Deputados, do Parlamento deste Estado, que tem ido diretamente à Secretaria para exigir que haja uma melhora viária em suas regiões.

Concedo um aparte de um minuto e trinta segundos para o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu quero usar o tempo que o Deputado J. Barreto me concedeu, porque estou tranqüilo com relação a este projeto. Primeiro, eu fui o único Deputado que não quis votar um Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Pagot, no ano passado, e achava que o Deputado Joaquim Sucena... O homem tinha acabado de ganhar o Governo, e já iam apresentar um Título de Cidadão Mato-grossense para ele, eu achava naquela época, como acho agora, que foi um projeto intempestivo.

Estou sempre na oposição nesta Casa, mas quero dizer uma coisa, Sr. Presidente, o que o Deputado J. Barreto falou, e ele me conhece, eu reafirmo. Da mesma forma que eu votei com os professores, tem matéria do Governo que eu votei contra, tem matéria do Governo que eu vou votar contra...

Eu quero, Sr. Presidente, só reafirmar o seguinte: eu estou andando pelo Estado de Mato Grosso, o Secretário Luiz Pagot... É Luiz ou é José? É Luiz, tem dois: um José, o outro Luiz. Então, eu quero dizer que esse Secretário está trabalhando, eu não posso negar isso, porque eu estou conversando com os meus prefeitos. O Secretário Pagot, Sr. Presidente, eu não estou falando aqui... Até porque lá no PPS, nós tivemos uma briga muito grande, Vossa Excelência sabe disso, eu e o Luiz Pagot.

De forma que esse Secretário, em pouco tempo, já fez muito, principalmente pela minha região. Então, eu quero dizer que eu voto favorável ao projeto de lei do Governo, em homenagem ao Secretário. E agradeço ao Líder do Governo, que reconhece que o nosso trabalho, tanto o meu como o da Deputada Verinha Araújo, é importante para aprimorar o projeto. Quando chega uma emenda, é porque o Deputado tem interesse pelo projeto. Ruim seria para o Presidente da Casa se nenhum Deputado apresentasse emenda. Isso seria muito ruim. Agora, com toda certeza, Sr. Presidente, a condução que Vossa Excelência está fazendo, que o Líder do Governo está fazendo nesses projetos, é louvável, porque está havendo diálogo, e quando há diálogo, quando não tem gritaria, quando não tem xingamento, quando não tem apanhamento, como diz o cearense, nós conseguimos chegar a um denominador comum. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço ao Deputado Humberto Bosaipo. Em votação. Peço a abertura do tempo.

A Sr^a Verinha Araújo - Solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu já anunciei a votação, sinto muito. Só depois.

A SR^a Verinha Araújo - Eu gostaria que Vossa Excelência colocasse as emendas em votação em separado...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Não, eu vou anunciar. Só um momento, por favor. Eu já deferi ao Deputado Zé Carlos do Pátio o destaque, portanto, eu farei isso, não tem outra forma de fazer. Peço aos Srs. Deputados que votemos, em primeira mão, o parecer, que é favorável ao projeto, e contrário às emendas. Em seguida, votaremos em separado as emendas; havendo aprovação das emendas, as emendas serão incorporadas ao projeto de lei.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

A Sr^a Verinha Araújo - Para uma questão de Ordem, Sr. Presidente, porque eu gostaria que fosse votado o parecer das emendas.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputada, é o parecer mesmo que será votado. Eu não tenho como mudar o Regimento Interno.

Deputada, o Regimento Interno diz o seguinte... Deputada, Vossa Excelência não vai querer me ensinar o Regimento Interno, que estou lendo a toda hora. Por favor, Deputada, nós votaremos o parecer da Comissão, que é o correto, pelo Regimento Interno. Aprovado o parecer, Deputada, que é o parecer ao projeto de lei, que rejeitou as emendas e aprovou o projeto de lei, nós votaremos as emendas. Se aprovadas as emendas de Vossa Excelência, que são duas, a número 03 e a número 04, elas serão incorporadas ao projeto de lei, naturalmente. Então, não tem prejuízo nenhum. Estamos seguindo o Regimento Interno, como sempre se fez nesta Casa.

Peço aos Srs. Deputados que tomem seus assentos.

Eu anuncio a votação do Parecer. Os Deputados favoráveis ao projeto de lei votem SIM, os contrários votem NÃO.

Eu peço a abertura do painel para início da votação.

A Sr^a Verinha Araújo (DE SUA BANCADA) - Contrário a que, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Contrário ao Parecer, Deputada.

Encerrada a votação. Com 13 votos SIM e 01 voto NÃO, aprovado o projeto de lei.

Agora, colocarei em votação as Emendas nºs 03 e 04, de autoria da Deputada Verinha Araújo, cujo destaque foi solicitado pelo Deputado Zé Carlos do Pátio...

Atenção, Srs. Deputados, como faltam cinco minutos para o encerramento desta Sessão - ou melhor, quatro minutos e trinta segundos -, nós votaremos com a maior agilidade possível a Emenda nº 03, de autoria da Deputada Verinha Araújo.

O que pede a Emenda nº 03?

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Por favor, eu vou ler a emenda. Não haverá encaminhamento, até porque não há tempo para isso. Todos os Deputados conhecem o teor da emenda. Eu vou ler a emenda.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Zé Carlos do Pátio faz uma colocação que tem sentido. Eu não sei quanto à Deputada Verinha Araújo... O que estava sendo colocado era o projeto de lei em votação...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu concederei um minuto a Vossa Excelência, tendo em vista a exigüidade do tempo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, sinceramente, eu não vejo mais interesse no destaque. Se a Deputada votou contra o projeto de lei, para que destacar as emendas? Sinceramente, foi um erro de encaminhamento da Deputada. Eu acho que ela deveria ter votado favorável ao projeto de lei, e nós iríamos marcar posição nas emendas. Agora, sinceramente, eu acho que o encaminhamento da Deputada foi equivocado...

A Sr^a Verinha Araújo - Vossa Excelência vai me conceder a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo um minuto a Vossa Excelência.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Agora, eu quero também dizer ao Líder do Governo que se não fosse a nossa bancada, esse projeto de lei nem iria passar, porque o resultado foi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

---

13 a 01. Estão faltando muitos Deputados do Governo, mas eu vou ficar aqui para ajudar a votar o projeto de lei do Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, a Deputada Verinha Araújo, que dispõe de um minuto.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, eu vou responder ao Deputado Zé Carlos do Pátio que eu votei contra porque eu quero o acréscimo das minhas emendas. Eu vou aguardar a votação das emendas e depois me pronunciarei. Como eu posso votar a favor de algo que eu quero mudar. É lógico que se eu sou contra, é porque eu quero alterar. Por isso eu votei contra.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Coloco em votação a Emenda nº 03.

Emenda Modificativa nº 03, de autoria da Deputada Verinha Araújo:

“Modifica-se a redação do *caput* e acrescentam-se os incisos VIII e IX ao artigo 9º do Projeto de Lei do Executivo Estadual que dispõe sobre alteração da denominação da Secretaria de Estado de Transportes - SEET, sua estrutura organizacional e dá outras providências, com as seguintes redações:

Art. 9º O Conselho Estadual de Saneamento - CEHS será composto por nove Conselheiros Titulares, com igual número de suplentes, representantes das seguintes entidades:

...

VIII - 02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Construção civil;

IX - 02 (dois) representantes da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.”

Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados favoráveis à inclusão desses membros votem SIM, os contrários votem NÃO.

Peço a abertura do painel. Aberto o painel, iniciada a votação (PAUSA). Encerrada a votação. Aprovado o Parecer, rejeitada a Emenda por 10 votos a 05.

Emenda nº 04, de autoria da Deputada Verinha Araújo:

Modifica-se a redação do *caput* e acrescentam-se os incisos VIII e IX, ao art. 9º, do Projeto de Lei do Executivo Estadual que dispõe sobre alteração da denominação da Secretaria de Estado de Transportes - SEET, sua estrutura organizacional e dá outras providências, com as seguintes redações:

Art. 5º O Conselho Estadual de Transportes - CET, será composto por 09 conselheiros titulares com igual número de suplentes, representantes das seguintes entidades:

(...)

VIII - 02 membros representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Terrestre de Cuiabá e Região - STET/CR.

IX - 02 representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM.”

Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis à Emenda votem SIM, os contrários votem NÃO. Votaram 15 Srs. Deputados, sendo 05 (cinco) votos SIM e 10 (dez) votos NÃO. Portanto, rejeitada a Emenda, mantido o original do Projeto.

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu prorrogo a Sessão por dez minutos e concedo a palavra, pela Ordem, ao Deputado Humberto Bosaipo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu estava explicando aqui para o Deputado Alencar Soares que Vossa Excelência, atendendo ao disposto no Regimento Interno, colocou o projeto em 1ª votação para ser votado, e eu votei com o Governo. Quando votei as emendas da Deputada Verinha Araújo, essa votação não teve validade nenhuma, porque o mérito do projeto, a essência do projeto já tinha sido votada.

De forma que votei com o Projeto do Governo, mas acompanhei as emendas da Deputada Verinha Araújo.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu não vou mais conceder a palavra pela Ordem. A Sessão encerrou. Eu quero pedir ao Deputado Zé Carlos do Pátio...

Eu vou fazer uma explicação... Por favor!

Eu agradeço ao Deputado Zé Carlos do Pátio e nem vou fazer menção... O Regimento Interno determina isso...

Deputada Verinha Araújo, o Deputado Zé Carlos do Pátio estava correto quando questionou Vossa Excelência. Eu coloquei o projeto em votação, e foi aprovado, Depois eu coloquei em votação as emendas de Vossa Excelência, conforme determina o Regimento Interno, no art. 347, que passo a ler.

“Art. 347 Excetuados os casos e circunstâncias expressamente mencionados neste Regimento, os dispositivos das proposições principais serão sempre votados em primeiro lugar, e as emendas que sobre eles incidirem, a seguir, uma a uma.”

Portanto, agradeço a intervenção do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta para a tramitação em 2ª discussão do Projeto de Lei Complementar nº 08/04, Mensagem nº 16/04, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração da denominação da Secretaria de Estado de Transportes - SEET, sua estrutura organizacional, e dá outras providências.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para as 22:00 horas.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido Popular Socialista - Carlos Brito, João Malheiros, Pedro Satélite, Mauro Savi e Sérgio Ricardo; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Dilceu Dal Bosco, Gilmar Fabris, Campos Neto, Zeca D'Ávila e José Carlos Freitas; da Bancada do Bloco Parlamentar Unidade Legislativa - Carlão Nascimento, Chico Daltro, J. Barreto e Humberto Bosaipo; da Bancada do Bloco Parlamentar Legislar - Alencar Soares, Eliene, Riva e Sebastião Rezende; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio, Nataniel de Jesus e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Ságuas e Verinha Araújo.

Deixou de comparecer os Srs. Deputados: Renê Barbour, do PPS.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS
17:00 HORAS.

- Donata Maria da Silva Moreira;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Isabel Luíza Lopes;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Ana Lúcia Bigio;
  - Ila de Castilho Varjão.